

ISSN 1516-8085

**ANPOCS** **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais

**47**

**Neste número:**

Relações de Trabalho  
Teologia e Batalha Espiritual  
Imagem e Ciências Sociais  
Capital Social

RELUME



DUMARÁ

**BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

*Editor*

Charles Pessanha

*Comissão Editorial*

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Eli Diniz (UFRJ)

Maria Alice R. Carvalho (IUPERJ)

Roberto Kant de Lima (UFF)

*Conselho Editorial*

Breno A. Souto Maior Fontes (UFPE)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBa)

Cecília Loreto Mariz (UERJ)

Dulce Pandolfi (FGV-RJ)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Leandro Piquet Carneiro (USP)

Leila Maria da Silva Blass (PUC-SP)

Maria Lúcia Maciel (UnB)

Raymundo Heraldo Maués (UFPa)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116

05508.900 – São Paulo, SP

Tel.: (011)818-4664 – Fax: (011)818-5043

Direitos reservados para esta edição

RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

*Publicação e Comercialização*

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular

21020-220 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 564-6869 Fax: (21) 590-0135

*Editoração*

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

*Este número é dedicado à memória de  
Olavo Brasil de Lima Junior,  
Presidente da ANPOCS, falecido em abril de 1999.*



### **Sumário**

<b>A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho</b>	<b>5</b>
Eduardo G. Noronha	
<b>A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia</b>	<b>33</b>
Cecília Loreto Mariz	
<b>A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico</b>	<b>49</b>
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	
<b>O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica</b>	<b>65</b>
Jawdat Abu-El-Haj	
<b>Teses e Dissertações em Ciências Sociais</b>	<b>81</b>

**Colaboraram neste número:**

*Cecília Loreto Mariz* é professora do Departamento de Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*Eduardo G. Noronha* é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

*Jawdat Abu-El-Haj* é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury* é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – Campus I.

**Copidesque:**

*Patrícia Campos de Souza*

*Vera Feitosa*

**Versão dos Resumos:**

*Diane Groszklaus*

**Revisão:**

*Graça Maria Rozentul*

*Marina Fonte Pessanha*

## A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho\*

Eduardo G. Noronha

### Apresentação

Neste trabalho discuto algumas das abordagens institucionais ou normativas recentes de diferentes disciplinas na área do trabalho, com o objetivo de construir um esquema de análise para estudos comparativos sobre modelos de relações de trabalho.

O texto divide-se em quatro partes. Na primeira, argumento que a atual valorização de aspectos normativos e institucionais de temas da área do trabalho, ou mais especificamente sobre mercado de trabalho, está vinculada à evolução do debate econômico sobre as razões do desemprego dos países desenvolvidos nos últimos 20 anos. Na segunda, apresento as contribuições das análises institucionalistas ou sobre normas sociais para os estudos internacionais do trabalho, analisando textos representativos da contribuição tanto dos economistas como dos cientistas políticos e sociólogos, ou ainda dos analistas de *industrial relations* dedicados ao estudo de normas e instituições do trabalho. Não há a intenção de tratar de todas as tradições que poderiam, de uma forma ou outra, ser denominadas *institucionalistas*, mas especialmente daquelas correntes que aceitaram a pauta dos economistas sobre o papel das instituições do trabalho. Na terceira parte, apresento alguns dos poucos estudos disponíveis sobre instituições do trabalho na Amé-

rica Latina e, em seguida, mostro as tradições brasileiras da Sociologia do Trabalho, ou, mais precisamente, do que poderíamos chamar de *Ciência Política do Trabalho*, e o tipo de conhecimento empírico que esses estudos levantaram. Por fim, argumento sobre a necessidade de realização de estudos empíricos sobre diversos aspectos das relações de trabalho no Brasil sob uma ótica institucional-normativa,<sup>1</sup> tendo em vista identificar seja constrangimentos na formação das preferências dos atores do mundo do trabalho (numa abordagem mais típica da Ciência Política), seja (numa abordagem mais sociológica) a formação mesma, ou sua reprodução, de normas sociais ou padrões institucionalizados orientadores da ação de empregados e empregadores, gerentes e sindicalistas, no seu dia-a-dia nos locais de trabalho e nos processos de negociação coletiva.

Essa revisão bibliográfica seletiva inclui autores centrais em cada uma das disciplinas, Economia, Sociologia e Ciência Política, os quais podem genericamente ser chamados de *institucionalistas*. Abordagens normativas ou institucionalistas são comuns nas três ciências. Em primeiro lugar, a Ciência Política é quase por definição uma disciplina que estuda instituições e organizações — ficam fora desse campo os estudos sobre comportamento político e eleitoral e ideologias.

\* Este texto, uma versão modificada do primeiro capítulo de minha tese de doutorado, *O Modelo Brasileiro de Relações de Trabalho e seus Espaços Normativos*, defendida no Departamento de Ciência Política da USP em agosto 1998, foi originalmente apresentado ao GT Trabalho e Sociedade, no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro de 1998.

Da mesma forma, a Sociologia dos fundadores Durkheim e Weber dedicou-se em grande parte ao estudo das normas, valores e instituições. Entretanto, foram os economistas, particularmente com Alfred Marshall, e mais tarde com os estudiosos de *labour economics* ou *socio-economics*,<sup>2</sup> que se dedicaram ao exame da relação entre mercado de trabalho (ou relações de trabalho) e aquilo que hoje eles chamam genericamente de *instituições do trabalho*.

Não pretendo aqui fazer um balanço da diversidade de concepções, definições ou ênfases da produção das ciências sociais a respeito de normas, instituições ou organizações. Há uma vasta literatura sobre o tema na Sociologia e Ciência Política clássicas e contemporâneas. Um dos mais recentes e competentes balanços sobre o assunto encontra-se em Scott (1995). Nesse livro o autor argumenta que economistas, sociólogos e cientistas políticos diferenciam-se pelas organizações e instituições que analisam, mas, principalmente, divergem nas ênfases que dão às suas dimensões regulatórias, normativas e cognitivas. Economistas tendem a enfatizar o primeiro aspecto; cientistas políticos aproximam-se dos economistas, mas tendem a agregar aspectos normativos. Já a Sociologia, de forte tradição normativa, caminhou recentemente para a valorização da análise das dimensões cognitivas das instituições (ver Scott, 1995, caps. 1, 2 e 3).

Entretanto, há pouca produção de cientistas sociais “institucionalistas-normativos” aplicada à análise de mercados de trabalho e de sistemas de relações de trabalho. Por essa razão, a maioria dos autores aqui tratados é economista ou dialoga diretamente com essa disciplina. Por um misto de preferências minhas, domínio da literatura, e da predominância de autores ao mesmo tempo anglo-americanos e economistas no debate aplicado sobre “instituições no mercado de trabalho”, a dimensão cognitiva das instituições (para usarmos a classificação de W. Richard Scott) está prejudicada neste texto.<sup>3</sup>

No tema “relações de trabalho”, a Ciência Política ou a Sociologia Política vêm tratando especialmente dos sindicatos, da relação sindicato-Estado ou ainda, em uma de suas vertentes particulares, das formas de intermediação de in-

teresses — basicamente, os analistas do neocorporativismo, como Schmitter (1974) e Crouch (1994). Há grande diversidade de tradições na Sociologia do Trabalho. Uma delas, predominante<sup>4</sup> no Brasil e particularmente na tradição paulista até a década passada, diferencia-se pouco da Ciência Política ou dialoga decididamente no campo da Ciência Política. Outra, predominante na tradição anglo-saxã, engloba os estudos de “*industrial relations*” — talvez a mais ambiciosa das abordagens sobre “trabalho”, na medida em que procura (ao menos parte dos autores dessa corrente) entender as relações de trabalho como sistemas nacionais. Estes estudos tratam o mundo do trabalho como um sistema à parte e procuram descobrir regularidades por meio de comparações internacionais baseadas em estudos empíricos. As vertentes dos analistas de *industrial relations* que enfatizam o papel das instituições serão destacadas neste artigo, especialmente o trabalho desenvolvido no MIT pela equipe coordenada por Richard Locke, Thomas Kochan e Michael Piore. No extremo oposto, Jon Elster (1989 e 1992), em dois estudos não exclusivamente sobre trabalho, procura os fundamentos das normas sociais. A análise microsociológica de Elster aponta pistas particularmente interessantes para um diálogo entre economistas e sociólogos do trabalho.

Essas linhas de trabalho raramente dialogam entre si, embora tenham em comum o estudo de normas e instituições do mercado de trabalho. Neste artigo analiso um pequeno grupo de autores de cada uma dessas correntes e disciplinas visando compará-los em termos de problemas teóricos e empíricos que orientam suas pesquisas e da possibilidade de generalização dos resultados obtidos sobre o funcionamento das instituições do trabalho.

Após a análise preliminar e não exaustiva das correntes *institucionalistas* e dos estudos brasileiros, procuro apontar as principais lacunas em nosso conhecimento empírico do sistema brasileiro de relações de trabalho, as quais poderiam ser analisadas a partir de diferentes perspectivas institucionalistas ou normativas nos campos da Sociologia ou da Ciência Política. Previamente, pode-se dizer que o principal argumento a ser



desenvolvido então diz respeito à ausência de estudos micros sobre diversos aspectos das relações de trabalho e, de outro lado, de estudos multidisciplinares, na linha dos analistas de *industrial relations*, sobre o desenho institucional básico do modelo brasileiro de relações de trabalho.

### **O Desemprego e a Valorização Recente de Análises Institucionais-Normativas**

Nas últimas duas décadas foram abaladas duas concepções predominantes sobre o comportamento do emprego. Primeiro, a de que o crescimento econômico leva necessariamente ao crescimento do emprego. Segundo, a de que o mercado naturalmente equilibra a oferta e a demanda de emprego. Aumentos nas taxas de desemprego levariam à redução salarial, que por sua vez reduziria a oferta e aumentaria a demanda de empregos. De outro lado, o aumento da demanda tenderia a elevar os salários, o que, por sua vez, refrearia a demanda e aumentaria a oferta de postos de trabalho.

Tanto a explicação neoclássica, fundada no comportamento micro dos atores, quanto a keynesiana, baseada na demanda agregada, foram desafiadas pelas evidências estatísticas ou históricas.

Estudos sobre países da OECD indicam que o crescimento do PIB sempre foi superior ao crescimento do emprego (ILO, 1997, p. 21). Além disso, nem sempre os países com maior crescimento do PIB tiveram menores índices de desemprego. Essas duas evidências por si só não invalidam a explicação keynesiana do desemprego como resultado de insuficiência da demanda agregada, mas mostram a necessidade de outras variáveis para o entendimento do comportamento do emprego.

De outro lado, diversos países mantiveram taxas crescentes de desemprego, apesar de acompanhadas por inflação também crescente e salários estáveis, o que revela falhas nos mecanismos auto-reguladores do mercado de trabalho, isto é, no coração da teoria neoclássica do emprego.<sup>5</sup>

Assim, tanto as teorias que vêem o emprego como função dos salários reais, quanto as que

o tomam como função da produção e das expectativas de venda dos produtores, isto é, as teorias mais “puramente econômicas”, têm sido questionadas a partir de análises macro dos indicadores de emprego, salários, inflação e dos PIB's nacionais.

Robert Solow, em artigo recente, dividiu as interpretações sobre o desemprego de forma pouco convencional, abdicando de qualquer classificação por escolas do pensamento econômico. Distingue-as pelo que ele chamou de *attitudes of mind*. A primeira vê o desemprego como patológico, ou, ao menos, algo a ser lamentado, especialmente porque, além da perda da renda, o desemprego impõe custos psicológicos, abala estruturas sociais e familiares e desperdiça o potencial de força de trabalho para o desenvolvimento econômico, o qual está longe de satisfazer as necessidades das populações (Solow, 1994, p. 258). A segunda “atitude do pensamento”, popular apenas entre os economistas e contrária à anterior (esta mais próxima do senso comum), entende o desemprego como uma ocupação (*unemployment as an occupation*). Dessa perspectiva, imperfeições na flexibilidade dos salários, embora possam ter algo a ver com monopólio de poder no mercado de trabalho, são, principalmente, indicadores de que não ser empregado é uma ocupação aceitável para aqueles que não estão empregados.<sup>6</sup> De forma sintética, todo desemprego é voluntário, é expressão de uma escolha pelo ócio, lazer, ou qualquer atividade não remunerada.

Também diferentemente da primeira “atitude”, que não toma o emprego como algo necessariamente tendente ao equilíbrio ou ao desequilíbrio, para boa parte dos representantes dessa “corrente” há uma taxa natural de desemprego cujo equilíbrio deriva de taxas estáveis de desemprego, salários e inflação estáveis.<sup>7</sup>

Solow, tanto em sua conferência publicada com o expressivo título *The Labor Market as an Economic Institution* (Solow, 1990), como no artigo acima tratado, critica a idéia de “taxa natural de desemprego” como algo insustentável:

“One sometimes hears it said that unemployment is below the natural rate. How is that known? Because inflation is accelerating. Why is inflation

accelerating? Because unemployment is below the natural rate. It is possible to use language so that the statement 'unemployment is below the natural rate' means 'inflation is accelerating'. It would seem to be more straightforward just to state the observable fact that inflation is accelerating" (Solow, 1994, p. 260).

Robert Boyer (1993) apresenta uma alternativa de classificação das escolas de interpretação do desemprego, e particularmente do crescimento do desemprego mundial a partir de meados da década de 70. Segundo ele, enquanto keynesianos buscam sua origem em desarranjos macroeconômicos e neoclássicos argumentam que intervenções estatais de várias ordens tornaram rígidos os mercados de trabalho, a *escola regulacionista* vê a origem do desemprego na crise do *modelo fordista* de produção. Boyer não nega a existência de desequilíbrios macroeconômicos ou rigidez do mercado de trabalho, mas argumenta que eles são conseqüências das novas técnicas produtivas e concepções organizacionais predominantes nas empresas. Tal mistura geraria um sistema que renova o desemprego constantemente.

Segundo Boyer, nas décadas de 70 e 80 teriam-se revelado insuficiências do modelo fordista para enfrentar novos desafios produtivos e mercadológicos, dentre elas a subutilização de equipamentos; o alto custo para introdução de inovações na produção, para o lançamento de novos produtos e para o aumento de sua qualidade num mercado crescentemente exigente e competitivo; e a excessiva divisão do trabalho, a qual se revelou contraproducente, com crescentes custos de monitoramento e controle (Boyer, 1993, pp. 88-95). A incapacidade das empresas fordistas de se adequarem às novas exigências do mercado, bem como a adoção de formas de ajuste ou de busca de flexibilidade puramente defensivas (e não a construção de um novo modelo produtivo), foram responsáveis pelo aumento do desemprego. Práticas flexíveis puramente defensivas seriam, por exemplo, a redução de salários para a manutenção de sistemas produtivos fordistas obsoletos ou a utilização das tecnologias de informação para manter vivos os princípios fordistas de excessiva divisão do tra-

balho e controle (Boyer, 1993, pp. 88-89). O argumento de Boyer pode ser sintetizado na seguinte idéia: os vários aspectos rígidos do fordismo geraram desemprego, mas as respostas microeconômicas em busca de flexibilidade, competitividade, qualidade e inovação o acentuaram.

O tema da inovação tecnológica gerou versões bastante pessimistas a respeito do emprego. A idéia básica é a de que a queima de postos de trabalho gerada pela automação é muito mais rápida e intensa que o nascimento de uma sociedade pós-industrial onde o trabalho não seja o elemento estruturador da vida dos indivíduos. Além de explicar o desemprego gerado no passado, a revolução tecnológica, que continua em pleno processo, e que deverá ainda durar muito, teria inaugurado uma nova longa era com altas taxas de desemprego e mercados de trabalho divididos em duas metades: aqueles com emprego formal, proteção social, bons salários, qualificação e alta escolaridade e uma massa de excluídos com características opostas.

Mas há dois tipos de contra-argumentos a essa interpretação. Primeiro, a idéia consensual entre economistas de que a oferta e a demanda de emprego são elásticas e se adaptam, mais cedo ou mais tarde, às mudanças dos padrões tecnológicos, demográficos ou de qualquer outro fator "extramercado" que afete o volume de postos de trabalhos ofertados ou de pessoas dispostas a entrar ou sair do mercado de trabalho. Na base desse princípio está a idéia inegável de que onde há indivíduos, há necessidades, o que leva a atividades produtivas e, portanto, a emprego. Ao que muitos respondem (1) que o problema está no fato de o ajuste do mercado de trabalho ser lento e não acompanhar a atual rapidez da mudança tecnológica, e (2) que o ajuste "natural" do mercado de trabalho, mesmo quando é capaz de evitar o desemprego, tem levado à criação de empregos de pior qualidade.

John Eatwell apresenta outro tipo de argumento. Segundo ele, se a tese do desemprego tecnológico fosse verdadeira, "deveria ter ocorrido uma aceleração nos aumentos de produtividade nos anos 80 e 90, à medida que novas técnicas reduzissem o requisito de trabalho por quantidade de produto". Eatwell<sup>8</sup> mostra que

ocorreu o inverso, isto é, houve um acentuado declínio do crescimento da produtividade medido através do PIB por pessoa empregada.

De todo modo, verifica-se que as principais interpretações do desemprego (com exceção da versão tecnológica) passaram a valorizar variáveis normativas e institucionais para o entendimento do mercado de trabalho.

Num amplo balanço da literatura de Sociologia Econômica,<sup>9</sup> Neil Smelser e Richard Swedberg mostram como sociólogos beberam na fonte *microrracional* dos economistas e como estes beberam na fonte *macronormativa* daqueles, especialmente a partir da década de 80. Segundo eles, não há propriamente novos temas abordados, mas a retomada das tradições deixadas tanto por Weber como por Parsons e Schumpeter, três autores que, apesar de suas diferenças, estabeleceram pontes entre a Economia e a Sociologia. A interdisciplinaridade e o ecletismo, mais que a filiação direta a qualquer autor ou escola, seriam a marca principal da Sociologia Econômica atual (Smelser e Swedberg, 1994, pp. 8 e 18). Na conclusão de seu artigo, Smelser e Swedberg afirmam:

“What is unique about the situation today is that for the first time since the nineteenth century, mainstream economics has begun to analyze economic institutions again. This has already led to a number of interesting developments within economics proper as well as to a tentative dialogue with sociology. It is important that efforts be made, by sociologists as well by economists, to deepen this dialogue, since both disciplines are needed to fill the void created by nearly a century of neglected economic institutions” (Smelser e Swedberg, 1994, p. 20).

Apesar do ecletismo da produção da Sociologia Econômica, distinções no diagnóstico do desemprego dividem economistas e sociólogos em dois blocos nas proposições de políticas públicas para o combate ao problema: aqueles que propõem mecanismos de regulação da demanda (em geral, mas não exclusivamente, aqueles que vêem o *desemprego como anômico*) e aqueles que visam afetar o comportamento da oferta — esta é a tendência majoritária e defendida com mais ênfase entre os economistas que vêem o *desemprego como uma ocupação*.

Diferenças históricas e regionais dos mercados de trabalho passaram a ser destacadas à medida que os desenhos institucionais, os atores políticos e os valores nacionais foram incorporados às análises das lógicas dos mercados.

É o argumento de *equilíbrio* que sustenta a idéia de que as taxas sobre a folha salarial ou o seguro-desemprego elevam artificialmente os salários, o que por sua vez gera desemprego. Hoje, os economistas neoclássicos apontam diversos elementos *rígidos* criados pela “instituições” do mercado que não permitem que as forças autorreguladoras deste operem. Grosso modo, o pior desempenho europeu, comparado ao dos E.U.A. e do Japão, em termos de taxas de desemprego e de crescimento econômico foi explicado pela generosa legislação social europeia e pela força dos sindicatos na região.<sup>10</sup> Outros argumentam em favor do treinamento de mão-de-obra ou em favor de ações que evitem o desemprego de longo prazo, já que ele não é apenas perverso socialmente, mas também impede que a competição no mercado de trabalho por salários e postos funcione plenamente, pois os desempregados de longo prazo se vêem e são vistos como fora do mercado, fora da competição (Layard, 1991).

Essas interpretações têm sido criticadas por duas frentes. A primeira questiona as generalizações sobre o padrão europeu, destacando tanto as diferenças entre os países líderes do continente (Alemanha, França e Reino Unido) como, principalmente, a boa *performance* dos países escandinavos, com altos padrões de proteção social, baixas taxas de desemprego e boa *performance* econômica — mais recentemente esse argumento foi abalado com o crescimento do desemprego nos países escandinavos.<sup>11</sup> Outros argumentam que, apesar das diferenças de padrões legislativos dos países em questão, todos, incluindo E.U.A., Canadá e Reino Unido (este em menor medida), sofreram expressivo crescimento do desemprego, e portanto diferenças nos modelos políticos institucionais de proteção social seriam insuficientes para explicar o crescimento do desemprego. De todo modo, o debate internacional está pautado por argumentos em favor de estudos das *instituições do trabalho*, e não só entre aqueles que as colocam como cen-

trais para o entendimento dos mercados e das relações de trabalho. É quase generalizada a idéia de que *instituições do trabalho*, mesmo que não sejam concebidas como o ponto central da teoria do emprego, são variáveis relevantes para a compreensão dos diferentes comportamentos dos mercados de trabalho nacionais.

Na seção seguinte, selecionei alguns autores, economistas e cientistas sociais, que recentemente tomaram o tema das “instituições do trabalho”, da ótica micro ou macro, como programa de pesquisas.

### **Economistas e Cientistas Sociais nos Estudos das Instituições do Trabalho**

Os economistas e sociólogos do trabalho que têm valorizado os aspectos normativos das relações de trabalho podem ser, grosso modo, agrupados em duas linhas de pesquisa. De um lado, os economistas que trabalham com “*labour economics*” ou “*socio economics*” e, de outro, os sociólogos e cientistas políticos que estudam sistemas de relações de trabalho ou de intermediação de interesses na esfera do trabalho. Refiro-me ao que na tradição anglo-saxã costuma-se identificar como os analistas de *industrial relations*. Os primeiros estão mais preocupados em discutir o funcionamento mesmo dos mercados de trabalho, tendo como objetivo recriar ou aprimorar teorias de emprego. Os segundos buscam entender as relações entre empregados e empregadores de forma ampla, analisando os vários aspectos das relações de trabalho. Parte deles concebe esses temas (mercado de trabalho, representações sindicais, empresas etc.) como peças de um *sistema* de relações de trabalho. Seu objetivo é a identificação do funcionamento e dos processos de mudanças desses sistemas. Outros focam basicamente as formas de representação de interesses da esfera do trabalho, especialmente as formas tripartites de intermediação — refiro-me aos analistas do neocorporativismo.

Todas essas escolas ou linhas de análise têm valorizado os aspectos institucionais dos mercados e das relações de trabalho. A seguir, apresento alguns dos autores representativos dessas correntes.

### **Os Socioeconomistas**

O trabalho de Robert Solow de 1990 foi um marco no debate devido à sua afirmação pouco ortodoxa do *mercado de trabalho como uma instituição*, isto é, como necessariamente institucionalizado. Nele Solow reafirma de forma inequívoca a concepção, já presente em outros economistas,<sup>12</sup> do mercado de trabalho como um mercado especial, cujo funcionamento não pode ser reduzido, nem como recurso metodológico, à racionalidade perfeita, com preferências fixas e maximização dos interesses.

O principal argumento de Solow é o de que as normas sociais, em especial aquelas que definem parâmetros de justiça, podem explicar por que salários e empregos se comportam de forma significativamente diferente de outros preços ou mercadorias. Explicam, por exemplo, por que não há competição perfeita numa situação em que há empregos limitados, e por que essa competição não é capaz de reduzir os salários (e assim aumentar o emprego), mesmo quando há um número expressivo de desempregados. Segundo ele, há inúmeras situações em que é racional a empregados e empregadores seguir normas de justiça, o que os leva a não aceitar, ou não praticar, salários abaixo de um patamar socialmente definido.

Apesar de se definir como metodologicamente conservador e de reafirmar o *mainstream* econômico como superior ao da Sociologia, Solow escreveu:

“Sometimes it seems to me that a more sociological and less psychological way of understanding behaviour in labour market might be suitable. Social institutions define acceptable and unacceptable modes of behavior in weighty contexts like the labour market” (Solow, 1990).

Antes de Solow, David Marsden, em seu livro *The End of Economic Man?*, procurou demonstrar como normas e instituições alteram o comportamento que seria esperado como natural de empregados e empregadores. Segundo Marsden, o modelo de análise predominante desde Adam Smith supõe o que ele chama de “mercado de trabalho ocupacional” (*occupational labour market*), isto é, um mercado de trabalho

competitivo por ocupações, ou, em outras palavras, competitivo entre pessoas com determinadas qualidades e ocupações validadas por diplomas ou pela opinião de seus pares e, frequentemente, sob alguma organização coletiva. Esse mercado ocupacional, plenamente competitivo dentro das ocupações, foi tomado como natural até a emergência dos estudos sobre o Japão, caracterizado pelo mercado interno de trabalho. O mercado interno<sup>13</sup> foi percebido pelos economistas como problemático, no sentido de *não natural*, e assim foram pesquisados os fatores que o fizeram emergir. Marsden (1986, p. 233) argumenta que, por outro lado, a existência do mercado ocupacional não foi vista como problemática. Segundo ele, essa perspectiva deve ser revista, na medida em que

“[...] stable multi-employer labour markets, specially for skilled labour, are themselves institutional phenomena, and that unless certain conditions are met, the higher the degree of skill involved, the more natural long run pattern for labour market is that of internal labour markets rather than occupational markets. The fact that employers commonly bear much of the cost of training even for transferable skills and experience generates pressures towards the internalisation of labour markets, which means that without institutional support, occupational markets tend to be unstable” (Marsden, 1986, p. 230).

Isto é, somente os sistemas públicos ou cooperativos entre empresas de treinamento e qualificação permitem que os mercados ocupacionais se estabilizem num sistema competitivo. De outra forma, as empresas responsáveis pelo treinamento tenderiam naturalmente para sistemas de mercado interno.

Marsden mostrou em seus estudos como diferentes segmentos da força de trabalho são afetados por instituições ou comportamentos normativos também diferentes. Isso significa que práticas *desregulacionistas* poderiam não ter nenhum efeito positivo sobre determinadas parcelas do mercado de trabalho. Argumenta, por exemplo, que o maior segmento da força de trabalho europeu, isto é, trabalhadores semi ou qualificados de escritório, não é fundamentalmente afetado pela legislação que define o salário mínimo. Além disso, esse segmento costuma ser o

coração das empresas, as quais preferem, para esses postos, trabalhadores estáveis e cooperativos e nos quais investem em treinamento. Portanto, leis mais permissivas em relação às dispensas teriam pouco efeito nesse segmento, ao contrário do que ocorreria com trabalhadores não-qualificados (ver também Marsden, 1997).

Marsden estava em busca de uma abordagem multidisciplinar capaz de dar conta das relações entre o *mainstream* da economia do trabalho e os elementos extra-econômicos apontados pelos sociólogos industriais e os analistas de relações do trabalho. Particularmente, o autor discute a possibilidade de compatibilizar num corpo teórico a racionalidade instrumental da competição num mercado perfeito e os componentes normativos e institucionais do mercado de trabalho. Robert Solow, nesse aspecto, assemelha-se a Marsden, embora mais do que este reafirme os pressupostos micro, individualista e racional da explicação econômica.

Clark Kerr faz um balanço e ao mesmo tempo um depoimento da produção dos *socioeconomistas*,<sup>14</sup> incluindo os que ele denomina de *revisonistas* e de *novos revisonistas*, todos contrapostos à linhagem da *teoria econômica* (de Ricardo à escola de Chicago) e da escola marxista de *economia política*. O livro organizado por ele e Paul Staudohar, e particularmente seu terceiro capítulo, é uma defesa da Socioeconomia e a proposição de um programa de pesquisas.

Na apresentação do livro e no capítulo 3, Kerr, inspirando-se em Robert Gordon, contrasta a preferência da *teoria econômica* e dos *econometristas* pelo rigor (teórico) e a preferência da *economia política* pela relevância (social). Para Kerr, o que unia os jovens revisonistas da década de 40 era seu desejo de aproximar teoria e observação. Através da empiria esse grupo teria negado a dicotomia entre rigor e relevância. Na passagem abaixo ele mostra as inquietações que moviam o programa dos *social economics revisionists*:

“We saw not equilibrium but disequilibria. We saw not determinate solutions but indeterminate ranges for solutions. We saw not a market for labor but many markets with distinguishing characteristics. We saw collective actions as well as atomistic de-

cision making. We saw systems of beliefs, including justice and benevolence, affecting people, as well self-love. We were highly conscious of social changes as well timeless truths. We were more concerned with what was barely workable than with what was optimal under optional conditions” (Kerr e Staudohar, 1994, p. 74).

Kerr reafirma um conjunto de heranças deixadas pela Socioeconomia. Entre elas, a idéia de que os mercados de trabalho são ao mesmo tempo uma instituição econômica e social, não são perfeitamente competitivos e são diferenciados por outras características além dos salários, abrindo espaço à constituição de mercados internos. Os indivíduos não agem no sentido da maximização de seus interesses mas, mais frequentemente, de sua satisfação,<sup>15</sup> seja pela impossibilidade de obter informações plenas para sua decisão, seja pelos custos de obtê-las. Custos decisórios ou transacionais são elementos importantes na explicação do comportamento econômico. Além disso, Kerr reafirma a importância crescente das instituições e de suas regras no campo da economia do trabalho. Por fim, postula que relações de trabalho podem ser analisadas como sistemas, embora pouco desenvolva esse tópico.

Podemos, para fins explanatórios, fazer uma distinção entre socioeconomia do trabalho (*socio economics* ou *labour economics*) e os estudos de relações de trabalho (*industrial relations*), embora sejam campos próximos e com frequência os mesmos autores produzam nos dois campos. Apesar de boa parte das teses descritas acima ser compartilhada pelos autores da escola de *industrial relations*, a ênfase macrocomparativa desta leva muitas vezes à idéia de *sistemas* ou de *modelos*. Isso os distingue da ênfase no individualismo e, assim, nos fundamentos micro dos socioeconomistas.

Essa distinção não impede que Kerr admita algum componente sistêmico nas relações de trabalho e que os analistas de relações de trabalho procurem fundamentos microrracionais no comportamento dos atores.

#### A Escola de Relações de Trabalho

O livro *Employment Relations in a Changing World Economy*, coordenado por Richard

Locke, Thomas Kochan e Michael Piore, representa o mais recente esforço de retomada sistemática do debate sobre modelos de relações de trabalho. Pesquisadores de 11 países<sup>16</sup> da OECD analisaram seus respectivos países, esforçando-se por manter um referencial teórico mínimo, previamente definido, mas admitindo a diversidade natural de cada país e a diversidade de suas próprias formações — em Economia, Ciência Política, Sociologia ou Direito.

O ambicioso projeto busca um novo paradigma no campo de *industrial relations*. Apesar de criticarem o funcionalismo de John Dunlop em seu livro *Industrial Relations Systems*, o grupo retoma alguns pressupostos do autor, sobretudo a forma como Dunlop define e particulariza o sistema de relações de trabalho relativamente aos sistemas político e econômico. Para ele, os produtos da política são as leis e os da economia são bens e serviços. As relações de trabalho seriam um sistema à parte cujo produto seriam as normas nos locais de trabalho (Dunlop, 1958). Essa idéia foi retomada pelos autores, que procuram analisar, em cada país, a coerência interna dos modelos de relações de trabalho a partir do exame das seguintes práticas nos locais de trabalho: (a) a reorganização do trabalho devido a mudanças tecnológicas ou estratégias competitivas; (b) os sistemas de compensação por demissão; (c) os sistemas de treinamento e qualificação; (d) os elementos que definem mobilidade e segurança no emprego, isto é, os sistemas de contratação e de dispensa (Locke, Piore e Kochan, 1995, p. XXVI).

Os autores limitam a pesquisa a esses tópicos não por considerá-los exaustivos, mas como “uma janela para a observação do comportamento e do desenvolvimento das relações de trabalho num dado país” (Locke, Piore e Kochan, 1995, p. XXVI). Essa é uma estratégia metodológica que tenta tomar alguns elementos do modelo como representativos do todo. Além disso, embora os autores focalizem práticas no nível da empresa, sua preocupação é compreender quais atores (empresários, trabalhadores ou governo) definem quais práticas e em que nível (nacional, regional, por categorias, por empresa).

Um dos principais resultados comuns dos

estudos foi mostrar a diversidade interna de atores e níveis decisórios que definem os sistemas nacionais de relações de trabalho. Aliás, esse é um dos pontos não conclusivos do projeto do MIT. Os autores se perguntam se faz sentido falar em um sistema norte-americano ou italiano de relações de trabalho, já que as diferenças regionais ou por segmentos produtivos encontradas dentro desses países são mais amplas que as observadas nas comparações entre países (Locke Kochan, 1995, pp. 380-381).

No campo das similaridades, os autores apontaram as tendências à valorização das empresas como *locus* decisório de relações de trabalho, a algum tipo de flexibilização, à valorização da qualificação nos mercados de trabalho e ao declínio da sindicalização. Entretanto, encontraram grande diversidade de padrões de mudança de práticas de relações de trabalho vinculadas à história institucional dos países. Isto é, ao mesmo tempo em que descobriram algumas tendências comuns, mostraram a reprodução de padrões institucionais da história de cada país e a necessidade revalidada de estudos comparados.<sup>17</sup>

#### **Neocorporativistas e a Ênfase nas Organizações de Representação de Classes**

Os analistas do neocorporativismo geraram alguns dos mais ricos estudos comparados sobre modelos de relações de trabalho. Essa bibliografia é calcada na experiência de países que passaram por arranjos social-democratas e nos quais o acordo coletivo, mesmo que acompanhado ou submetido à legislação nacional, é a fonte tanto do direito sindical como do direito do trabalho de forma ampla, com impactos na definição dos níveis salariais e do emprego. Seus autores acreditam, explícita ou implicitamente, que desenhos institucionais neocorporativos são capazes de gerar pactos ou processos de coordenação das decisões (os quais não se sustentariam apenas pelos sistemas partidários) que garantem ao mesmo tempo desenvolvimento econômico e bem-estar social dentro dos marcos da democracia.

Essa corrente freqüentemente contrapõe os países (neo)corporativos aos países *pluralistas*,

nos quais, embora o acordo coletivo também possa ser relevante, o sistema de representação de classes não é capaz de gerar pactos de grande envergadura, seja no nível nacional ou regional. Suécia e Estados Unidos são os representantes máximos de cada modelo. Isto é, a contraposição enfatizada por essa literatura é entre sistemas centralizados e descentralizados de relações de trabalho. Mas, quando se referem a *grau de centralização*, em geral esses autores olham especialmente o grau de centralização dos acordos coletivos e a capacidade de entidades representativas de empregados e empregadores de coordenar efetivamente o padrão de relações de trabalho nacional.

Entretanto, as generalizações apontadas acima a respeito dos autores neocorporativistas devem ser vistas com certa reserva, já que há muita discordância a respeito desse tema. Desde o famoso artigo de Philippe Schmitter (1974)<sup>18</sup> há baixo grau de acordo sobre o significado de *neocorporativismo*, tanto do ponto de vista conceitual quanto na prática, isto é, na forma como os países foram classificados entre *pluralismo* e *neocorporativismo*, ou hierarquizados numa escala de *neocorporativismo*.

Colin Crouch, num grande trabalho histórico-comparativo envolvendo vários países, mostra essa diversidade. Antes de apresentar seu modelo, Crouch analisou as classificações feitas por diversos autores sobre o *grau de corporativismo* ou de *centralização dos sistemas de relações de trabalho*. Nessa bibliografia, encontrou um grau razoável de acordo entre alguns países. Por exemplo, Áustria, Noruega e Suécia foram classificados pela maioria dos autores como os mais *corporativos*, ou com maior *grau de centralização*, ao passo que Estados Unidos e Canadá tenderam a ficar no final da escala. Porém, vários outros, como Alemanha, Itália, França e Japão,<sup>19</sup> variam consideravelmente de posição conforme os critérios dos sistemas classificatórios dos autores (Crouch, 1994, p. 14).

Crouch propôs uma nova tipologia com duas variáveis principais: (a) o poder das representações sindicais e (b) o nível de articulação organizacional do capital e do trabalho, ou seja, a capacidade das organizações representativas de

empregados e empregadores de agir estrategicamente, exercendo liderança sobre seus membros de forma a garantir os acordos firmados (Crouch, 1994, p. 43). Da junção de ambas as variáveis decorrem quatro modelos: (a) países com negociação e contestação pluralistas e baixo poder sindical, gerando um sistema de relações de trabalho estável; (b) países com negociação e contestação pluralistas e sindicatos fortes, e portanto com sistemas instáveis; (c) países neocorporativos com sindicalismo forte; e (d) países neocorporativos com sindicalismo fraco. No último grupo estariam a Suíça, a Holanda e, em alguma medida, a Alemanha; no grupo (c), os países classicamente citados como neocorporativos: Suécia, Noruega e Áustria. No grupo dos pluralistas instáveis estariam o Reino Unido, a Finlândia e a Itália e no primeiro grupo, tanto Portugal e Espanha como muitas das regiões dos Estados Unidos. O modelo de Crouch, apesar de instigante, é ao mesmo tempo um tanto desconcertante, por agrupar países nos quais a legislação do trabalho é bastante abrangente (Espanha) com países onde ela é residual (E.U.A.).

Os analistas do corporativismo estão em busca de uma classificação dos sistemas políticos nacionais segundo o grau de coordenação e de cooperação dos grupos de interesses da sociedade e o grau de governabilidade, tendo como um dos pilares da classificação desses sistemas políticos os sistemas de relações de trabalho — esse é o caso dos quatro modelos de Colin Crouch.<sup>20</sup>

Os autores das três *linhagens* apresentadas acima, *socioeconomistas*, analistas de *relações de trabalho e neocorporativistas*, mostram com maior ou menor ênfase a necessidade de análises que contemplem, além dos elementos macroinstitucionais que estruturam os mercados de trabalho, transformando-os em mercados necessariamente imperfeitos, as *normas sociais* do trabalho. Na maior parte dos casos, eles mais apontam a necessidade do que efetivamente estudam normas sociais. Nos casos dos analistas de relações de trabalho e neocorporativistas, isso ocorre em função de suas abordagens essencialmente macro. De outro lado, os socioeconomistas, por estarem em busca de microfundamentos,

deparam-se inevitavelmente com a contraposição entre a racionalidade instrumental dos atores individuais e as normas socialmente orientadas. Mas, sua ênfase em modelos explicativos sintéticos e, mais que isso, o fato de se vincularem ao debate econômico mais sociológico fazem com que raramente tomem as normas sociais do trabalho como o elemento principal de seus estudos.

### *Normas Sociais e Escolha Racional*

No campo da Sociologia, Jon Elster é um dos autores que recentemente mais contribuiu para o estudo das normas sociais aplicadas às relações de trabalho. A Sociologia desde sempre tomou como seu o tema das normas sociais. Há, portanto, uma produção imensa e diversificada sobre o tema. A novidade e o passo adiante dos estudos de Elster estão na forma como o autor aceita o desafio de descrição fenomenológica das normas sociais do trabalho. *The Cement of Society* foi escrito a partir do desafio de interpretar os processos de negociação coletiva na Suécia. No prefácio do livro, Elster expressa sua surpresa diante da complexidade de racionalidades individuais ou coletivas e de normas sociais envolvidas nos processos de negociação.

Suas conclusões são tendencialmente pessimistas a respeito da possibilidade de as normas sociais alterarem significativamente (para o bem ou para o mal) o comportamento dos indivíduos nas sociedades modernas, em função da diminuição das noções de altruísmo e solidariedade, do aumento da mobilidade social e geográfica e das mudanças constantes da própria sociedade, as quais destroem os arranjos sociais que davam base às antigas normas sociais e impedem a solidificação de novas (Elster, 1989, pp. 282-287). Porém, o autor não se atém a avaliar a eficácia das normas sociais, mas contribui substancialmente para entendê-las, negando o seu fundamento racional e, além disso, desvendando e descrevendo um conjunto de normas sociais que operam na esfera do trabalho.

Em sua definição, “*for norms to be social they must be (a) shared by other people and (b) partly sustained by their approval and di-*



sapproval [...]”. Traduzindo, as normas são *sociais* porque as pessoas (e não a lei) são importantes para impô-las, expressando sua aprovação e, especialmente, sua desaprovação. O fato de o desrespeito às normas sofrer sanções não implica, na opinião de Elster, que segui-las seja apenas um ato racional dos indivíduos:

“In addition to being supported by other people, norms are sustained by the feeling of embarrassment, anxiety, guilt and shame that a person suffers at the prospect of violating them, or at least at the prospect of being caught violating them. Social norms have a ‘grip on the mind’ that is due to the strong emotions their violations can trigger [...]. The operation of norms is to a large extent blind, compulsive mechanical and even unconscious” (Elster, 1989, pp. 97-103).

Em *The Cement of Society* Elster afirma o aspecto fenomenológico<sup>21</sup> de seus estudos, e com isso dá uma grande contribuição ao estudo das normas sociais em geral, e particularmente das normas do trabalho, identificando-as. Por exemplo: a *norma de não dependência financeira* de outras pessoas (Elster, 1989, p. 121); a *norma que define um mínimo e um máximo de esforço no trabalho* (*idem*, p. 122), e as normas que orientam as negociações salariais e as negociações entre os trabalhadores, as quais fluam entre os princípios de *igualdade* (a norma de salário igual para todos, independente do tipo de trabalho, ou a norma de compartilhar emprego, isto é, reduzir jornada para evitar demissões) e de *equidade* (a norma de manutenção de diferenças salariais em termos absolutos) (*idem*, pp. 221-231).

Em *Local Justice*, Elster dá continuidade às preocupações sobre normas sociais dos estudos anteriores, mas agora enfatizando o aspecto *local* dessas normas — aliás, o tema é retomado como concepções de *justiça* e não como *normas sociais*.<sup>22</sup>

As preocupações de Elster em desvendar fenomenologicamente as normas sociais (e os princípios de justiça local) e de concebê-las ou pesquisá-las como um fenômeno local, nas suas várias acepções (da “área” do trabalho, de uma região, e específico da empresa),<sup>23</sup> introduzem elementos de análise ausentes, ou pouco desen-

volvidos, na produção dos autores antes apresentados. Essa busca fenomenológica das normas sociais em geral (independente da ênfase das obras de Elster na racionalidade instrumental dos indivíduos) e das normas do trabalho em particular pode contribuir e complementar as pesquisas da Sociologia e dos analistas de relações de trabalho.

### Tendências Recentes do Debate na América Latina

Na América Latina, o debate sobre mercado de trabalho e sobre desemprego ganhou novas características a partir de meados ou final da década de 80. Até então dominavam abordagens acerca dos impactos das crises cíclicas da economia sobre os mercados de trabalho ou análises sobre as causas estruturais do desemprego, especialmente sobre a estrutura produtiva do país e a dualidade dos mercados formal e informal. Recentemente, ampliaram-se os estudos que tratam do impacto de organizações e instituições sobre o mercado de trabalho ou dos efeitos da tecnologia na eliminação de postos de trabalho. Com isso as análises ganham em complexidade e interdisciplinaridade.

O centro das preocupações na área do trabalho era, para os economistas, o subemprego e a economia informal<sup>24</sup> e para os cientistas sociais, o sindicalismo e as formas de dominação do Estado sobre as organizações de representação de trabalhadores e, durante o mais recente período de transição política para a democracia, a análise do processo de incorporação dos trabalhadores no cenário político. Do final da década de 60 a meados da década de 80, boa parte da produção constitui-se no que poderíamos chamar de uma *Ciência Política do Trabalho*, mais que uma *Sociologia* do Trabalho. Esses estudos, iniciados por José Albertino Rodrigues, Azis Simão e Leôncio Martins Rodrigues, desenvolvidos pelo próprio Leôncio Rodrigues e por Maria Hermínia Tavares de Almeida nas décadas de 70 e 80 e, mais recentemente, continuados por uma nova geração de *cientistas políticos do trabalho*, têm como foco o entendimento das relações entre organizações sindicais e Estado e da capacidade de organização e reivindicação dos trabajado-

res. Dito de outra forma, têm como foco as questões referentes à dominação, formas de representação e capacidade de ação coletiva.<sup>25</sup>

Outra linha de pesquisa, mais *sociológica*, presente nos estudos de Juarez Brandão Lopes (e num dos primeiros trabalhos de Leôncio Rodrigues), migrou de preocupações com industrialização e urbanização, associadas à formação e à expansão da classe operária,<sup>26</sup> para análises das mudanças tecnológicas e de organização da produção. Essa linha de pesquisa, em que pesem as suas diferenças internas, ganhou muitos adeptos a partir de meados da década de 80.<sup>27</sup>

Uma outra vertente iniciada por Juarez Brandão Lopes em *Crise do Brasil Arcaico* teve pouca continuidade na literatura sociológica do trabalho. Seu estudo sobre indústrias têxteis em dois municípios da Zona da Mata, em Minas Gerais, inspira-se na tradição weberiana e na forma como os autores de *Industrialism and Industrial Man* (Kerr, Dunlop, Harbinson e Meyers, 1960) estudaram as estratégias de industrialização segundo tipos de elites. A análise do autor e os depoimentos por ele relatados constituem um dos documentos mais ricos sobre a prática das relações de trabalho no final dos anos 50. E embora não fosse o objetivo central do autor, o livro relata as normas sociais vigentes nas relações de trabalho da época mediante um conjunto de práticas de contratação, dispensa, promoção, distribuição de benefícios sociais, respeito ou desrespeito à lei, valores sindicais. Como disse o próprio autor, tratava-se “de um trabalho preliminar num campo em que quase nada se fez entre nós” (Lopes, 1967, p. 12).

Apesar do crescimento e da diversificação da produção acadêmica brasileira, o diálogo entre economistas e sociólogos do trabalho foi pouco intenso. Além disso, nenhuma das disciplinas tomou como foco central os aspectos normativos institucionais que regulam o mercado de trabalho e as relações de trabalho no Brasil. Mercado de trabalho e relações de trabalho foram temas tratados isoladamente, sem a ênfase típica das escolas norte-americanas ou inglesas da Sociologia Econômica ou dos analistas de relações de trabalho (*industrial relations*).

No início desta década surgiram os primei-

ros trabalhos de latino-americanos afinados com o debate europeu sobre emprego. Tariq Banuri e Edward Amadeo realizaram em 1991 um estudo comparando países em desenvolvimento da Ásia e América Latina<sup>29</sup> que pode ser considerado pioneiro para a região. Uma das constatações dos autores foi a ausência de análises institucionais na América Latina. Adriana Marshall concluiu em 1994 um estudo comparativo de sete países da América Latina e os economistas Edward Amadeo e José Márcio Camargo, entre outros, trataram do impacto da legislação do trabalho sobre o mercado de trabalho brasileiro em vários trabalhos (ver Camargo e Amadeo, 1993; Camargo, 1996; Amadeo e Camargo, 1996).

A maioria dos estudos sobre mercados de trabalho na América Latina aponta duas características gerais: de um lado, baixa produtividade e competitividade; de outro, a existência de um conjunto detalhado de leis do trabalho, o que levou muitos analistas a tomarem a segunda como determinante da primeira e, portanto, a proporem um programa de *desregulamentação*.<sup>31</sup> O diagnóstico sobre o caso latino-americano não se diferencia do europeu, segundo as correntes *desregulacionistas*, mas a intensidade da anomia seria mais grave no Terceiro Mundo.

No estudo comparado de Adriana Marshall, a preocupação central é avaliar como as leis trabalhistas interferem no desempenho econômico da América Latina. Seu argumento é montado da seguinte maneira: se as legislações sobre demissões e contratos flexíveis afetam a prática de empregadores, então isso deveria se refletir em taxas de rotatividade, estruturas de emprego e índices de elasticidade do emprego diferenciados de acordo com o grau de permissividade da lei em relação às dispensas; se afetam também o comportamento dos trabalhadores, isso deveria se refletir nos indicadores de disciplina e de intensidade do trabalho. A partir desse argumento a autora classifica os países segundo (a) o grau de restrição imposto pelas leis à dispensa de trabalhadores e (b) o grau de aceitação de contratos temporários. Estes seriam dois indicadores particularmente representativos do grau de flexibilidade dos mercados de trabalho.

Na classificação de Marshall, nenhum dos

sete países é permissivo em ambos os aspectos. Argentina, Chile e Uruguai são os mais permissivos. Colômbia, Brasil e Peru combinam legislações restritivas e permissivas, ao passo que o México é restritivo em ambas as matérias.

A partir dessa classificação de “flexibilidade legislativa” e de análise de índices de elasticidade do emprego e abstenção, entre outros, Marshall conclui que os regimes legais diferenciados da América Latina induzem diferentes comportamentos de empregadores. Por exemplo, legislações restritivas à demissão estão de fato associadas à menor elasticidade do emprego quando são acompanhadas de restrições a outros tipos de contratos “flexíveis”.

Entretanto, Marshall conclui que não há evidências de que regimes mais regulados abalem a produtividade do trabalho na região. Baixo custo do trabalho e ampla oferta de trabalhadores parecem ter desencorajado a introdução de técnicas de substituição de trabalho em vários países da América Latina. Evidência disso seria o declínio proporcional de máquinas e equipamentos nas economias do Brasil e Argentina entre 1981 e 1989. Esse fator, aliado a baixos investimentos, racionalização do emprego e abertura da economia, seria determinante mais importante para a produtividade da região que as legislações do trabalho. As leis permissivas a demissões do Chile e do Brasil não implicaram maior produtividade do trabalho nesses países, bem como a estrita legislação mexicana não impediu sua boa *performance* em exportação industrial. Na conclusão, a autora afirma que propostas de flexibilização da demissão e dos contratos de trabalho são um grande engano como solução para a América Latina.

Com base nos estudos do subgrupo 11 — de Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade Social — do Mercosul, Maria Cecília Prates Rodrigues (1996) apresenta um amplo levantamento dos principais dispositivos legais do direito individual do trabalho nos países que integram esta aliança, demonstrando a grande semelhança dos modelos, tanto no tipo de matéria que se legisla quanto, freqüentemente, na abrangência ou escopo do benefício.

Há semelhanças na definição de jornada semanal (entre 44 e 48 horas) e diária de trabalho

(oito horas em todos os quatro países), na inclusão do direito legal a 13.º salário, no direito a aviso prévio e a compensação por dispensa sem justa causa e no direito a férias anuais remuneradas — embora na Argentina, Uruguai e Paraguai, diferentemente do Brasil, seu valor varie de acordo com o tempo de serviço. Em outras matérias há divergências. Por exemplo, a participação nos lucros das empresas é prevista nas Constituições do Brasil e da Argentina, mas não no Uruguai e Paraguai, onde o tema é matéria de acordos coletivos. A despeito disso, as semelhanças descobertas são maiores do que era esperado pelo subgrupo 11, segundo Rodrigues. Esse achado confirma, com maiores detalhes, a pesquisa comparativa entre América Latina e Ásia realizada por Tariq Banuri e Edward Amadeo, na qual foram encontradas grandes semelhanças regionais nos modelos de relações de trabalho (Banuri e Amadeo, 1991).

Os autores propõem uma taxionomia das *instituições do mercado de trabalho* a partir do exame (a) da estrutura legal que define a ação das organizações sindicais; (b) dos sistemas de definição salarial, e (c) da história do espaço político dos sindicatos e de sua relação com o Estado. Com isso criam quatro modelos básicos em que podem ser classificados tanto países industrializados como em desenvolvimento.

O modelo *descentralizado* caracteriza-se por movimentos sindicais frágeis, com pouca capacidade grevista, por contar com legislação do trabalho restritiva e por predominarem negociações no nível da empresa — os autores incluem nesse grupo Japão, Suíça, Tailândia, Malásia, Indonésia e Coréia do Sul. No modelo *pluralista*, a característica central é a forma como sindicatos adquirem poder através de outros agrupamentos políticos, especialmente partidos — este seria o caso dos E.U.A., Canadá, França e Itália. No modelo *corporativista social*, instituições e organizações estatais são utilizadas para facilitar a cooperação entre capital e trabalho; as organizações sindicais são sólidas e capazes de se estruturarem no nível nacional, o que abre a possibilidade de compromissos nacionais capazes de conciliar aumento de produtividade e estabilidade social<sup>32</sup> — os exemplos seriam os países es-

candinavos e Áustria. Por fim, o modelo característico da América Latina (bem como do Reino Unido, Holanda, Bélgica e Filipinas) seria o *polarizado*, onde predominam movimentos trabalhistas de ampla base, com longa história de mobilização, organização e conflito, com relativo sucesso, mas com divisões internas regionais, por categorias ou profissões ou especializações. Nesses países, as organizações de trabalhadores são capazes de impor custos reais na economia em favor de seus interesses, mas não são fortes o suficiente para impor soluções cooperativas no nível nacional.<sup>33</sup>

De todo modo, nota-se que a classificação dos autores reforça os aspectos de organização e poder sindical, e não o conjunto de fatores institucionais que regulam o mercado de trabalho. Embora não seja o elemento central da taxionomia de Banuri e Amadeo, os autores destacam a peculiaridade latino-americana de implantação de códigos do trabalho já na primeira metade do século.

“In Chile, the home of Latin America’s oldest labour movement, the government adopted a detailed Labour Code in 1924-5. Other countries soon followed suit: Mexico in 1931, Venezuela in 1936, Brazil in 1943, Argentina in 1946 and Colombia in 1950. In contrast, similar legislation emerged in South Asian countries only in the 1960s, and even later in East and South East Asia” (Banuri e Amadeo, 1991, p. 192).

Na análise do caso brasileiro, Edward Amadeo e José Márcio Camargo tomam o FGTS e a Justiça do Trabalho como balizadores do modelo de relações de trabalho. Partindo de dados sobre a taxa de rotatividade, que entre 1985 e 1995 girou em torno de 28,1 e 42,8, os autores concluem que há alta flexibilidade de emprego no mercado de trabalho brasileiro. Seria também um indicador da baixa probabilidade de ocorrência de treinamento e aprendizado no emprego no Brasil. A alta flexibilidade é provavelmente incentivada pelo FGTS, que induz o trabalhador à demissão. Concluem também que, diferentemente da década de 80, nos anos mais recentes o mercado se tem ajustado pela variável da informalidade mais que do desemprego.<sup>34</sup>

O argumento dos autores é o de que o mer-

cado de trabalho brasileiro é bastante flexível, seja pela legislação permissiva em relação à demissão, pelos incentivos à rotatividade do FGTS, pela presença de um amplo mercado informal, ou pela maneira como a Justiça do Trabalho avaliza acordos entre empregados individuais e empresas, estipulando valores ou direitos inferiores aos definidos por lei.

De todo modo, a principal conclusão de Amadeo e Camargo é que

“[...] o mercado de trabalho brasileiro é bastante flexível. Duas instituições são particularmente indutoras de relações de trabalho de curtíssimo prazo: o recebimento de multa do FGTS em caso de demissão e o modo de funcionamento da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho, ao permitir que os direitos dos trabalhadores sejam ‘negociados’, incentiva as empresas a não cumprirem a legislação durante a relação de trabalho. O trabalhador, por sua vez, para receber parte de seus direitos precisa ser demitido. O FGTS, ao indenizar os trabalhadores demitidos, gera um prêmio pela demissão. Em ambos os casos, o resultado é uma relação de trabalho pouco cooperativa, desconfiada e conflituosa” (Amadeo e Camargo, 1996, p. 92).

Maria Cristina Cacciamalli e Júlio Pires (1996) seguem o mesmo tipo de abordagem desses autores, embora com ênfases diferentes. Argumentam, por exemplo, que “os custos compulsórios sobre a folha de pagamentos [...] associados à carga tributária total são elevados relativamente aos níveis de produtividade das firmas médias e pequenas”. Sua visão reforça a idéia de que os elementos que caracterizam o sistema brasileiro são a alta rotatividade e o alto custo da folha salarial para pequenas e médias empresas. Em texto anterior, entretanto, Cacciamalli sugere que, considerando as dimensões do país, a estagnação dos anos 80 e o baixo grau de instrução da força de trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista pode ser considerado uma experiência relativamente bem-sucedida. Os dados comprovam isso: a ilegalidade nas regiões metropolitanas do Brasil varia entre o máximo de 28%, no Recife, e um mínimo de 20% em São Paulo (Cacciamalli, 1993).

A proposição predominante entre os principais países de *desregulamentação* e *flexibili-*

zação entrou na América Latina como uma crítica ao seu padrão prematuramente legislado e excessivamente protecionista, gerando, de um lado, um mercado de trabalho rígido e, de outro, o desrespeito à legislação.

A preocupação neoclássica com a rigidez salarial em alguns países europeus revestiu-se no Brasil em denúncia do alto custo do salário indireto. Alguns estudos permitiram, em primeiro lugar, detectar semelhanças nos padrões legislativos da América Latina, bem como detectar os elementos cruciais que diferenciam os mercados, especialmente as restrições às dispensas de trabalhadores e aos contratos atípicos.

Tais estudos têm apresentado uma resposta à tradição liberal, trazendo evidências, especialmente para o Brasil, da flexibilidade do mercado no seu elemento básico, isto é, a dispensa de trabalhadores.

O debate sobre as relações entre instituições, mercados e modelos de relações de trabalho está em sua fase inicial no Brasil e na América Latina. Além do fato de este tipo de abordagem ter sido valorizado só recentemente, desconhecemos questões essenciais para a realização de análises institucionalistas ou de comparações internacionais entre os padrões de relações de trabalho. A análise que fizemos da literatura sobre o tema parece indicar: primeiro, o desconhecimento empírico dos padrões contratuais vigentes na América Latina; segundo, a quase inexistência de estudos comparados nesse campo; terceiro, que o debate está centrado na questão da avaliação do grau de flexibilidade dos mercados de trabalho.

### **Observações sobre a Pauta dos Estudos Institucionais-Normativos**

A primeira conclusão deste balanço bibliográfico é que houve nas últimas duas décadas uma valorização dos aspectos institucionais ou normativos do mercado de trabalho, vinculada ao crescimento do desemprego, e que ela se deu sob condições ou com características não previstas pela teoria econômica. Essa valorização, entretanto, tem levado os autores a caminhos bastante distintos.

Em primeiro lugar, o debate surge no centro

da teoria neoclássica do emprego a partir da necessidade de se incorporar variáveis *institucionais-normativas* no corpo teórico. Tal esforço, entretanto, não encontra soluções fáceis posto que o modelo sintético, individualista-racional da economia deixa pouco espaço para intervenções “espúrias”, pouco mensuráveis e não racionais-instrumentais. Houve mais avanços no sentido de mostrar a insuficiência ou mesmo a impossibilidade de se trabalhar exclusivamente com as variáveis clássicas do *mainstream* econômico do que avanços no sentido de um modelo teórico capaz de incorporar com a mesma elegância sintética as variáveis sociológicas.

Houve também avanços significativos com vistas a explicitar em que sentido o mercado de trabalho é de fato uma instituição: da parte de Solow, a partir de evidências de que noções de justiça introduzem limites sobre o que é legítimo nas relações contratuais e, portanto, limites ao funcionamento do cálculo econômico; da parte de Elster, mostrando a existência de normas sociais típicas das relações de trabalho, e da parte de Marsden, que apresenta o argumento talvez mais radicalmente institucionalista de que a tendência natural do mercado de trabalho é o mercado interno, a não ser que existam instituições externas que assumam o papel do treinamento interno das empresas.

Além da busca de incorporação das instituições no corpo teórico da Economia, os autores da Socioeconomia (ou melhor, esse segmento aqui tratado) estão em busca de uma análise da complexidade dos efeitos das instituições sobre os mercados de trabalho. A idéia de que quanto mais regulamentação maior probabilidade de impactos negativos sobre o emprego perde sentido à medida que se concebe o próprio mercado como instituição. Mas, isso não significa que esses autores abdicuem de analisar a relação entre regulamentação e nível de emprego. Ao contrário, é essa agenda, voltada para questões pragmáticas, para a adoção de políticas públicas de emprego, que coloca o desafio teórico e empírico. Mas aí também surge outro grande desafio. A diversidade de desenhos institucionais dos mercados de trabalho e dos sistemas de relações de trabalho e as variações da vigência mesma

dessas instituições e da percepção dos atores sobre elas tornam bastante complexa a previsão de resultados positivos ou negativos sobre o mercado de trabalho. Desse ponto de vista, as descrições de casos, nacionais ou regionais, ganham sentido, bem como as comparações internacionais. Com isso, a agenda de pesquisa empírica amplia-se fortemente.

Garry Rodgers (1991 e 1993) apresentou o que ele considera ser o conjunto de *instituições* do trabalho. Dentre seu elenco de 14 instituições estão: (1) a natureza dos contratos de trabalho, incluindo tanto suas regras formais como informais; (2) os mecanismos para controlar e regular os contratos, aqui incluídos os acordos coletivos e as normas e valores implícitos; (3) as organizações de representação de empregados e empregadores; (4) as formas de busca e acesso ao emprego; (5) as leis e normas de determinação dos salários; (6) as instituições de capacitação e educação; (7) a organização do trabalho dentro da empresa e sua cultura corporativa; (8) os sistemas de seguridade; (9) a organização da oferta de trabalho dentro da família, dentre outros.

A proposta analítica de Rodgers é representativa da dificuldade de produção de proposições metodológicas sintéticas que permitam parâmetros comparativos internacionais. De outro lado, tanto a escola de *industrial relations* como os autores do *neocorporativismo* têm buscado parâmetros comparativos a partir de um número restrito de variáveis. Aliás, a pauta da escola de *industrial relations* nesse aspecto diferencia-se muito da dos economistas. Não buscam propriamente uma teoria do emprego, mas, declaradamente ou não, seguem a tradição sistêmica de Dunlop. Nesse caso, a teoria do emprego entra como parte de uma teoria das relações de trabalho. Essa é a busca do grupo do MIT, embora Locke, Kochan e Piore não tenham radicalizado a idéia normativa. Suas variáveis comparativas, isto é, os elementos de sua metodologia tomados para análises internacionais, concentram-se (aliás, como toda a tradição de *industrial relations*) no contrato coletivo e nas relações entre as organizações sindicais. Embora o tema do desemprego tenha também, naturalmente, ganho importância ao longo das últimas décadas,

para esses autores a questão que os move é a eventual tendência histórica à homogeneização dos sistemas de relações de trabalho. Desse ponto de vista, parte dos estudiosos dessa corrente busca na Sociologia Histórica, ou particularmente numa vertente do *institucionalismo histórico*, a inspiração para explicar como e por que as origens institucionais de cada país são mantidas apesar das pressões internacionais no sentido da homogeneização dos sistemas de relações de trabalho.

Do ponto de vista do debate latino-americano, ou mais especificamente brasileiro, as análises de *industrial relations* e dos autores do *neocorporativismo* não são facilmente aplicáveis. Sua ênfase analítica no contrato coletivo contrasta com a necessidade de ênfase na legislação para entendermos os sistemas de relações de trabalho da América Latina. O Brasil e o Reino Unido representam os modelos opostos, os quais, respectivamente, podem ser classificados como *legislado* e *contratualista*.<sup>35</sup> Lei, contratos coletivos e normas locais das empresas, definidas unilateralmente pelos empregadores, são o que chamamos de os três espaços normativos nas relações de trabalho.

Um programa de pesquisas *institucionalista-normativo* sobre relações de trabalho no Brasil implicaria radicalizarmos nossa estratégia metodológica, tomando o marco normativo como o elemento-chave para a caracterização dos modelos de relações de trabalho. Rigorosamente, enquanto *tipos ideais*, distinguem-se, dessa ótica, apenas dois modelos puros: (a) modelos nos quais a lei predomina sobre os acordos coletivos e sobre o poder discricionário das empresas — é o caso do Brasil; e (b) modelos em que predominam os acordos coletivos como marco normativo das relações de trabalho — o Reino Unido. Muitos países podem ser considerados modelos híbridos, com relativo equilíbrio entre lei e acordos coletivos. Por fim, poder-se-ia supor a existência de países onde predomine o poder discricionário dos empresários, livre de pressões expressivas de sindicatos ou constrangimentos legais; neste caso dificilmente poderíamos falar em *modelos*, mas apenas num sistema primitivo ou inicial de relações de trabalho.

As propostas de pesquisas aqui apresentadas inspiram-se na bibliografia examinada mas procuram superar a dicotomia entre estudos macro comparativos e análises micro das instituições do trabalho. Metodologicamente, proponho (inspirado, mas diferentemente do grupo do MIT ou dos neocorporativos) que os elementos diferenciadores dos modelos de relações de trabalho (numa abordagem francamente institucional-normativa) sejam os espaços normativos relevantes de cada país, isto é, aqueles que determinam as práticas predominantes de relações de trabalho.

É preciso esclarecer que entendo por relações de trabalho o conjunto de *organizações, leis e normas sociais que regulam a compra e a venda da força de trabalho e os conflitos resultantes dessa relação*. Esta definição, inspirada na literatura de *industrial relations*, procura superar a dicotomia das análises de Ciência Política que olham os conflitos do trabalho e dos economistas que analisam os mercados de trabalho.

A tipologia aqui proposta coloca em destaque *as normas que definem o contrato de trabalho* e, portanto, a identificação do *locus* decisório onde elas se dão. Procurei com isso separar dois temas: primeiro, *onde*, isto é, em que organização ou instituição os direitos do trabalho são definidos, e segundo, a capacidade política de cada um dos atores de se impor sobre os outros ou de se gerar pactos de natureza tripartite, seja através das representações sindicais, seja através de pactos político-partidários nos quais os interesses de classe estejam claramente envolvidos e representados.

Nesse esquema está suposto que o elemento central dos sistemas de relações de trabalho é *onde* se definem os direitos do trabalho, ou, dito de outra forma, as normas que regulam os mercados de trabalho. A partir de tal definição pode-se identificar com maior precisão os atores relevantes e sua força relativa.<sup>36</sup>

Considero que para a realização de estudos comparados (internacionais ou entre os mercados de trabalho locais), a primeira variável é a distinção entre os espaços normativos predominantes, a lei, o contrato e o poder discricionário.

As análises sobre os casos latino-americanos não têm enfrentado de forma conjunta as correlações entre esses espaços normativos. Aqueles que chamei de cientistas políticos do trabalho têm enfrentado a questão da representação sindical e da relação entre sindicatos e Estado, mas o tema mercado de trabalho raramente é abordado por esse grupo. A Sociologia do Trabalho dos anos 80-90 focou as questões das mudanças tecnológicas ou organizacionais, mas raramente discutiu as questões *normativo-institucionais* desses temas. Mais que qualquer outra tradição, analisou os aspectos locais, das empresas, das relações de trabalho, mas não examinou o tema da construção das normas locais e sua relação com as normas definidas nos contratos coletivos e a lei. Por fim, os *economistas institucionalistas* da América Latina optaram por análises macro, tendo como ponto central de suas polêmicas o grau de flexibilidade ou rigidez dos mercados de trabalho da região.

Creio que a pauta de *industrial relations* tem de ser enfrentada. Há uma tendência de homogeneização internacional de proposições, mas alguns países da América Latina, Brasil entre eles, possuem sistemas de relações de trabalho particulares, pela importância da lei, de um lado, e de outro, pelo poder discricionário do empregador na definição de seus padrões de relações de trabalho. Entretanto, a maior parte da discussão dos analistas internacionais de relações de trabalho pauta-se em modelos contratualistas. Assim, creio que um programa de pesquisas sobre relações de trabalho no Brasil exige que se enfrente o problema da constituição das normas em cada um desses espaços normativos (a lei, os contratos coletivos e as normas que são deixadas ao poder discricionário do empregador, seja nas empresas do mercado formal, seja nas empresas do mercado informal).

Desse ponto de vista há um grande caminho a ser percorrido. Em primeiro lugar, identificar a divisão de trabalho entre os espaços normativos, isto é, o que compete à lei, aos contratos e às decisões unilaterais dos empregadores definirem. Em segundo lugar, identificar a forma como cada um desses espaços normativos influencia uns aos outros. Em terceiro lugar, identificar os atores

relevantes na definição das normas de relações de trabalho em cada um desses espaços normativos. A partir disso poderemos identificar o modelo brasileiro de relações de trabalho, comparativamente aos modelos europeus ou norte-americanos, e avaliar a pertinência de se falar em modelos nacionais, tal como apontou o grupo do MIT. Somente então poderemos enfrentar as duas questões básicas nesse caso: uma, descritiva —

o que caracteriza o modelo brasileiro de relações de trabalho e se ele vem-se tornando mais similar aos modelos descritos pela bibliografia — e outra prescritiva — o que há de efetivamente obsoleto nas relações de trabalho do Brasil e qual deveria ser a pauta legislativa ou de políticas públicas.

(Recebido para publicação  
em outubro de 1998)

### Notas

1. Uso “normativo” no sentido de estudos de normas sociais.
2. Há uma ampla gama de autores com trabalhos recentes nessa linha. Baseio-me especialmente em Marsden (1986), Solow (1990) e Kerr e Staudohar (1994).
3. Scott coloca nesse campo diferentes trabalhos sociológicos, como os de Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1983) e Bourdieu (1977). Há em comum entre esses autores a visão de que muito da coerência da vida social deve-se à criação de categorias de atores sociais (individuais e coletivos) e de formas de agir a eles associadas. Teorias cognitivas enfatizam as identidades sociais, os *scripts* e os mecanismos miméticos mais que o poder constrangedor das normas sociais (cf. Scott, 1995, p. 44).
4. Não estou considerando neste texto outras tradições fortes da Sociologia do Trabalho, como a dos analistas de processos de trabalho, cujo objeto e foco distanciam-se de análise *institucionalistas*.
5. No capítulo III de um estudo patrocinado pelo Centre for Economic Policy Research de Londres, os autores demonstram que nos Estados Unidos, entre 1961 e 1994, ocorreu uma correlação negativa entre inflação e desemprego (inflação sobe quando o desemprego cai), ao passo que na Europa tal correlação não se verifica. Os autores justificam os comportamentos diferenciados da França (mais próximo do esperado pela teoria), Reino Unido e Alemanha (mais distantes) a partir da análise das políticas macroeconômicas desses países (ver CEPR, 1995). A partir de meados da década de 80, Richard Layard, em trabalhos com colaboradores — ver especialmente Layard e Nickell (1985) e Layard, Nickell e Jackman (1991) —, marcou o debate britânico ao demonstrar o crescimento do desemprego apesar do controle inflacionário. Seu argumento, diferente daquele do estudo do CEPR, sustenta que quanto mais rápido o crescimento do desemprego, mais difícil será seu retorno ao nível anterior. Ver também Warren (1994), que faz uma boa análise dos trabalhos de Layard.
6. No original: “From this point of view imperfect wage flexibility, while it may have something to do with monopoly power in the labour market, is mainly an indicator that not being employed in an acceptable occupation to those who are not employed” (Solow, 1994, p. 259).
7. Layard (1991) definiu isso como *NAIRU* — *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*. *NAIRU* expressa um determinado equilíbrio no mercado em que as taxas de desemprego, inflação e salários se mantêm estáveis. Argumenta também que essa estabilidade pode ocorrer com diferentes níveis de desemprego.
8. Para Eatwell (1996, p. 31), a chave da explicação do desemprego está na desaceleração da taxa tendencial de crescimento da demanda, iniciada por volta de 1970.
9. Os autores definem Sociologia Econômica como *uma perspectiva sociológica aplicada aos fenômenos econômicos* (cf. Smelser e Swedberg, 1994, p. 3).



10. Boas descrições da evolução do debate internacional podem ser encontradas em Buechtemann (1993), ILO (1997) e OECD (1994).
11. Da década de 80 até a primeira metade da década de 90 houve crescimento do desemprego em alguns países europeus, como Espanha, França e Itália, e alguma redução na Alemanha e no Reino Unido, ao passo que na Suécia o desemprego pulou da média de 2,5% ao ano no período de 1980 a 1989 para 4,9% entre 1990 e 1995. Ver Dedecca (1996, p. 14, tabela 1). A partir de dados compilados pela OECD, analistas da OIT afirmaram: “*Technical progress can only be said to be labour-saving if, for a given rate of growth of the production, employment growth is reduced. It has been claimed that this has in fact occurred. [...] Contrary to this claim, the data show that, instead of becoming ‘jobless’, growth has in fact become more job-intensive; the pace of job creation has remained steady in the face of the sharply reduced rate of economic growth in the 1970s and 1980s. In addition, the data also show that the relative capacities of American and European economies to create employment have not been affected since 1973*” (ILO, 1997, p. 21).
12. Por exemplo, Alfred Marshall, John Keynes e Karl Polanyi. Marsden (1986, cap. 2) e Kerr e Staudohar (1994) fazem um balanço da história do debate econômico sobre as *imperfeições* do mercado de trabalho.
13. A principal referência de Marsden é o trabalho de Doeringe e Piore (1971). Ver o cap. V, onde Marsden reinterpreta esse estudo. Segundo ele, um dos principais pontos dos autores era mostrar que muitos trabalhos ou especialidades são específicos de uma determinada empresa. O tipo de qualificação e as rotinas desses trabalhadores dificilmente são adaptáveis em outras empresas, mesmo que dentro do próprio setor. Isso ocorreria em empresas com tecnologias específicas, as quais, por essa razão, tenderiam a valorizar o treinamento interno, bem como o recrutamento interno.
14. Para Kerr, a origem dos socioeconomistas estaria em Adam Smith, Alfred Marshall e Paul Douglas. O grupo do qual ele próprio participou com John Dunlop, Robert Solow e John Kenneth Galbraith ele denomina de neoclássicos revisionistas ou socioeconomistas revisionistas, sendo a nova geração composta de Richard Freeman, Paul S. Osterman, Michael Piore e Thomas Kochan.
15. Esta idéia está presente nos estudos que mostram que os trabalhadores aceitam o primeiro emprego que satisfaça suas expectativas mínimas. Ou seja, buscam a satisfação de suas expectativas e não a maximização de seus interesses. Cf. Kerr e Staudohar (1994, p. 77).
16. Reino Unido, Austrália, Canadá, Itália, Espanha, França, Alemanha, Suécia, Noruega, Japão e Estados Unidos.
17. No último parágrafo da conclusão do livro os autores afirmam: “*We hope this volume puts to rest the old debate over convergence or lack of convergence of employment systems around the world. In its place should be an active search for both common patterns that reflect the growing interdependence of national economies, the ease of transfer of technologies, information and organisational innovations, and systematic variations that can be explained by differences in local history, the strength of institutions, and the values and strategies choices of key actors. Such analysis could produce the renaissance in comparative studies of work and employment relations that we seek*” (Locke e Kochan, 1995, p. 384).
18. O grande mérito deste artigo de Schmitter foi desvincular o conceito de corporativismo dos regimes fascistas, mediante a distinção entre o corporativismo estatal e a sua versão *societal*, esta sim compatível com a democracia. O ensaio gerou inúmeros outros estudos que passaram a mostrar não só que formas corporativas (ou neocorporativas) não eram exclusivas de regimes fascistas ou autoritários, mas, acima disso, que os arranjos neocorporativos eram superiores aos arranjos pluralistas por tornar mais compatível democracia social e desenvolvimento econômico. Mais tar-

de, no final da década de 80, surgiram versões apenas moderadamente simpáticas aos arranjos neocorporativos, sustentando que os modelos mais favoráveis estavam nos extremos do puro pluralismo norte-americano e do puro neocorporativismo escandinavo. As variações intermediárias tenderiam a ser mais problemáticas. Isso explicaria, por exemplo, o sucesso do desempenho econômico dos países escandinavos, de um lado, e dos Estados Unidos e Inglaterra, de outro, especialmente na manutenção de baixas taxas de desemprego — essa correlação foi testada por Calmfors e Driffill (1988).

19. Por exemplo, para Bruno e Sachs (1985) a Alemanha é o segundo país com o maior grau de centralização, ao passo que a maioria dos autores classifica esse país numa posição intermediária. Para Tarantelli (1986) o Japão é o segundo da escala, enquanto outros autores o situam em uma posição intermediária e o próprio Colin Crouch em 1985 o havia classificado como um modelo liberal (contraposto ao neocorporativista), ao lado dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido e de outros países. *Apud* Crouch (1994, pp. 12-20).
20. Há extensa bibliografia sobre o tema. Marcos da discussão foram, além dos autores citados, Lehbruch (1985), Streeck e Schmitter (1985) e Regini (1984). Novas versões desse debate estão em Streeck (1993) e no primeiro capítulo do livro de Crouch (1994). No Brasil, Arbix (1995, pp. 79-87) e Araújo e Tapia (1991) fizeram bons balanços da literatura.
21. “I believe that at the present time social sciences can not aspire to be more than a phenomenological study of mechanisms” (Elster, 1989, p. 86). Esse argumento foi rerepresentado em *Local Justice*, onde Elster descreve a pesquisa como a busca de algo (*mecanismos*) intermediário entre teoria e mera descrição. Por *mecanismos* Elster entende um padrão causal identificável que opera sob certas condições, geralmente desconhecidas. Seu objetivo no estudo de justiça local seria o de identificar uma lista de princípios alocativos com um repertório de mecanismos. Esse tema foi recentemente retomado por vários autores, Elster incluso, no livro *Social Mechanism: An Analytical Approach to Social Theory* (Hedstrom e Swedberg, 1998).
22. Normas sociais que implicam problemas alocativos de bens ou encargos foram vistas como problemas de *justiça local* nesse seu novo trabalho. A pergunta geral que norteava o projeto pode ser resumida da seguinte maneira: por que um princípio alocativo é usado num determinado país, local, arena, e num dado período, para alocar um bem ou encargo específico (Elster, 1992, pp. 4, 19 e 141).
23. O autor confere quatro sentidos ao termo “local”. Primeiro, enquanto arena; por exemplo, a esfera da saúde, ou, mais especificamente, a alocação de rins de transplantes. Neste caso, o conceito de “local” refere-se ao fato de que diferentes arenas usam diferentes princípios de alocação; por exemplo, o critério “mérito” predomina para o acesso às universidades. Segundo, no sentido regional, de países; a importância deste conteúdo de “local” está em responder à pergunta: a alocação de recursos médicos, por exemplo, na França é mais semelhante à alocação de recursos médicos nos E.U.A. ou à alocação de vagas na universidade na própria França? Terceiro, as instituições específicas de cada arena; no caso das dispensas imotivadas, a instituição é a empresa; a proposta de Elster é identificar as forças que uniformizam os princípios alocativos dessas instituições e arenas. Quarto, “local” no sentido de contraposto à justiça global — nesta os princípios de justiça são definidos centralmente, no nível dos governos nacionais, ao passo que os princípios de justiça local são definidos por instituições relativamente autônomas (Elster, 1992, particularmente o cap. 1).
24. Sobre o tema ver Hoffmann (1980). Um amplo balanço da literatura sobre mercado de trabalho encontra-se em Jatobá (1990).
25. Além dos trabalhos de Simão (1981), Rodrigues (1966 e 1968) e Tavares de Almeida (1975 e 1983), podem ser incluídos nessa linha temática os trabalhos de Weffort (1972), Paoli (1988) e dos norte-americanos Schmitter (1971), Malloy (1977), Mericle (1977) e Erickson (1979). Da

- nova geração da *Sociologia Política* pode-se citar, dentre outros, os trabalhos de Boito Jr. (1991), Noronha (1992), Rodrigues (1993), Cardoso (1995) e Arbix (1995).
26. Por exemplo, Lopes (1978). O livro de Leôncio Martins Rodrigues (1970) sobre atitudes operárias é outro marco dessa linha de pesquisa. Entretanto, seus trabalhos posteriores são claramente associados ao que estou chamando de *Ciência Política do Trabalho*.
  27. John Humprey (1982) pode ser considerado outro precursor dessa corrente. O livro coordenado por Helena Hirata (1993) reúne parte dos pesquisadores dessa linha. Há muitas diferenças entre os autores que estou agrupando nessa “corrente”, e só o faço como contraposição aos autores mais vinculados à Ciência Política. A maior parte deles estava preocupada com as mudanças tecnológicas e gerenciais e seus impactos na divisão taylorista do trabalho, na qualificação dos trabalhadores e no controle sobre eles (Carvalho e Schmitz, 1990), e apenas um grupo minoritário dos sociólogos dedicou-se ao estudo das gerências, dentre eles Grun (1990). Nadya Araújo Castro e Márcia de Paula Leite (1994) fizeram boa revisão bibliográfica dos autores brasileiros da *Sociologia do Trabalho*. Outra característica distintiva desse grupo, em relação aos “cientistas políticos do trabalho”, é o abandono de abordagens macro em favor de monografias de empresas ou estudos de caso, embora vários autores procurem conciliar ambas as metodologias — por exemplo Mangabeira (1993).
  28. Vale a ressalva de que os estudos nacionais sempre deram ênfase às leis que regulam as organizações sindicais e à legislação social varguista.
  29. Segundo os autores, o *paper* por eles escrito foi motivado “*by a curious asymmetry in the recent analyses of cross-country differences in macroeconomic performance. There is a striking contrast between the excessive attention paid to the effect of variations in labour market institutions in industrialized countries and the almost total neglect of an even richer variety in the Third World*” (cf. Banuri e Amadeo, 1991, p. 202).
  30. Nessa linha encontramos também os trabalhos de Maria Cristina Cacciamalli (1993), Cacciamalli e Pires (1996), Banuri e Amadeo (1991), Infante e Klein (1991), Mesa-Lago (1990), Rodgers (1993) e Tokman (1990).
  31. Esse é o caso, por exemplo, de José Pastore, cujo livro (Pastore, 1994), claramente favorável à *desregulamentação* e à *flexibilização*, gerou forte polêmica no Brasil.
  32. Aqui Banuri e Amadeo (1991, p. 176) inspiram-se em trabalhos de cientistas políticos que discutem como arranjos corporativistas podem facilitar o ajuste nacional diante de choques internacionais. Ver, por exemplo, Goldthorpe (1984) e Rowthorn e Glyn (1990).
  33. Aqui o paradigma dos autores parece ser mais o Chile, ou a Argentina, visto que o movimento sindical no Brasil, ao longo de sua história, demonstrou ter pouca capacidade de *impor custos reais na economia* e, salvo nos últimos 10 ou 15 anos, teve dificuldades de organização, que no nível das empresas ainda se mantêm.
  34. A mesma conclusão está no artigo de Infante e Klein (1991): “*The impact of such process in the Latin American labour market was not in the first moment an expressive increase in the unemployment rate, but rather an increase in the underemployment. [...] The private sector made up of medium-sized and large enterprises reduced its capacity to absorb urban labour, so that small enterprises and the urban informal sector came to be the most dynamic elements in the generation of new jobs. In the rural sector the reduction on the employment was not so expressive as it was former forecasted by most analysts. The major change was the increase in the temporary job*”.
  35. Desenvolvi esse tema num trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs de 1996 (Noronha, 1996) e o retomei na minha tese de doutorado recém-defendida (Noronha, 1998).
  36. Poder-se-ia supor que a importância do ator antecede o espaço normativo onde as decisões se dão. Por exemplo, países com sindicatos fortes necessariamente teriam modelos contratuálistas, e

países com sindicatos, fracos, modelos legislados. Essa correlação não é óbvia nem facilmente mensurável. A importância dos sindicatos no Brasil mudou consideravelmente entre o período militar e a democratização, sem que o modelo deixasse de ser legislado. O mesmo é verdade para a Espanha. No Reino Unido, o modelo sempre foi contratualista e a importância dos sindicatos foi declinante a partir de Thatcher. Não há uma correlação necessária. De todo modo, esse tema não será desenvolvido neste artigo, pois implicaria tratar de outro tema bastante complexo: como mensurar a força dos sindicatos? Na bibliografia sobre neocorporativismo a resposta tende a ser procedimental: avaliando a participação em decisões tripartites ou de órgãos coordenadores de políticas. Mas resta o problema de mensurar os resultados substantivos dessa participação quanto a emprego, salários e políticas sociais. Greves e taxa de sindicalização são também normalmente tomadas como indicadores da capacidade de ação sindical. Para esse tema ver Rodrigues (1998).

### Bibliografia

- Amadeo, Edward e Camargo, José Márcio  
1996 "Instituições e o Mercado de Trabalho no Brasil". In: Camargo, J. M. (ed.), *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, pp. 47-94.
- Araujo, Angela M.C. e Tapia, Jorge  
1991 "Corporativismo e Neocorporativismo. Exame de Duas Trajetórias". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Anpocs, n.º 32, pp. 3-29.
- Arbix, Glauco  
1995 *Uma Aposta no Futuro. Os Primeiros Anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo, Scritta.
- Banuri, Tariq e Amadeo, Edward  
1991 "Worlds within the Third World: Labour Market Institutions in Asia and Latin America". In: Banuri, T. (ed.), *Economic Liberalization: No Panacea. The Experiences of Latin America and Asia*, Oxford, Oxford University Press, pp. 171-206.
- Boito Jr., Armando  
1991 *O Sindicalismo de Estado no Brasil — Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. Campinas/São Paulo, Ed. da Unicamp/Hucitec.
- Bourdieu, Pierre  
1977 *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Boyer, Robert  
1993 "The Economics of Job Protection and Emerging New Capital-Labour Relations". In: Buechtemann, C. F. (ed.), *Employment Security and Labor Market Behavior — Interdisciplinary Approaches and International Evidence*, Nova York, ILR Press, pp. 69-125.
- Buechtemann, Christoph F.  
1993 "Introduction: Employment Security and Labor Market". In: Buechtemann, C. F. (ed.), *Employment Security and Labor Market Behavior — Interdisciplinary Approaches and International Evidence*, Nova York, ILR Press, pp. 3-66.
- Cacciamalli, Maria Cristina  
1993 "Em Busca da Recriação do Marco Regulador do Mercado de Trabalho". In: OIT/Institu-

- to Internacional de Estudios Laborales (IIEL) (eds.), *Reestructuración y Regulación Institucional del Mercado de Trabajo en América Latina*, Ginebra/Buenos Aires, OIT/IIEL, pp. 53-80.
- Cacciamalli, Maria Cristina e Pires, Júlio  
1996 "Instituições Laborais, Emprego e Distribuição de Renda no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 10, n.º 1, pp. 27-35.
- Calmfors, Lars e Driffill, D.J.  
1988 "Bargaining Structure, Corporatism and Macro-Economic Performance". *Economic Policy*, n.º 6.
- Camargo, José Márcio  
1996 "Flexibilidade e Produtividade no Mercado de Trabalho Brasileiro". In: Camargo, J. M. (ed.), *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, pp. 11-45.
- Camargo, José Marcio e Amadeo, Edward  
1993 "Labour Legislation and Institutional Aspects of the Brazilian Labour Market". In: Organización Internacional del Trabajo (OIT)/Instituto Internacional de Estudios Laborales (IIEL) (eds.), *Reestructuración y Regulación Institucional del Mercado de Trabajo en América Latina*, Ginebra/Buenos Aires, OIT/IIEL, pp. 81-109.
- Cardoso, Adalberto Moreira  
1995 *Nas Teias da Modernidade: Pragmatismo Sindical e Democratização do Brasil*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- Carvalho, Ruy Quadros e Schmitz, Hubert  
1990 "O Fordismo Está Vivo no Brasil". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n.º 27, pp. 148-156.
- Castro, Nadya Araújo e Leite, Márcia de Paula  
1994 "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 37, pp. 39-59.
- CEPR — Centre for Economic Policy Research  
1995 *Unemployment: Choices for Europe*. Londres, CEPR.
- Crouch, Colin  
1994 *Industrial Relations and European State Traditions*. Oxford, Clarendon Press.
- Dedecca, Claudio Salvadori  
1996 "Desregulação e Desemprego no Capitalismo Avançado". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 10, n.º 1, pp. 13-20.
- DiMaggio, Paul e Powell, Walter W.  
1983 "The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields". *American Sociological Review*, vol. 46, n.º 2, pp. 147-160.
- Doeringe, Peter B. e Piore, Michael  
1971 *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*. Lexington, Mass., D.C. Heath.
- Dunlop, John T.  
1958 *Industrial Relations Systems*. Nova York, Holt.
- Eatwell, John  
1996 "Desemprego em Escala Mundial". *Economia e Sociedade*, n.º 6, pp. 25-43.

- Elster, Jon  
 1989 *The Cement of Society — A Study of Social Order*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1992 *Local Justice — How Institutions Allocate Scarce Goods and Necessary Burdens*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Erickson, Kenneth Paul  
 1979 *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Goldthorpe, John H.  
 1984 *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*. Oxford, Clarendon Press.
- Grun, Roberto  
 1990 A Revolução dos Gerentes Brasileiros. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Hedstrom, Peter e Swedberg, Richard  
 1998 *Social Mechanism: An Analytical Approach to Social Theory in Rationality and Social Change*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hirata, Helena  
 1993 *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo, Edusp.
- Hoffmann, Helga  
 1980 *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo, Ática.
- Humprey, John  
 1982 *Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*. São Paulo, Vozes/Cebrap.
- ILO — International Labour Office  
 1997 *World Employment 1996/97. National Policies in a World Context*. Genebra, ILO.
- Infante, R. e Klein, E.  
 1991 “The Latin American Labour Market, 1950-1990”. *Cepal Review*, n.º 45, pp. 121-135.
- Jatobá, Jorge  
 1990 “A Pesquisa sobre Mercado de Trabalho na América Latina: O Estado das Artes”. *Literatura Económica*, n.º 12, pp. 3-106.
- Kerr, Clark; Dunlop, John; Harbinson, Frederick e Meyers, Charles  
 1960 *Industrialism and Industrial Man*. Cambridge, Harvard University Press.
- Kerr, Clark e Staudohar, Paul (eds.)  
 1994 *Labor Economics and Industrial Relations: Market and Institutions*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Layard, Richard  
 1991 *Stopping Unemployment*. Londres, Employment Institute.
- Layard, Richard e Nickell, Stephen  
 1985 *The Causes of British Unemployment*. Londres, Centre for Labour Economics, London School of Economics.
- Layard, Richard; Nickell, Stephen e Jackman, R.  
 1991 *Unemployment: Macroeconomic Performance and the Labour Market*. Oxford, Oxford University Press.

- Lehmbruch, Gerhard  
1985 "Concertation and the Structure of Corporatist Network". In: Goldthorpe, J. (ed.), *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*, Oxford, Oxford University Press.
- Locke, Richard e Kochan, Thomas  
1995 "Conclusions: The Transformation of Industrial Relations? A Cross-National Review of the Evidences". In: Locke, R.; Kochan, T. e Piore, M. (eds.), *Employment Relations in a Changing World Economy*, Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 359-384.
- Locke, Richard; Kochan, Thomas e Piore, Michael  
1995 *Employment Relations in a Changing World Economy*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Locke, Richard; Piore, Michael e Kochan, Thomas  
1995 "Introduction: Employment Relations in a Changing World Economy". In: Locke, R.; Kochan, T. e Piore, M. (eds.), *Employment Relations in a Changing World Economy*, Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. XIII-XXIX.
- Lopes, Juarez Brandão  
1967 *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difel.  
1978 *Desenvolvimento e Mudança Social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Malloy, James  
1977 *Authoritarianism and Corporativism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Mangabeira, Wilma  
1993 *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Anpocs.
- Marsden, David  
1986 *The End of Economic Man? Custom and Competition in Labour Market*. Nova York, St. Martin's Press.  
1994 "Regulation Vs De-Regulation: Which Route Europe's Labour Market?". *Employment Policy Institute — Economic Report*, vol. 8, n.º 86.
- Marshall, Adriana  
1994 "Economic Consequences of Labour Protection in Latin America". *International Labour Review*, n.º 133, pp. 155-173.
- Mericle, Kenneth S.  
1977 "Corporatist Control of Working Class: Authoritarian Brazil since 1964". In: Malloy, J. (ed.), *Authoritarianism and Corporativism in Latin America*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Mesa-Lago, Carmelo  
1990 "Protección del Sector Informal en America Latina y el Caribe por la Seguridad Social o Medios Alternativos". In: OIT/PREALC (eds.), *Mas Alla de la Regulación. El Sector Informal en América Latina*, Santiago, OIT, pp. 277-318.
- Meyer, Jonh W. e Rowan, Brian  
1977 "Institutionalized Organizations: Formal Structures as Myth and Ceremony". *American Journal of Sociology*, vol. 83, n.º 2, pp. 340-363.
- Noronha, Eduardo G.  
1992 *Greves na Transição Brasileira*. Dissertação de mestrado, Campinas, IFCH/Unicamp.

- 1996 "O Desemprego e o Debate sobre Desregulamentação: O Brasil em Perspectiva Comparada". *Anais do XX Encontro Anual da Anpocs*.
- 1998 O Modelo Legislado de Relações de Trabalho e seus Espaços Normativos. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development
1990. *Labour Market Policies for the 1990s*. Paris, OECD.
- 1994 *Employment Outlook*. Paris, OECD.
- Paoli, Maria Celia
- 1988 Labour Law and the State in Brazil: 1930-50. Ph.D. Thesis, University of London.
- Pastore, José
1994. *Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva*. São Paulo, LTr.
- Regini, Marino
- 1984 "The Conditions for Political Exchange: How Concertation Emerged and Collapsed in Italy and Great Britain". In: Goldthorpe, J. H. (ed.), *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*, Oxford, Clarendon Press, pp. 124-142.
- Rodgers, Garry
- 1991 Labour Institutions and Economic Development. *Paper* apresentado no Workshop on Labour Institutions and Economic Development, Nova Déli, patrocinado pelo International Labour Office (ILO) e o International Institute of Labour Studies.
- 1993 "Instituciones del Trabajo y Desarrollo Económico". In: OIT/Instituto Internacional de Estudios Laborales (IIEL) (eds.), *Reestructuración y Regulación Institucional del Mercado de Trabajo en América Latina*, Genebra/Buenos Aires, OIT/IIEL, pp. 1-8.
- Rodrigues, Iram Jácome
- 1993 Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH/USP.
- Rodrigues, José Albertino
- 1968 *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Símbolo.
- Rodrigues, Leôncio Martins
- 1966 *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
- 1970 *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- 1998 "O Declínio das Taxas de Sindicalização: A Década de 80". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 13, n.º 36, pp. 41-66.
- Rodrigues, Maria Cecília Prates
- 1996 "O Mercado de Trabalho e a Integração Viável". In: Brandão, A. S. P. e Pereira, L. V. (eds.), *Mercosul: Perspectivas da Integração*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV, pp. 245-269.
- Rowthorn, B. e Glyn, Andrew
- 1990 "The Diversity of Unemployment Experience since 1973". In: Marglin, S. A. e Schor, J. B. (eds.), *The Golden Age of Capitalism*, Oxford, Clarendon Press.
- Schmitter, Philippe C.
- 1971 *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- 1974 "Still the Century of Corporatism?". *Review of Politics*, vol. 36, n.º 1, pp. 85-131.
- Scott, W. Richard
- 1995 *Institutions and Organizations*. Londres, Sage.



- Simão, Azis  
1981 *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ática.
- Smelser, Neil e Swedberg, Richard  
1994 "The Sociological Perspective on the Economy". In: Smelser, N. e Swedberg, R. (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton, Princeton University Press, pp. 3-26.
- Solow, Robert  
1990 *The Labor Market as a Social Institution*. Oxford, Basil Blackwell.  
1994 "Two (or Three) Ways of Thinking about Unemployment". In: Kerr, C. e Staudohar, P. (eds.), *Labor Economics and Industrial Relations: Market and Institutions*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, pp. 257-271.
- Streeck, Wolfgang  
1993 "The Rise and Decline of Neocorporatism". In: Ulman, L.; Eichengreen, B. J. e Dickens, W. T. (eds.), *Labor and an Integrated Europe*, Washington, DC, The Brookings Institution, pp. 80-101.
- Streeck, Wolfgang e Schmitter, Phillipe  
1985 *Private Interest Government: Beyond Market and State*. Londres, Sage.
- Tavares de Almeida, Maria Hermínia  
1975 "Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas". *Debate & Crítica*, n.º 6, pp. 32:60.  
1983 "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança". In: Sorj, B. e Almeida, M.H.T. (eds.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, pp. 191-214.
- Tokman, Victor E.  
1990 "Sector Informal en América Latina: De Subterráneo a Legal". In: OIT/PREALC (eds.), *Mas Alla de la Regulación. El Sector Informal en América Latina*, Santiago, OIT, pp. 3-23.
- Warren, Paul  
1994 "Recent Developments in the Macroeconomics of UK Labour Market". In: White, M. (ed.), *Unemployment and Public Policy in a Changing Labour Market*, PSI Research Report, n.º 788, Londres, Policy Studies Institute, pp. 40-52.
- Weffort, Francisco  
1972 *Sindicatos e Política*. Tese de doutorado, FFLCH/USP.

## Resumo

### *A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho*

Neste texto discutimos algumas das abordagens institucionais ou normativas recentes de diferentes disciplinas na área do trabalho com o objetivo de construir um esquema de análise para estudos comparativos sobre modelos de relações de trabalho. O texto está dividido em quatro partes. Na primeira, discutimos as razões pelas quais essas temáticas e abordagens foram recentemente valorizadas. Na segunda, apresentamos algumas contribuições nesse campo: os *socioeconomistas*, os analis-

tas de *industrial relations* e os autores do *neocorporativismo*. Depois, tratamos rapidamente da bibliografia latino-americana e brasileira sobre o tema. No último tópico, argumentamos sobre a necessidade de estudos empíricos sobre diversos aspectos das relações de trabalho no Brasil e apresentamos uma proposta de modelo de análise.

**Palavras-chave:** relações de trabalho, mercado de trabalho, socioeconomia

### **Abstract**

#### *The Contribution of Institutional-Normative Approaches in Labor Studies*

With the purpose of constructing an analytical framework for comparative studies on labor relations models, the article discusses some recent institutional or normative approaches found in different areas of labor studies. The first part of the text explores why these topics and approaches have recently gained esteem. Some of the field's lines of thought are presented in the second part: socio-economists, industrial relations analysts, and the authors of neocorporativism. The third part takes a brief look at the Latin American and Brazilian bibliography. Lastly, the article argues that empirical studies on various aspects of labor relations in Brazil are needed. It closes with a proposal for a model of analysis.

**Keywords:** labor relations, labor market, socio-economics

## A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia

Cecília Loreto Mariz

### Introdução

Em uma sociedade que cada vez mais se globaliza, a pluralidade religiosa se amplia. Essa ampliação contribui, por um lado, para o surgimento de novas formas de sincretismos religiosos e propostas de macroecumenismo e, por outro, para o crescimento do fundamentalismo e da intolerância religiosa (Gellner, 1993; Oro, 1996; Pace, 1997; Parker, 1997). Assim, a religião, nesse fim de milênio, tem sido marcada em todo o mundo por um reflorescimento paralelo de duas tendências opostas de vivência da fé. Enquanto cresce o número de indivíduos que adotam uma identidade religiosa desinstitucionalizada e descomprometida, combinada a um discurso intimista, relativista e flexivelmente elaborado através de uma *bricolage* pessoal e própria (Hervieu-Léger, 1993; Parker, 1997), aumenta também a quantidade de pessoas que se afiliam a igrejas e a grupos religiosos ortodoxos, com discursos autoritários. Marcando claramente suas fronteiras ao acusar outras religiões de demoníacas, esses grupos ortodoxos ou fundamentalistas exigem comprometimento e mudança de vida de seus fiéis (Kepel, 1992; Gellner, 1993).

Muitos autores europeus chamam a atenção para o fato de que cresce naquele continente a população que adota, além do sincretismo e da *bricolage* religiosa, concepções de mundo em que inexistem uma oposição rígida entre o bem e o mal. Tais autores identificam esse modelo de religião com o pós-modernismo e com a rejeição deste à cultura ocidental moderna. Apontando para o tradicional contraste feito por Weber e

outros autores entre o deus imane oriental e o deus transcendente ocidental, entre o monismo oriental, que não concebe o bem e o mal como totalmente excluídos, e o dualismo ocidental em que o bem e o mal se excluem completamente, Colin Campbell observa que a cultura religiosa dos países centrais do mundo ocidental adquire cada vez mais elementos tidos como orientais ou opostos à modernidade ocidental (Campbell 1997). Campbell chama esse processo de transformação da cosmovisão religiosa ocidental de “orientalização” do Ocidente.

Enquanto, nos países mais ricos e nas camadas mais instruídas dos países mais pobres, a “orientalização” é fenômeno religioso marcante neste fim de milênio, no Brasil (especialmente em suas camadas populares), como em outros países do chamado Terceiro Mundo, a novidade é o crescimento de grupos religiosos que defendem ortodoxia e desencadeiam “guerras espirituais” contra outras religiões, contra o descomprometimento com a fé, a superindividualização e as “*bricolages* religiosas”. Como, no Brasil, a prática religiosa sincrética sempre esteve presente, em diferentes graus, nas diversas camadas sociais, o que vem se destacando como maior novidade é a crescente popularidade — especialmente nas camadas sociais menos privilegiadas, que tendiam sempre a ser mais receptivas a outras religiões mais cordatas e submissas<sup>1</sup> — de um estilo religioso bélico de confrontação e acusações explícitas. Essas camadas mais pobres passam a rejeitar elementos cognitivos e valorativos identificáveis como não ocidentais que para elas sempre prevaleceram.

Com efeito, os tais elementos religiosos e culturais, definidos por Campbell como orientais, têm sido considerados pela literatura nacional sobre identidade brasileira como típicos de nossa cultura e de nosso povo. São exemplos desses elementos o sincretismo e a *bricolage* religiosa, a fraca ética resultante de não haver polarização absoluta entre o bem e o mal e, ainda, a maior ênfase em expressões festivas e rituais do que em discursos ideológicos e ascéticos, ou seja, a chamada “tendência brasileira para a *carnavalização*”. Uma postura ambivalente em relação a esses aspectos de uma suposta “identidade brasileira” já tem sido sublinhada pela literatura: vistos como empecilhos à implantação de uma sociedade “desenvolvida” — para os parâmetros industriais e democráticos do ocidente — esses valores são ora criticados, quando se lamenta a falta de cultura cívica, a ausência de ética no espaço público brasileiro ou ainda a alienação dos oprimidos, ora enaltecidos, quando se analisam os aspectos negativos da modernidade ocidental e se descobre um Brasil menos “contaminado” por essa modernidade opressiva.

O crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais, com sua proposta de “guerra espiritual” e “libertação dos demônios”, tem despertado muito a atenção, não apenas dos cientistas sociais, mas também da mídia e da população em geral. Na última década, os grupos evangélicos no Brasil inspiraram grande quantidade de artigos, livros, pesquisas, além de muitas dissertações e teses de pós-graduação em nosso país e no exterior. A maior parte desses trabalhos chama a atenção para a importância do demônio no discurso desses grupos religiosos.<sup>2</sup> Proponho-me aqui a fazer um balanço da literatura sócio-anropológica sobre a “guerra espiritual” em solo brasileiro, discutindo como têm sido analisadas e interpretadas as crenças e práticas dos pentecostais no seu confronto com os demônios.

A teologia da “guerra” ou “batalha espiritual” advoga que evangelizar — pregar a mensagem cristã — é lutar contra o demônio, que estaria presente em qualquer mal que se faz, em qualquer mal que se sofre e, ainda, na prática de religiões não cristãs. Esse tipo de teologia — embora seja inerente à tradição cristã ocidental e já tenha

sido bastante popular em vários momentos da história dessas igrejas, como foi o caso da caça às bruxas na Idade Moderna — ressurge atualmente com força nova e se expande globalmente. A maior parte dos estudos realizados no Brasil, contudo, analisam a teologia da guerra espiritual apenas no contexto nacional. Alguns autores parecem mesmo ignorar que se trata de fenômeno internacional.<sup>3</sup>

Apesar de a literatura sobre guerra espiritual no Brasil se concentrar na análise das igrejas neopentecostais — com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus —, a crença de que existem religiões demoníacas e de que as religiões espíritas e afro-brasileiras são demoníacas, além de ser geral no universo evangélico brasileiro,<sup>4</sup> está também presente no catolicismo, especialmente entre os grupos carismáticos. Como mostrou recente pesquisa (Fernandes *et al.*, 1998), 89% dos evangélicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo os protestantes históricos, declararam existirem religiões demoníacas: 95% desses entrevistados consideraram, entre as diversas religiões apontadas, a umbanda e o candomblé como demoníacas; para 88% o espiritismo kardecista é demoníaco; e 30% vêem o catolicismo como demoníaco. É fato que os protestantes históricos tendem a ser um pouco mais tolerantes com a religião católica: apenas 18% afirmaram que o catolicismo é demoníaco. A Igreja Universal se destacou das outras igrejas evangélicas não tanto por relacionar as religiões afro-brasileiras ao demônio — outras igrejas, como as históricas renovadas e a Assembléia de Deus, apresentaram percentuais um pouco mais elevados do que a Universal para essa relação — mas por considerar o catolicismo demoníaco. Cerca de 43% daqueles que se identificaram como da Igreja Universal declararam que o catolicismo era demoníaco.<sup>5</sup> A teologia da guerra espiritual não é, portanto, específica do neopentecostalismo nem do pentecostalismo (Soares, 1990).<sup>6</sup> O que ocorre é a carência de trabalhos que tematizem a questão do demônio e da teologia da guerra espiritual em igrejas históricas e no movimento carismático. Além disso, falta no Brasil um trabalho que relacione os autores norte-americanos da teologia da guerra espiritual, compa-

rando-os com os nacionais, como o realizado por Winarczyk (1995) na Argentina. Não pretendemos suprir essa lacuna: neste artigo, nosso intuito é fazer um balanço dos estudos acadêmicos sobre esse tipo de cosmovisão religiosa.

Ao analisar a literatura sócio-antropológica sobre o demônio e a guerra espiritual no Brasil, vamos verificar que, em geral, são duas questões básicas que preocupam, em diferentes graus, os diversos autores.<sup>7</sup> Alguns se interessam sobretudo por saber em que medida a ênfase no diabo é um sinal de reencantamento, de remagicização e, por isso, responsável por uma passividade e/ou alienação política. Esses autores interpretam que a luta contra o demônio expressa simultaneamente a crise da modernidade e a ampla exclusão das camadas mais pobres dessa modernidade. Mas são esses mesmos autores que também levantam o segundo tipo de questão, que, na verdade, é a que mais tem interessado à maior parte dos pesquisadores que analisam “guerra contra o demônio” no Brasil: a relação entre a cultura religiosa predominante em nosso país e esse estilo religioso que enfatiza a guerra espiritual. É mais amplo o conjunto de estudos que se dedica a essa segunda questão e que sugere ser essa “guerra ao demônio” um novo processo de sincretismo. Argumentando que as rupturas dessa teologia com a cultura religiosa afro-brasileira, a que combate, são na verdade aparentes, esses autores vêem na afinidade entre essa teologia e as religiões afro-brasileiras a explicação para o sucesso dessa visão religiosa entre os mais pobres no Brasil.

Quando vamos analisar o perfil daqueles que se interessam mais por uma ou outra questão das duas acima, observamos uma certa vinculação entre a formação acadêmica e o *background* religioso desses autores com o tipo de interpretação que elaboram. Enquanto o segundo tipo de questão é mais comumente levantado por antropólogos sem vinculação ou militância reconhecida e assumida em nenhum grupo religioso, os autores que se preocupam mais com a primeira questão têm, em geral, formação em sociologia ou em ciência da religião, e quase todos têm militância religiosa, seja na Igreja Católica, seja em igrejas protestantes históricas.

### Teologia da Guerra Espiritual: Exclusão e Crise da Modernidade

O primeiro tipo de abordagem na literatura sobre guerra espiritual aparece em artigos de autores como Wilson Gomes, Marcelo Barros de Souza, Margarida Oliva, Bittencourt Filho, Jardimino, e ainda no livro de Ivo Pedro Oro. Em sua maioria, esses autores reconhecem que a expansão da teologia que enfatiza a luta demônio é um fenômeno que ocorre em termos globais e não apenas no Brasil. Em seus trabalhos aparecem incorporadas as críticas que já têm sido feitas por vários historiadores da cultura ao papel discriminatório, opressor, violento e sacrificial que a teologia da guerra ao demônio desempenhou na civilização ocidental, perseguindo minorias, destruindo suas culturas. Embora acusar o inimigo — ou apenas concorrente — de demoníaco remonte ao judaísmo antigo (Page, 1995; Barros de Souza, 1993; Oliva, 1995), esse tipo de acusação foi, de forma bem mais ampla e freqüente, utilizado pelos cristãos na perseguição aos judeus (Ginzburg, 1991; Hinkelant, 1995), na repressão da mulher quando da caça às bruxas e na expropriação e extermínio dos indígenas nas Américas (Cervantes, 1994 e Mello de Souza, 1986), para citar apenas casos mais extremados. A análise do discurso sobre o demônio consiste aí numa crítica ao próprio Ocidente, à sua postura conquistadora e ao seu universalismo opressor (Hinkelant, 1995). No entanto, ao contrário do que mostram os historiadores que analisam a demonização ocorrida na Europa e nas Américas nos séculos XV, XVI e XVII, a acusação de demoníaca passa a não ser mais um instrumento dos poderosos para desqualificar a cultura oprimida: o demonismo é, agora, rejeitado pelos mais poderosos e aceito e difundido pelos mais fracos e oprimidos da sociedade. Assim como, no Brasil, os pentecostais — especialmente os fiéis da Igreja Universal — estão entre os mais pobres, nos Estados Unidos, os *Evangelicals* — adeptos da teologia da guerra espiritual — são os mais pobres e menos instruídos de seu país.

A luta contra o demônio no mundo contemporâneo tem características sociológicas distintas da que teve lugar na Idade Moderna. Não se

pode argumentar, nos dias de hoje, que a demonização seja, como foi no passado, um instrumento utilizado pelos socialmente mais poderosos para justificar seu poder sobre os mais fracos. Predominando entre os oprimidos, a demonização é agora interpretada como uma reação dos pobres contra a modernidade que não introjetaram e a que não se integraram. Os pobres não conseguem tal integração por já terem sido, de antemão, excluídos por essa mesma modernidade: sua exclusão prévia se dá, por exemplo, quando não têm acesso a uma educação que os instrumentalize com as categorias racionais da forma de pensar moderna. Tal exclusão, intelectualmente limitante, explicaria, para esses autores, a adesão a uma cosmovisão “mágica” como é a da guerra espiritual. Ivo P. Oro, por exemplo, afirma que a preferência por uma visão mais encantada se dá porque “custa aos fundamentalistas trabalhar com categorias racionais”. Essa teologia também é criticada por alienar, pois “a luta contra Satanás desvia a atenção das pessoas do verdadeiro inimigo” (Oro, 1996, p. 164).

Identificar o aspecto mágico da batalha espiritual não implica valorizar a modernidade e o pensamento racional. Segundo esses autores, a modernidade é a responsável pela guerra espiritual, seja por gerar a exclusão social, seja por estimular a limitação da racionalidade. A crítica à modernidade fica clara no trabalho de Margarida Oliva, que afirma:

“O desenvolvimento mais rápido da razão instrumental parece que retarda ou impede o desenvolvimento da razão comunicativa, gerando monstruosidades como a guerra ascética no Golfo, por exemplo, alimentada de ambos os lados, pela satanização do adversário (...). É nessa corrente subterrânea, que parece estar aflorando, nos mais diversos lugares do mundo — pelo menos do mundo ocidental —, que se insere a IURD com sua ênfase na ação demoníaca e na prática do exorcismo” (Oliva, 1995, p. 8).

Trata-se uma avaliação negativa da teologia da guerra espiritual e uma avaliação ambígua da modernidade. Se, por um lado, esta última é rejeitada por criar exclusão e outras “monstruosidades”, por outro, é valorizada quando se assume que, por não possuírem os instrumentais moder-

nos (como “categorias racionais”), que permitiriam identificar quem é o “verdadeiro inimigo”, os excluídos dessa modernidade se iludem e se afastam de seus próprios interesses e da possibilidade de transformar (para melhor, está implícito) o mundo em que vivem. Argumenta-se que, por estarem excluídos da modernidade e terem dificuldade de usar categorias racionais do pensamento, esses indivíduos adotam essa visão obscurantista. Essa ambigüidade é similar àquela em relação à religiosidade popular que identifiquei no discurso da teologia da libertação (Mariz, 1993) e também àquela em relação à idéia de cultura brasileira, aqui anteriormente mencionada, semelhança essa que se explica pela ambigüidade em relação à modernidade e à racionalidade moderna. Há aí, por um lado, valorização do pensamento racional e desprezo pela magia — expressos, por exemplo, num modelo evolucionista de religião e cultura implícito na afirmação “o que as novas propostas religiosas fazem e professam significa voltar atrás, recuperando a magia com muito vigor” (Prandi 1996, p. 95) — e, por outro, uma crítica a esse tipo de pensamento.

A questão do papel político do demônio e da guerra espiritual também é discutida em trabalhos que, não tratando especificamente desses movimentos religiosos, os comparam a outras tendências dentro do cenário político religioso do país (Prandi, 1996; Zaluar, 1995). Também esses autores identificam na teologia da guerra espiritual uma atitude apolítica e uma retração para o espaço privado. Reginaldo Prandi afirma que o pentecostalismo “prega a retirada do fiel para o interior da comunidade de culto, identificando o resto como território do demônio” (Prandi, 1996, p. 99) e argumenta ser essa religião “incapaz de pensar a moralidade de modo inteiramente não privatizado, como um pós-ético às avessas”<sup>8</sup>. Alba Zaluar, por sua vez, considera que, nas novas igrejas pentecostais, “é o exorcismo, mais do que a adesão a uma ética de conversão, que está em destaque”, e conclui que essas igrejas não propõem uma ética transformadora, mas apenas uma proteção mágica. Na sua opinião, a população pobre das favelas, atemorizada pelo tráfico e pela polícia, “busca refúgio no mundo da religião especialmente evangélica e este é um mun-

do sem política, sem civilidade, sem espaço público” (Zaluar, 1995, p. 31).

Não discordo da presença de elementos mágicos, que todos os autores analisados até então enfatizam no pentecostalismo e neopentecostalismo, mas discordo de que esses elementos sejam incompatíveis com uma ética civil e uma vida política como sugerem. Por um lado, concordo com Overing (1995) quando questiona o pressuposto de que uma responsabilidade moral e um sistema ético não se possam desenvolver dentro de uma concepção do mal como parte de uma ordem cosmobiológica. Por outro lado — e este é o ponto que mais quero destacar aqui —, é preciso relativizar a idéia de “remagicização” da sociedade brasileira,<sup>9</sup> afirmada por Prandi e implícita nos demais textos discutidos. Não há volta à magia entre os pentecostais uma vez que esses já tinham, antes da conversão, uma concepção religiosa bastante mágica (Mariz, 1994). Não pode, portanto, ter havido “volta”, pois nunca houve afastamento. Além disso, quero chamar a atenção para um aspecto menosprezado pela literatura sobre a teologia da guerra espiritual: essa teologia desempenha um papel opoissor à cosmovisão mágica e a-ética. Os crentes, por exemplo, não explicam sua atração para o pentecostalismo ou para o neopentecostalismo apenas pela maior eficiência de seus milagres e magia. Para os que defendem a guerra espiritual, não se pode justificar um culto a um ser sobrenatural apenas por sua competência em fazer milagres: o diabo também faz prodígios. Essa veneração tem que se basear na superioridade moral desse ser. O sentido moral de um milagre passa a ser mais importante do que a sua ocorrência.

### **A Guerra Espiritual e a Cultura Brasileira**

A questão sobre a relação entre a luta pentecostal e neopentecostal contra o demônio e a cultura brasileira desperta o interesse da maior parte dos que escrevem sobre esse assunto porque, como já foi dito, a teologia da guerra espiritual é vista como oposta aos elementos que nossa ciência social definiu como característicos de uma suposta identidade brasileira.

O que faz o Brasil Brasil, como diria Rober-

to DaMatta (1989), é a capacidade do seu povo de misturar o aparentemente “oposto”, de não adotar posições fechadas nem fronteiras rígidas ao construir suas identidades raciais, religiosas, políticas. É parte constituinte desta “brasilodicéia”, como denominou R. Motta (1992), construída por nossa ciência social,<sup>10</sup> a idéia de que o sincretismo é um fenômeno típica e exclusivamente brasileiro. Ora, a batalha espiritual, ao demonizar outras religiões, opondo-se claramente a misturas religiosas ou a práticas simultâneas em mais de um grupo religioso, parece ir contra o “sincretismo brasileiro”.

Outra característica tida como típica da identidade brasileira é a cordialidade. Para Sérgio Buarque de Holanda “o que faz Brasil Brasil” é o nosso “o homem cordial” (Holanda, 1987). Como a idéia de batalha de qualquer natureza se opõe ao mito da cordialidade tipicamente brasileira, muitos autores vêm na “guerra santa” desencadeada por igrejas pentecostais e neopentecostais contra as religiões afro-brasileiras a grande novidade (Oro, 1997; Mariano, 1995; Soares, M., 1990; Soares, L. E., 1993 entre outros), mesmo reconhecendo o pioneirismo da Igreja Católica nesse tipo de perseguição.<sup>11</sup>

Ainda faz parte desse imaginário construído sobre o Brasil a idéia de ser este um país com certo grau de permissividade e com moral flexível.<sup>12</sup> A suposta valorização do “malandro” na cultura brasileira reforçaria a idéia da debilidade ética como característica tipicamente brasileira. O malandro seria aquele cujo comportamento não é orientado por qualquer ética universal: sua motivação é “tirar vantagem” sem confrontos explícitos. Assim, o Brasil é visto como um país que carece de princípios éticos claros, explícitos e universalmente valorizados. Diz-se que, em vez de uma ética universal, teríamos uma ética relacional. Para muitos, esse seria o problema fundamental de nosso país. Há, contudo, aqueles que vêm nessa relativização da idéia de pecado uma qualidade que distinguiria positivamente o Brasil do modelo rígido e repressor do mundo moderno ocidental.

A possibilidade de negociação com o mal, encontrável nas religiões afro-brasileiras, faz com que sua religiosidade seja vista como tipicamente

brasileira. Nessas religiões, os seres espirituais não são absolutamente bons ou absolutamente maus.<sup>13</sup> Mas a ausência da figura do demônio cristão — ou, pelo menos, a relativização de sua maldade — caracteriza outras expressões religiosas populares. De forma similar, na tradição religiosa do caboclo da Amazônia, o demônio não desempenha papel muito importante nas explicações dos males e sofrimentos (Maués, 1997). Apesar de mais presente no catolicismo rústico do Nordeste, como mostra Eduardo Diatary Menezes em sua análise sobre a literatura de cordel, o diabo não é absolutamente mau e, muitas vezes, tem até uma “face humana e quase simpática” (Menezes, 1985, p. 107). Em inúmeras histórias de cordel, o diabo é “ao mesmo tempo logrado e admirado, derrotado e heroificado” (Menezes 1985, p. 110). Enfim, “o catolicismo brasileiro parece exibir uma curiosa subestimação” do poder e importância do diabo (Zaluar, 1985, p. 134).

À primeira vista, a teologia da batalha espiritual e as igrejas pentecostais pareceriam — seja por sua atitude de confronto (desvalorizando o sincretismo e sendo pouco cordiais com outras religiões), seja por sua ética de comportamento ascético (que varia em grau conforme as igrejas) — estar na contramão da cultura brasileira e ser em essência algo “antibrasileiro”. Imagina-se um embate entre a cultura brasileira e o pentecostalismo. Pierre Sanchis se pergunta: o Brasil se tornará pentecostal ou o pentecostalismo vai se abrasilizar? Apontando para a Igreja Universal, conclui pelo “abrilização” do pentecostalismo. Como revelam as análises de diferentes pesquisadores, essa igreja incorpora em seus ritos, em seu discurso e organização elementos das religiões afro-brasileiras e do catolicismo. Todos os autores analisados vão chamar a atenção para essa semelhança. Conclui-se que a guerra espiritual faz parte de uma “religiosidade mínima brasileira”, na expressão de Droogers (1987). Há um consenso sobre uma forte dependência entre o neopentecostalismo e os cultos de possessão das religiões afro-brasileiras (Birman, 1997). O estudo do pentecostalismo, especialmente no tocante à guerra espiritual, reacende assim o interesse sobre o tema do sincretismo.

Embora haja controvérsias sobre a definição do conceito de sincretismo e sobre sua utilidade como instrumento analítico, há consenso de que a teologia da guerra espiritual é um produto sincrético, tal como o pentecostalismo como um todo e a Igreja Universal em especial. Reconhece-se, contudo, que é um tipo de sincretismo diferente daquele sincretismo que ocorre na tradição católica (Birman, 1997; Sanchis, 1994).

Com efeito, como já foi afirmado anteriormente, há um consenso na literatura sócio-antropológica brasileira quanto ao fato de que a batalha contra o demônio é uma ruptura apenas parcial com a cultura e/ou religiosidade brasileira. Na verdade, a guerra espiritual refletiria mais uma proximidade do que uma distância entre o neopentecostalismo e as religiões afro-brasileiras. Assim, o neopentecostalismo e o pentecostalismo não estariam rompendo com a religiosidade popular brasileira, mas seriam uma continuidade desta. Por isso, muitos autores, acreditando que a conversão ao neopentecostalismo não implicaria ruptura cognitiva nem mudança de cosmovisão, chegam a questionar se essa conversão significa de fato algum tipo de mudança, se é mesmo uma conversão no sentido etimológico do termo (Birman, 1994; Prandi, 1996).

Ocorre, no entanto, que a literatura sobre a teologia da batalha espiritual no Brasil, de tanto enfatizar semelhanças, tem negligenciado a novidade que essa teologia representa.

Apontar que há nela — como no neopentecostalismo e mesmo no pentecostalismo — sincretismo com as religiões afro-brasileiras não é suficiente para apagar diferenças fundamentais entre suas cosmovisões. Nenhuma religião consegue evitar o sincretismo como importação cultural e “barganha cognitiva” (Berger & Luckmann 1966). Os pentecostais, e até mesmo os protestantes históricos, não podem fugir a essa regra. Já tem sido apontado por vários autores<sup>14</sup> esse sincretismo inconsciente<sup>15</sup> e implícito nas igrejas pentecostais, em especial na Igreja Universal no Brasil. Na verdade, esses grupos — embora sejam de fato sincréticos, o que parece inevitável — se distinguem por desvalorizarem e escondem de si próprios e de seus fiéis esse sincretismo. Em seu discurso, valorizam a ruptura com



religiosidades do passado e adotam o mito de uma “pureza da fé.” A depreciação da mistura e a valorização da pureza têm sido identificadas por Fry (1991) como características da cultura anglo-saxônica protestante, que se distinguiria da católica ibérica. Essa valorização do exclusivismo de identidade religiosa está relacionada à religião com ênfase na doutrina e, por isso, ao processo de racionalização religiosa descrito por Weber como marca da moderna sociedade ocidental.<sup>16</sup>

Da mesma forma, embora não seja novidade no Brasil a atitude de confronto aberto com outras religiões adotada pelos fiéis, deve-se reconhecer que é novo, como sublinha Soares (1993), que esse enfrentamento se faça a partir das classes populares. O autor interpreta esse antagonismo religioso entre classes populares como uma forma contraditória/dialética de aliança interna: um auto-reconhecimento e uma autovalorização das camadas populares, na medida em que elas se vêem a si mesmas como interlocutoras.

Apontando as similaridades da teologia da guerra espiritual com as religiões afro-brasileiras, muitos autores que se debruçam sobre a relação entre essa teologia e a cultura brasileira retomam o argumento daqueles que discutiam os limites do papel político dessa teologia em função de sua distância em relação ao discurso racional e de sua proximidade da magia. Sugere-se que as práticas de exorcismo ou libertação das igrejas neopentecostais sejam ancoradas simplesmente em princípios cosmológicos: o mal, sendo exteriorizado, retiraria do indivíduo a responsabilidade por seus atos. De fato, não se pode negar esse aspecto mágico e sincrético. Entretanto, é importante salientar que, para entender o grande apelo dessa teologia e dos rituais de exorcismo que ela implica, é preciso ir além da identificação dos elementos semelhantes e sincréticos e procurar ver os traços que a distinguem das religiosidades às quais se opõe.

O elemento mais importante na distinção entre a cosmovisão da guerra espiritual e a das religiões afro-brasileiras se evidencia na debilidade da reação por parte de líderes dos grupos afro-brasileiros à ofensiva neopentecostal. Esse

tema foi analisado, em 1997, por Ari Pedro Oro. Por outro lado, quando comparamos essa reação à de membros das CEBs e de católicos progressistas em geral, vemos mais claros aqueles aspectos “antimágicos” — que também podem ser chamados de racionalizantes ou modernizantes — da guerra espiritual que venho discutindo e que são subestimados pela literatura.

### Como Se Reage à Guerra Espiritual no Brasil

Em seu trabalho *Neopentecostais e Afro-Brasileiros; Quem Vencerá esta Guerra?*, Oro (1997), para analisar a reação “dos atacados” — ou seja dos líderes dos cultos afro<sup>17</sup> — redireciona sobre os “atacantes” — a Igreja Universal — o foco que predomina em quase todos os trabalhos sobre guerra espiritual. Além de se perguntar por que os neopentecostais desencadeiam essa ofensiva contra as religiões afro-brasileiras, o autor se pergunta “por que o ‘povo de santo’ reage de forma débil”. O autor chama a atenção para o fato de que membros das religiões afro-brasileiras, por acreditarem no caráter divino do Espírito Santo, não podem “lutar contra os neopentecostais usando as suas próprias armas”. Também aponta como explicação para a fraca reação a desunião constitutiva do campo religioso afro-brasileiro. É tal a desunião que “nem mesmo a possibilidade de eleger um inimigo comum, como o neopentecostalismo, os une” (Oro 1997). Oro reconhece, contudo, que essa característica, juntamente com a maleabilidade e a ambigüidade do discurso desses grupos religiosos, embora atrapalhe o desenvolvimento de uma reação conjunta, parece ter auxiliado, como sugere Rita Segato (1994, *apud* Oro, 1997) essa religião a sobreviver às perseguições que sempre sofreu. A dificuldade de encontrar um inimigo comum que as una, bem como a maleabilidade do seu discurso, religioso revela uma diferença fundamental entre as religiões afro-brasileiras e a teologia da guerra espiritual, diferença essa que explica a fraca reação daquelas religiões a essa teologia. Nas religiões afro, tal como na cosmovisão oriental analisada por Campbell (1997), não há nem oposição rígida e exclusiva entre o bem e

o mal, nem a idéia de mal absoluto e universal, como há na teologia da guerra espiritual. Sem essa idéia de mal absoluto e universal é difícil organizar uma reação unificada, com a mesma força da ofensiva.

Os membros de grupos católicos progressistas, por sua vez, compartilham com a teologia da guerra espiritual a idéia de mal absoluto e de ética universal, mas acusam a Igreja Universal e seus fiéis por sua intolerância e sua “guerra espiritual”.<sup>18</sup> A acusação, contudo, não recai sobre a atitude de confronto inerente ao conceito de mal absoluto com o qual se constrói a figura do demônio. A oposição e a crítica focalizam o *a quem* ou o *o que* essa teologia define como “demônio” ou “inimigo”. A teologia da libertação, de fato, longe de rejeitar a idéia de demônio, a adota, mas com um significado bem diverso daquele que os pentecostais e neopentecostais<sup>19</sup> atribuem a essa idéia.

Há outra semelhança entre a teologia da libertação e a teologia da guerra espiritual. Como observei em estudo da luta contra o alcoolismo entre pentecostais, a exteriorização do mal realizada pela teologia da guerra espiritual tem aspectos similares aos propostos na teologia da libertação. Corten (1995) também destaca esse ponto quando afirma que o conceito de “pecado social” da teologia da libertação tem paralelos como a idéia do demônio como responsável pelos erros dos indivíduos e por mazelas sociais. Além dessas duas teologias se assemelharem por assumir valores universais, e por sua luta contra um mal absoluto, se aproximam quando relativizam a culpa individual. E mais importante: ambas as teologias usam o termo *libertação*. E é em nome dessa libertação que ambas defendem a luta contra os opressores.

### Conclusões

Quero chamar a atenção, neste trabalho, para a importância da demonização como instrumento eticização da religião e veículo portador da modernidade ocidental. Thomas (1991) enfatiza o fato de que a Reforma protestante fortaleceu o diabo e de que o apogeu dessa figura ocorreu de fato na Idade Moderna, e não na Idade Média (Nogueira, 1992). Enquanto na Idade Média se concebia um diabo relativamente fraco

porque se subjugava aos “bruxos”, na Idade Moderna surge e predomina a concepção de um diabo que domina os homens e somente pode ser subjugado por Deus.

Keith Thomas considera que, na Idade Moderna, o diabo tenha sido um agente de desencantamento. Acredito que, ainda hoje, ele pode, em alguns contextos, desempenhar esse papel. Um desses contextos seria o das camadas populares brasileiras. A demonização desencanta o mundo, em primeiro lugar, por reduzir o universo sobrenatural praticamente a apenas Deus e o(s) diabo(s). A guerra contra o diabo contribui para o declínio da magia na medida em que questiona a eficiência mágica como o critério mais importante para a adoção de um ritual ou realização de um culto. Esse discurso religioso enfatiza não apenas o poder de Deus, mas a sua piedade e justiça. Apesar de todo poder que detém, o demônio deve ser rejeitado juntamente com seus milagres. O critério moral e ético é aí mais importante do que a eficácia mágica. Destacar os aspectos modernizantes e “ocidentalizantes” da teologia da guerra ou batalha espiritual não significa negar seus aspectos “encantados”, que são evidentes na concepção de mal como entidade e não como conceito abstrato.

O papel do demônio e da demonização tem sido subestimado pela literatura brasileira sobre o tema. Ora, chamar a atenção para o papel dessa teologia no contexto das camadas populares brasileiras não significa nem negar a existência, nesse mesmo contexto, de outros papéis, nem afirmar que, em outros contextos, essa teologia vá desempenhar esse mesmo papel. Assim, a expansão da teologia da guerra espiritual entre aqueles que antes eram adeptos das religiões afro ou do catolicismo popular do tipo rural tem um sentido diferente da expansão dessa mesma teologia entre pessoas que tinham antes uma visão de mundo desencantada.

Nossa literatura tem visto a Igreja Universal como algo tipicamente brasileiro; todavia, para descobrir o que é específico de nosso contexto brasileiro, é preciso estabelecer comparações com o que vem ocorrendo em outras sociedades. E em nossa literatura quase não há comparações internacionais que possam ajudar, por exemplo,

a entender por que os *evangelicals* norte-americanos vêem seus demônios nos costumes sexuais modernos, nas teorias científicas como o evolucionismo — ou seja, nas mudanças e naquilo que elas trazem de novo — enquanto, para esses grupos religiosos brasileiros, o demônio tende a ser identificado com aspectos de sua tradição passada. Há maior ênfase nos demônios hereditários das religiões tradicionais do que no demônio que se poderia identificar nas novas teorias científicas e nos novos estilos de vida.

Por fim, considero importante ampliar as análises de como os fiéis e líderes das religiões afro-brasileiras e de outros grupos religiosos reagem à idéia de batalha espiritual. Essas análises podem revelar semelhanças e diferenças impor-

tantes entre os pressupostos cognitivos e valorativos dessas cosmovisões religiosas. Constatase que a debilidade da reação afro aponta para uma distância entre sua cosmovisão e a da teologia da guerra espiritual. Em contraste, observa-se que essa teologia compartilha elementos cognitivos e valorativos com a teologia da libertação. Não nego aqui as diferenças entre essas visões, em especial o aspecto mágico da teologia da guerra espiritual; destaco, contudo, as semelhanças e o aspecto modernizante<sup>20</sup> — negligenciados pela literatura sobre o tema no Brasil — que podem tornar-se potencializadores de lutas.

(Recebido para publicação  
em outubro de 1998)

#### Notas

1. Há contudo exceções a esta tendência como foi o caso do movimento de Canudos.
2. No entanto Lehmann (1996, p. 139) observa que a literatura mais ampla sobre pentecostalismo (cita o livro de David Martin e David Stoll) não se refere à ênfase no demônio nem se refere à guerra espiritual desse movimento religioso contra outros grupos religiosos.
3. Como lembram Mariano (1995) e Winarczyk (1995), somente a partir da década de 80 essa teologia, que nos Estados Unidos se chama teologia do *Power Encounter* ou *Dominion Theology*, tem sido sistematizada. Os maiores difusores desse tipo de teologia seriam Peter Wagner e o Fuller Theological Seminary School of World Mission na Califórnia, seminário onde Wagner lecionou e que forma missionários evangélicos para todo o mundo. Além disso Peter Wagner é o coordenador da Rede de Guerra Espiritual Internacional (Mariano, 1995). Na sistematização recente dessa teologia e na versão que tem se expandido pela América Latina, é dada uma ênfase especial à questão missionária. O missionário é aí um guerreiro espiritual e o exorcismo pode se tornar um instrumento importante de evangelização.
4. Mariano (1995) afirma que quando Peter Wagner, já mencionado na nota anterior, veio a São Paulo como coordenador da “Rede de Guerra Espiritual Internacional” pregou num templo metodista. Também cita o caso de um televangelista batista de São Paulo que é um grande propagador dessa teologia no Brasil.
5. Observamos em vários artigos do jornal *O Mensageiro* e da revista *Seara* os conceitos de “demônios territoriais” e “demônios nacionais” e o da “janela 10 por 40” divulgados por autores de *Dominion Theology* norte-americana (Mariz, Campá e Bernardo, 1997).
6. Segundo Mariza Soares (1990, p. 93) “o que vem sendo denominado de ‘guerra santa’ não são propriamente os cultos de libertação, que já são uma prática bastante antiga (...) A novidade (...) é o hábito de sair pelas ruas abordando pessoas e tentando invadir terreiros para expulsar o demônio no seu próprio reduto”.

7. Evidentemente essas duas questões não esgotam toda a literatura que analisa o tema. O trabalho de Jungblut (1992), por exemplo, se pergunta qual o papel do demônio e do seu combate na construção da identidade dos membros da Igreja Universal. Maria das Dores Machado (1996a e 1996b) analisa o papel do demônio na reelaboração da identidade de gênero e também da relação de gênero (ver também Mariz e Machado, 1997). No presente artigo, contudo, restrinjo-me à análise de textos sobre a demonização de outras religiões e conseqüentemente a guerra santa contra essas religiões.
8. Os dados de Coutinho (1996) referentes a fiéis da Igreja Universal questionam a afirmação de que essa igreja seja incapaz de propor uma ética para o espaço público.
9. Já critiquei essa idéia de volta da magia adotada no debate sobre o crescimento da guerra espiritual e do pentecostalismo em trabalhos anteriores (Mariz e Machado, 1993; Mariz, 1994, 1995, 1997).
10. Essa visão de Brasil, como lembra Otávio Velho (1997), não é de autoria única dos brasileiros e de sua elite intelectual, mas é fruto de um “jogo de espelhos” que sempre ocorre entre a cultura dos colonizados em relação à dos colonizadores no processo de construção da identidade dos primeiros.
11. Sobre a repressão institucionalizada dos cultos afro-brasileiros ver Maggie (1986), entre outros, e sobre o espiritismo ver Giumbelli (1997).
12. Para Velho (1997) nessa característica assumida pelos brasileiros tem origem a afirmação por parte de europeus de que “não existe pecado debaixo do Equador”.
13. A relação dos orixás, e especialmente Exu e Pombagira, com o mal já foi muito discutida na literatura antropológica brasileira (ver entre outros o trabalho de Trindade, 1982).
14. Ver, por exemplo, Almeida (1996), Barros (1995), Birman (1994; 1997), L. Silveira Campos (1997), Roberta C. Campos (1995), Oro (1992; 1997), Mariano (1995), Guimarães (1997), Gomes (1994), Oliva (1995), Pereira (1995), Ruth (1995), Seman e Moreira (1998), Zaluar (1995) entre outros.
15. Baseado em entrevistas com líderes neopentecostais, Mariano (1995) sugere que esse sincretismo nem sempre é inconsciente, mas às vezes é estrategicamente elaborado.
16. Este argumento foi mais desenvolvido em outro artigo Mariz e Machado (1994).
17. Oro (1996) lembra que essa questão quase não tem sido discutida. Mariano (1995) e L. Silveira Campos registram em seus trabalhos algumas reações de líderes desses cultos às ofensivas dos pentecostais. Em um exemplo retirado do jornal *O Globo*, Mariano cita o caso de um desses líderes de grupo afro-brasileiro que propôs medir as forças espirituais dos seus orixás com a força dos pastores exorcistas. Segundo L. S. Campos (199, pp. 419-420), esses conflitos ocorreram nos meados da década de 80, recentemente não teriam mais ocorrido.
18. Em pesquisa que realizamos com Centro de Estatística Religiosa e Informação Social (Ceris) no Rio de Janeiro e Campinas observamos, L. R. Benedetti e eu, que o grupo mais rejeitado pelos católicos progressistas era a Igreja Universal. (O relatório dessa pesquisa ainda não foi divulgado.)
19. A concepção de diabo desta teologia é ilustrada por Regina Novaes (1997) em seu artigo que discute a ressemantização da Besta Fera entre os agricultores ligados a pastorais católicas progressistas
20. O aspecto moderno do fundamentalismo evangélico é comentado rapidamente por Otávio Velho (1977) quando fala sobre “modernização anacrônica” e lembra que “os fundamentalismos, de certa maneira, poderiam ser analisados, também, a partir dessa ótica.” (Velho, 1997, p. 220) na medida em que adotam um modelo moderno quando este já está em crise e já é anacrônico.

## Bibliografia

- Almeida, Ronaldo M. de  
1996 A Universalização do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado Unicamp. Campinas.
- Barros, Mônica  
1995 A Batalha da Amargedom. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Barros Sousa, Marcelo  
1993 "Os Santos da Bíblia, Orixás da Mata e a Fé no Deus Vivo." In: Beozzo, J. (org.), *Curso de Verão ano VII*. São Paulo CESESP/ Paulus.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas  
1966 *The Social Construction of Reality*. Nova Iorque, Doubleday.
- Birman, Patrícia  
1994 "Destino dos Homens e Sacrifício Animal: Interpretações em Confronto." *Comunicações do ISEER*, n.º 45.  
1997 "Males e Malefícios no Discurso Neopentecostal." In: Birman, P.; Novaes, R. e Crespo, S. (org), *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed UERJ, pp. 62-80.
- Bittencourt Filho, José  
1991 "Remédio Amargo." *Tempo e Presença*, 13; 259, pp. 31-34.  
1993 "Do Protestantismo Sincrético: Um Ensaio Teológico Pastoral sobre o Pentecostalismo Brasileiro." In: Beozzo, José Oscar (org.), *Curso de Verão ano VII*, São Paulo, Paulinas.
- Campbell, C.  
1997 "A Orientalização do Ocidente; Reflexões sobre uma Nova Teodicéia para um Novo Milênio." *Religião e Sociedade*, 18 (1) 5-22.
- Campos, Leonildo S.  
1997 *Teatro, Templo e Mercado*. Petrópolis, Vozes/UMESP.
- Campos, Roberta B. C.  
1995 Emoção, Magia, Ética e Racionalização: as Múltiplas Faces da Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Cervantes, Fernando  
1994 *The Devil in the New World; The Impact of Diabolism in New Spain*. New Haven and London, Yale University Press.
- Coutinho, M. J. V.  
1996 "Considerações sobre a Cultura Cívica da Igreja Universal." *Textos Graduados 3/3*, segundo semestre 1996, pp. 56-60.
- Corten, André  
1995 *Le Petecôtisme au Brésil; Émotion du Paurver et Romantisme Théologique*. Paris, Karthala.
- DaMatta, Roberto  
1989 *O que Faz o Brasil Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco.
- Droogers  
1987 "A Religiosidade Mínima Brasileira." *Religião e Sociedade*, 14/2, pp. 62-86.

- Fernandes, R. *et alii*  
 1998 *O Novo Nascimento*. Rio de Janeiro, ISER/Mauad.
- Freston, Paul  
 1993 Protestantismo e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas..
- Frigerio, Alejandro  
 1997 "Estabelecendo Pontes: Articulação de Significados e Acomodação Social em Movimentos Religiosos no Cone-Sul." In: Oro, Ari Pedro e Steil, Carlos Alberto. *Globalização e Religião*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- Fry, Peter  
 1991 "Politicamente Correto num Lugar, Incorreto Noutro." *Estudos Afro-Asiáticos*, 21, pp. 167-178.
- Gellner, Ernest  
 1993 *Post Modernism, Reason and Religion*. London, Routledge.
- Ginzburg, Carlo  
 1991 *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Giumbelli, E.  
 1997 *O Cuidado dos Mortos; uma História da Condenação e Legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Gomes, Wilson  
 1993 "Cinco Teses Equivocadas sobre as Novas Seitas Populares." *Caderno do CEAS*, 139, Salvador, CEAS.  
 1994 "Nem Anjos, Nem Demônios." In: Antoniazzi, A (*et alii*), *Nem Anjos Nem Demônios*. Petrópolis, Vozes.
- Guimarães, Patrícia  
 1997 Ritos do Reino de Deus; Pentecostalismo e Invenção Ritual. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro.
- Hervieu-Leger, D.  
 1993 "Present-Day Emotional Renewals; the End of Secularization or the End of Religion?" In: Swatos, W. (ed), *A Future of Religion? New Paradigms for Social Analysis*. Londres, Sage.
- Hinkelmant, Franz J.  
 1995 *Sacrifícios Humanos e Sociedade Ocidental; Lúcifer e a Besta*. São Paulo, Paulus.
- Hollanda, Sérgio Buarque  
 1987 *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Junglut, Airton Luiz.  
 1992 "Deus e Nós o Diabo e os Outros: A Construção da Identidade da Igreja Universal do Reino de Deus." *Cadernos de Antropologia*, n.º 9, Porto Alegre, PPGAS, UFRGS.
- Kepel, Giles  
 1992 *A Revanche de Deus*. São Paulo, Siciliano.
- Kolakowski, I  
 1985 "O Diabo". *Religião e Sociedade*, 12/2.

- Lehmann, David  
1996 *Struggle for the Spirit* Cambridge. UK, Polity Press.
- Machado, Maria das Dores Campos  
1996a *Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. Campinas, Anpocs, Autores Associados.  
1996b “Conversão Religiosa e a Opção pela Heterossexualidade em Tempo de AIDS”. *Sociedad y Religión*, 14/15, pp. 95-110.
- Maggie, Y.  
1986 “O Medo do Feitiço — Verdades e Mentiras Sobre a Repressão às Religiões Mediúnicas”. *Religião e Sociedade*. 13/1, pp. 72-85.
- Mariano, Ricardo,  
1995 “Neopentecostalismo: Os Pentecostais Estão Mudando”. Dissertação de mestrado em sociologia. São Paulo, USP.
- Mariz, C.  
1994 “Libertação e Ética uma Análise do Discurso dos Pentecostais que se Recuperam do Alcoolismo”. In: Antoniazzi, A. et alii. *Nem Anjos Nem Demônios*. Petrópolis, Vozes.  
1993 “As CEBs e a cultura popular”. *Comunicações do ISER*.  
1997 “O Demônio e os Pentecostais no Brasil”. In: Birman, P.; Novaes, R. e Crespo, S. (org), *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ.
- Mariz, Cecília L. e Machado, Maria das Dores  
1994 “Sincretismo e Trânsito Religioso; Comparando Pentecostais e Carismáticos”. *Comunicações do ISER*, 45 (13), pp. 24-34.  
1996 “O Pentecostalismo e a Redefinição do Feminino”. *Religião e Sociedade*.
- Mariz, C.; Campá W. e Bernardo, M. L.  
1997 O Demônio nas Publicações Evangélicas: Comparando Pentecostais com Neopentecostais. Trabalho apresentado no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia SBS, Brasília, agosto.
- Maués, H.  
1997 “‘Malineza’: Um Conceito da Cultura Amazônica”. In: Birman, P.; Novaes, R. e Crespo, S. (org), *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed UERJ.
- Menezes, E. D.  
1985 “A Quotidianidade do Demônio da Cultura Popular”. *Religião e Sociedade*, 12/2.
- Motta, Roberto  
1992 “Etnia, Sincretismo e o Pensamento Social Brasileiro.” Trabalho apresentado na CLACSO, grupo de Trabalho Identidade na América Latina, dezembro.
- Nogueira, Carlos R.  
1992 *O Diabo no Imaginário Cristão*. São Paulo, Editora Ática.
- Novaes, R  
1997 “As Metamorfoses da Besta Fera: O Mal, a Religião e a Política entre os Trabalhadores Rurais”. In: Birman, P.; Novaes, R. e Crespo, S. (org), *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed UERJ.
- Oliva, Margarida M. C.  
1995 Ação Diabólica e Exorcismo: A Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado PUC-SP, São Paulo.

- Oro, Ari Pedro  
 1997 "Neopentecostais e Afro-brasileiros: Quem Vencerá Esta Guerra?" *Cadernos do NER*, 1 (1), Revista do Núcleo de Estudo da Religião da UFRGS.  
 1996 "Considerações Sobre a Modernidade Religiosa". *Sociedad y Religión*, 14/15, pp. 61-70.
- Oro, Ivo  
 1996 *O Outro é o Demônio; uma Análise Sociológica do Fundamentalismo*. São Paulo, Paulus.
- Overing, Joanna  
 1995 "There Is No End of Evil: The Guilty innocents and their fallible gods." *In: Parker, D. (ed.), The Anthropology of Evil*. Oxford, Basil Blackwell.
- Pace, E.  
 1997 "Religião e Modernização." *In: Oro, A. e Steil, C. Globalização e Religião*. Petrópolis, Vozes pp. 25-44.
- Page, Elaine  
 1996 *As Origens de Satanás*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- Parker, Christián  
 1997 *Religião Popular e Modernização Capitalista*. Petrópolis, Vozes.
- Pereira, C. L.  
 1995 *Línguas de Fogo; Rios de Água Viva; Experiência Pentecostal em Salvador*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- Pierucci, Antônio Flávio e Prandi, Reginaldo.  
 1996 *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- Prandi, Reginaldo.  
 1996 "Perto da Magia, Longe da Política; Derivações do Encantamento no Mundo Desencantado." *In: Pierucci, Antônio Flávio e Prandi, Reginaldo. A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec.  
 1996a "Religião Paga; Conversão e Serviço." *In: Pierucci, A. F. e Prandi, R. A Realidade Social das Religiões no Brasil; Religião, Sociedade e Política*. São Paulo, Hucitec.  
 1997c "Religião e Globalização." *In: Oro, A. e Steil, C. Globalização e Religião*. Petrópolis, Vozes.
- Ricoeur, Paul  
 s/d *O Mal*. Ed. Papyrus.
- Rolim, F.C.  
 1985 *Pentecostais no Brasil: Uma Interpretação Sócio-religiosa*. Petrópolis, Vozes.
- Rubim, Christina  
 1991 *A Teologia da Opressão*. Dissertação de Mestrado Universidade de Campinas. Campinas.
- Ruuth, A.  
 1995 *Igreja Universal do Reino de Deus*. Estocolmo, Almqvist & Wiksell International.
- Sanchis, J. P.  
 1994a "Para Não Dizer Que Não Falei de Sincretismo." *In: A Dança do Sincretismo, Comunicações do ISER*, ano 13, n.º 45.  
 1994b "O Repto Pentecostal." *In: Antoniazzi et alii. Nem Anjos Nem Demônios*. Petrópolis, Vozes.



- Santos, Socorro  
 1993 O Reino de Deus na Terra do Diabo, Igreja Universal do Reino de Deus: Um estudo Sobre o Fenômenos dos Novos Grupos Religiosos Autônomos em Campina Grande. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais Universidade Federal da Paraíba Campus Campina Grande).
- Seman, P. e Moreira P.  
 1998 "La Iglesia Universal del Reino de Deus en Buenos Aires y la Recreación del Diablo Atraves del Realineamiento de Marcos Interpretativos". *Sociedad y Religion*, 16.
- Soares, Mariza de Carvalho.  
 1990 "Guerra Santa no País do Sincretismo". In: Landim, Leilah (org), *Sinais dos Tempos. Diversidade Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER.
- Soares, Luiz Eduardo  
 1993 "A Guerra dos Pentecostais Contra os Afro-brasileiros: Dimensão Democráticas do Conflito Religioso no Brasil." *Comunicações do ISER*, 44, pp. 43-50.
- Souza, Laura de Mello de.  
 1986 *O Diabo na Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Thomas, Keith  
 1991 *A Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Trindade, Liana  
 1982 "Exu: Reinterpretações Individualizadas de um Mito". *Religião e Sociedade*, 8, pp. 29-36.
- Velho, Otávio  
 1987 "O Cativo da Besta Fera." *Religião e Sociedade*, 14 (1), pp. 4-27.  
 1997 "Utopias Contemporâneas: Ausência do Mal?" In: Birman, P; Novaes, R. e Crespo, S. *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed UERJ.
- Weber, Max  
 1991 *Economia e Sociedade* (v. 1) Brasília, Editora UNB.
- Winarczyk, Hilário  
 1995 "La Guerra Espiritual en el Campo Evangélico". *Sociedad y Religión*, 13: (111-126) marzo.
- Zaluar, Alba  
 1985 "O Diabo em Belíndia". *Religião e Sociedade*, 12/2, pp.132-138.  
 1995 "O Medo e os Movimentos Sociais". *Proposta* n.º 66, pp. 24-32, setembro.

## Resumo

### *A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia*

Duas preocupações marcam a literatura sócio-antropológica que tem discutido a "batalha espiritual" deflagrada por pentecostais e neopentecostais no Brasil: por um lado, o reencantamento dessa teologia, por outro, sua relação de continuidade e ruptura com a religiosidade afro-brasileira e com a chamada "cultura brasileira". A partir de uma análise crítica dessa bibliografia, o presente artigo desta-

ca o papel ético da teologia da “guerra espiritual” e argumenta que, como processo de eticização da religião, a guerra ou batalha espiritual se constitui num elemento portador e transmissor da modernidade ocidental.

**Palavras chaves:** pentecostalismo, sincretismo, atitude religiosa

**Abstract**

*The Theology of the Spiritual Battle: A Bibliographical Review*

The socio-anthropological literature on the “spiritual battle” waged by Pentecostals and neo-Pentecostals in Brazil has been marked by two concerns: the re-enchantment of this theology, on the one hand, and its relation of continuity and rupture with Afro-Brazilian religiosity and so-called Brazilian culture, on the other. Based on a critical analysis of this bibliography, the article underscores theology’s ethical role within this spiritual war and argues that as a process of ethicizing religion, the battle is an element that conveys Western modernity.

**Keywords:** Pentecostalism, syncretism, religious attitude

## A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Identificar as principais tendências da área das Ciências Sociais da Imagem no Brasil é o objetivo principal deste trabalho, cuja base é um mapeamento de pesquisadores, instituições e arquivos brasileiros que trabalham com a relação entre imagem e ciências sociais. Esse mapeamento, coordenado por mim e realizado de outubro de 1996 a outubro de 1997, vem sendo atualizado anualmente.

Embora com ênfase na antropologia visual, o estudo abrange dados mais gerais, na interseção de várias disciplinas das ciências sociais e afins, levando à reflexão sobre os usos interdisciplinares da imagem e suas fronteiras em relação à antropologia.

É interessante mostrar que, indagados sobre suas áreas prioritárias de trabalho, apenas 48 dos pesquisadores que responderam ao questionário base do mapeamento — num total de 147 — afirmaram lidar com a área específica de interesse deste estudo, isto é, com pesquisas em linguagens imagéticas, ou ligadas a questões teórico-metodológicas que relacionam imagem e disciplinas ou temas das ciências sociais. Os demais indicaram as mais diversas temáticas das ciências sociais e humanas.

Há também os que responderam ser sua área de interesse a que se relaciona aos usos da imagem na pesquisa em ciências sociais, porém com preocupações mais técnico-instrumentais do que metodológicas.

A indicação de um interesse geral na área em questão como área prioritária de trabalho parece, contudo, em muitos casos, relacionar-se ao uso da imagem como uma forma analítica a

mais — além da forma textual — para a compreensão do recorte do real estudado. Em outros casos, parece mesmo indicar o uso dos recursos imagéticos como auxiliares da pesquisa verbal, como elementos adicionais na captação do real trabalhado, ou, ainda, como meras ilustrações do recorte em estudo.

A pesquisa visual nas ciências sociais, de qualquer forma, parece ser um campo ainda em definição, sem fronteiras delimitadas, por onde o pesquisador ainda caminha sem muita clareza, às vezes dedicando-se a aspectos estritamente relacionados à problemática das linguagens em imagens, às vezes valendo-se das imagens como simples ilustração de um texto verbal. Essas duas formas limite estabeleceriam o *locus* específico da reflexão que aqui tem lugar.

### O Campo das Ciências Sociais da Imagem no Brasil

As ciências sociais no nosso país e no mundo, desde seu advento, sempre usaram imagens como ilustração do real ou como instrumento metodológico de captação de certos nuances do real que o simples olhar do observador, durante a estada em campo, não pode perceber. Todos os tipos de imagens — a fotográfica especialmente, mas também a cinematográfica e, mais recentemente, a videográfica, lado a lado com as demais formas de iconografia — acompanham as ciências sociais desde o seu nascimento. É bem verdade que a antropologia, mais do que as outras ciências sociais, soube valer-se da imagem de modo minucioso, buscando a precisão e am-

pliando, *a posteriori*, o campo etnográfico ao olhar do pesquisador, com nuances e pequenos detalhes que haviam escapado ou não haviam sido visualizados de forma sistemática. O material imagético levantado serve, sem dúvida, para ampliar consideravelmente a visão do campo cultural de uma determinada comunidade ou sociedade estudada.

Na sociologia, o recurso às imagens como elementos de análise foi utilizado sistematicamente pelos interacionistas simbólicos, da Escola de Chicago. Registros pessoais — correspondências, diários e sobretudo fotografias de caráter privado — passam a ser fatores fundamentais não só para o entendimento das culturas ou populações estudadas, mas também para a compreensão de suas eventuais resistências a mudanças e de suas possibilidades de adaptação. É o caso, por exemplo, do famoso estudo de Thomas e Znaniecki (1958) sobre a migração polonesa para os Estados Unidos.

Tanto na antropologia como na sociologia, as imagens eram tidas como um registro do real, como uma leitura exemplar do real. Claro que, no caso da análise dos interacionistas, o material iconográfico consultado servia para uma análise subjetiva do olhar do migrante: através dele era possível compreender as motivações para a manutenção da tradição ou para a mudança, tanto individual quanto dos grupos estudados, e, a partir daí, planejar uma atuação social, em relação a esses grupos ou indivíduos, de assimilação por parte da nova sociedade.

Observe-se, aqui, a diferença no uso de material imagético em relação a esse uso nas análises antropológicas iniciais, que buscavam no registro fotográfico ou videográfico uma forma de ampliação do olhar do pesquisador. No estudo mencionado, o registro imagético consiste num recurso a mais para a compreensão de outra cultura, mais importante talvez por se tratar de comunidade com padrões culturais diferentes dos ocidentais, ou de padrões culturais mais tradicionais. A imagem serve, então, como ampliação do olhar do etnógrafo na captação da realidade cultural em estudo. Esse é o caso também dos trabalhos de Margaret Mead.

Mais especificamente no artigo “A Antro-

*pologia Visual em uma Disciplina Verbal*” (Mead, 1979), essa autora nos diz que uma imagem pode conduzir-nos à possibilidade de maior compreensão do real, por permitir, várias e várias vezes, a retomada da realidade para análise.<sup>1</sup> Também no hoje clássico manual de antropologia visual de Collier Jr. (1992), a imagem é tida como reprodução do real e, às vezes, como prova do real.

A maior parte das vezes, contudo, a imagem, — mais especificamente a fotográfica — foi usada como simples anexo dos trabalhos, como mera ilustração. Não havia preocupação analítica: a imagem servia simplesmente de prova do real analisado ou mesmo de prova da presença do autor no local estudado, como que para dar veracidade à análise realizada.

Também no Brasil, desde os primeiros estudos de ciências sociais, as imagens foram utilizadas como ampliação do olhar do pesquisador, como prova de campo ou de afirmações do autor, mas também como instrumento de compreensão dos óbices à ruptura de uma tradição ou de antecipação de problemas de adaptação.

São exemplos disso os trabalhos de Roger Bastide, de Gilberto Freyre e de tantos outros que se valiam da fotografia nos seus trabalhos como um suporte a mais à análise verbal de suas teses.

Dos anos cinquenta aos anos sessenta, os trabalhos desenvolvidos pelas ciências sociais no Brasil ou utilizavam imagens como forma de apreensão do real estudado para análises posteriores ao campo, ou as acrescentavam nos apêndices como elementos de ilustração. A documentação imagética servia como reforço do real trabalhado.

As décadas de 1970 e 1980 são de intensa produtividade para as ciências sociais do país. São anos de configuração e consolidação da pesquisa e do ensino em pós-graduação. São anos de intensa produção de dissertações e teses por pesquisadores brasileiros, defendidas tanto no exterior quanto no Brasil; aqui, principalmente no final dos anos setenta e durante todos os anos oitenta.

Documentos imagéticos fazem parte dos apêndices de grande parte do material produzi-

do pelas ciências sociais brasileiras no período. Seja na política, seja na sociologia, seja na história e, principalmente, na antropologia, os registros imagéticos passam a compor os trabalhos acadêmicos, mas sempre — salvo uma ou outra exceção em que há um esforço analítico — como ilustração às teses defendidas pelos autores, como prova da veracidade das afirmações analisadas ou da presença do autor no campo.

O poder da imagem acrescentada vinha reforçar o recurso verbal da análise, pela veracidade que acrescentava à linguagem escrita. O valor documental da imagem, juntamente com outros registros, começou, assim, a ter um peso específico na configuração analítica das ciências sociais no âmbito acadêmico. O pesquisador começa a ver, relacionar, catalogar e sistematizar as imagens como documentos, isto é, como provas do real.

É a partir dos anos setenta que as imagens passam a ganhar um espaço mais evidente de documentação nas ciências sociais do país. Os arquivos começam a ter uma preocupação mais objetiva com esses materiais, vistos como elemento analítico importante para a configuração histórica e social do país.

Também nos centros universitários, os pesquisadores começam a organizar, sistematizar e catalogar imagens em arquivos, consideradas como dados documentais que, mais do que ilustrar teses de um autor, servem a outros pesquisadores na compreensão e busca analítica do real.

Em suma, os anos setenta e oitenta trouxeram para o pesquisador brasileiro em ciências sociais uma consciência mais clara do valor do documento imagético para a análise do fenômeno social, levando-o a debruçar-se sobre imagens, a preocupar-se com o registro imagético e, ainda, a buscar mais sistematicamente a organização de acervos de imagens cuja utilização pudesse ir além da demandada por um trabalho específico de um determinado autor.

A história vai desempenhar um papel importante nesse novo processo de conscientização do valor da imagem. A valorização dos registros imagéticos como prova ou ilustração histórica, ou mesmo como uma ajuda a mais à historiografia — por contar analiticamente um conjunto de fa-

tos estudados — levou pesquisadores nessa área a se preocuparem com a organização e criação de acervos de imagens. Assim é que, no decorrer dos anos setenta, criam-se, no interior, núcleos de pesquisa, de linhas mais sistemáticas de conservação, catalogação e, em alguns casos, de sistematização de registros imagéticos. As imagens saem dos museus e ganham *status* acadêmico.

É interessante notar que, nesse mesmo período, historiadores se debruçam sobre a história do país e passam a publicar documentos sistematizados em função de um olhar específico sobre determinado fato ou tema da história. É esse o caso dos dois volumes de Pinheiro e Hall (1979 e 1981). Nessas sistematizações de documentos históricos se incluem materiais imagéticos tais como charges, pinturas e fotografias, indicando a importância do visual como registro e análise de uma época.

Ainda nos anos setenta e oitenta, é possível encontrar também, entre historiadores brasileiros, artigos sobre o uso metodológico das imagens nas pesquisas históricas. Exemplo disso são os diversos artigos de Moreira Leite publicados em revistas científicas brasileiras, sobretudo de ciências sociais (Moreira Leite, 1983, 1986, 1988, 1988a, entre outros).

No Brasil, parece que o despertar mais sistemático para o uso da imagem no trabalho acadêmico das ciências sociais, nos anos setenta e oitenta, ganhou um significado interdisciplinar em relação às diversas disciplinas que compõem essa área de conhecimento. Como um olhar que se lapida, as diversas disciplinas das ciências sociais começam um diálogo entre si, a princípio tímido, mas que, nos anos noventa, vai ganhando força e formando o que convencionei chamar de Ciências Sociais da Imagem.

Os anos noventa são anos não só de intensa discussão sobre o que é o trabalho com imagens nas ciências sociais, mas também de fina delimitação das fronteiras de singularidades na interdisciplinaridade, na busca de se respeitar o espaço singular a cada uma das disciplinas envolvidas. A conscientização da importância do valor documental da imagem e dos seus usos nas ciências sociais, que antes era apenas uma idéia

que se esboçava, agora se fortalece como fator relevante na delimitação de fronteiras e na conformação disciplinar, como área específica de interesse e de pesquisa.

Esse esforço das ciências sociais pode ser percebido, desde 1986, na criação da mostra sistemática de vídeos nos encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais — ANPOCS, bem como na criação, em 1992, de um Grupo de Trabalho sobre Usos da Imagem. Tanto nos encontros nacionais, como nos encontros regionais, são muitos os esforços no sentido da criação de uma área de discussão permanente sobre imagem na Associação Brasileira de Antropologia — ABA.

Também na área de história, em 1997, a questão da imagem como área específica de estudo e de pesquisa ganha espaço no seu núcleo de discussão nacional, a reunião da Associação Nacional de Professores Universitários de História — ANPUH. A *Revista Brasileira de História* (1998) dedica um número ao tema, sob o título “Dossiê Arte e Linguagens”.

Essa busca das ciências sociais dos anos noventa — no sentido de delimitar o campo de trabalho com imagem como uma linha de pesquisa de caráter quase disciplinar — ao mesmo tempo que denota uma preocupação em relação aos recortes capazes de lhe conferir autonomia relativa como disciplina, deixa claro o desejo de instituir uma metodologia específica para seus usos, metodologia essa que a diferencie de outras áreas, sem contudo afastar as possibilidades de discussão e troca interdisciplinar.

Nesse sentido, a antropologia — que engloba uma disciplina em construção, mas já consolidada no imaginário dos que a praticam, qual seja, a antropologia visual — ganha espaço prioritário como fundamentação do *locus* das pesquisas em imagem nas ciências sociais. É entre os antropólogos que se tem a mais avançada, embora ainda tímida, discussão sobre a necessidade de delimitação das fronteiras disciplinares teórico-metodológicas, discussão essa que vem ganhando força a cada momento.

Nas demais disciplinas das ciências sociais, como a sociologia, a história e a política, embora tenha crescido o interesse pelo uso das imagens

como recurso metodológico auxiliar à pesquisa social, a discussão de uma área própria de reflexão e pesquisa tendo a imagem como foco analítico é ainda mais tímida. Não são de desprezar, entretanto, os esforços em termos de discussão realizados nessa direção tanto em fóruns nacionais e regionais, como internamente a programas e núcleos de ensino e pesquisa que iniciam a formação, identificação e reconhecimento de áreas e linhas de pesquisa em imagem.

### Quem é Quem nas Ciências Sociais da Imagem no Brasil

A partir dos anos noventa, o crescente número, no Brasil, de profissionais e estudantes de ciências sociais interessados na área de imagem vem reforçando as discussões, nos programas de pós-graduação e cursos de graduação, em torno do estatuto dessa área ou como disciplina ou como linha de pesquisa singular, com autonomia temática.

É na antropologia, mais precisamente na antropologia visual, que essa discussão está mais desenvolvida, e é aí que se podem sentir os esforços práticos mais salutares e de maior visibilidade no sentido da formação de núcleos de ensino e de pesquisa voltados especificamente para o trabalho com imagem.

O Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é o mais antigo em termos de desenvolvimento de trabalhos sistemáticos no Brasil. O Navisual surgiu, no final da década de oitenta, como Laboratório de Antropologia Visual e, logo a seguir, no início dos anos noventa, ganhou *status* de núcleo (Rodolpho, A. *et al.*, 1995).

O Navisual contribui para o desenvolvimento da linha temática de antropologia visual no programa de pós-graduação em que se insere, formando profissionais pós-graduados na área, estimulando, com bolsas de iniciação científica, o interesse de estudantes de graduação em ciências sociais e ampliando, dessa forma, a discussão sobre o tema e o interesse profissional pela área.

Grande parte das dissertações e teses produzidas nesse núcleo tem a imagem como exer-

cício metodológico ou teórico-metodológico. Paralelamente, aí se desenvolve intenso trabalho resultante das teses e dissertações, sobretudo exposições fotográficas e de vídeos,<sup>2</sup> bem como exercícios de iniciação científica. O Navisual realiza também trabalhos de arquivo, conservação e sistematização da memória fotográfica. Seu acervo de vídeos documentais e etnográficos se amplia constantemente.

Enfim, os trabalhos e discussões do Navisual têm contribuído local e nacionalmente para os avanços epistemológicos das Ciências Sociais da Imagem, especificamente no campo da antropologia visual.

Outro grupo que se tem destacado na discussão epistemológica da Imagem nas Ciências Sociais é o Núcleo de Antropologia e Imagem — NAI, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Criado nos anos noventa, o NAI vem desenvolvendo trabalhos importantes para o desenvolvimento da área de imagem no país, especificamente no que concerne à linguagem videográfica como instrumento teórico-metodológico ou como suporte técnico para a pesquisa antropológica, ao mesmo tempo que estimula o debate sobre as fronteiras da antropologia visual no país bem como discussões em torno das questões legais sobre o uso de imagens no cotidiano da pesquisa em ciências sociais.<sup>3</sup> O NAI não só tem organizado ou apoiado a realização de mostras nacionais e internacionais de vídeos etnográficos,<sup>4</sup> como também edita uma das mais importantes revistas de Antropologia Visual no país, os *Cadernos de Antropologia e Imagem*.

Outros núcleos ou linhas de pesquisa em antropologia visual nas universidades brasileiras têm também contribuído para o debate e avanço sistemático da discussão epistemológica da disciplina: o Núcleo de Imagem e Som do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo (Lisa — USP); o Laboratório de Antropologia Visual do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Linha de Pesquisa em Antropologia Visual do Programa de Pós-Graduação em Multimeios da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vale lembrar que a área está em

pleno desenvolvimento, com o surgimento de novos grupos — o Laboratório de Etnografia Visual da Universidade Federal Fluminense (LEV-UFF), o Laboratório de Antropologia Visual do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe) — e com um número crescente, nas instituições de ensino superior de todo o país,<sup>5</sup> de novos pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação interessados na linha de pesquisa Antropologia e Imagem.

Nas demais disciplinas das ciências sociais, os anos noventa vão despertar interesses específicos no trabalho com imagem. A principal discussão gira em torno do caráter dessa temática: se teria *status* disciplinar ou se o trabalho com imagem serviria apenas como técnica auxiliar para a pesquisa social, destituída de interesse temático e sem desenvolvimento teórico-metodológico autônomo.

Essa discussão vem tomando corpo junto ao crescente número de alunos de pós-graduação e graduação que se sentem atraídos pelo tema e trazem as discussões sobre os limites do trabalho com imagem nas ciências sociais para seu processo formativo.

O Grupo de Trabalho sobre Usos da Imagem da ANPOCS teve papel importante nessa discussão e na ampliação dos horizontes dessa temática, que passa a estar presente em outras disciplinas das ciências sociais, que não a antropologia.

No âmbito da sociologia, três grupos de pesquisa se consolidam no país: o Núcleo Audiovisual de Documentação — NAVEDOC, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve um excelente trabalho de formação na área de imagem no curso de graduação em ciências sociais; o Núcleo de Documentação Visual Urbana do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano da UFRJ, com seu importante acervo visual sobre o urbano, além de trabalhos em multimídia e novas linguagens visuais;<sup>6</sup> e o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Imagem, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), que conseguiu, em 1994 — além de

estabelecer as bases de implantação da disciplina Ciências Sociais da Imagem nos currículos de graduação em ciências sociais e pós-graduação em sociologia — constituir uma linha de pesquisa independente, com várias dissertações defendidas e em andamento. Isso significa o reconhecimento do estatuto teórico-metodológico da área, entre as diversas temáticas disciplinares em sociologia. Esse grupo desenvolve, também, um trabalho nacional de sensibilização para a temática, através de cursos e assessorias e de um fórum interdisciplinar permanente sobre imagem, que ocorre mensalmente, desde 1995.<sup>7</sup>

Além desses três grupos em consolidação, existem profissionais e estudantes de sociologia, nas diversas IES, que se preocupam cada vez mais com a reflexão teórico-metodológica sobre a utilização da imagem e buscam, através de solicitações constantes de assessoria a núcleos e grupos de trabalho consolidados, implementar processos de formação de bases de pesquisa em Imagem e Ciências Sociais.

Na área de história, temos os trabalhos das pesquisadoras Miriam Moreira Leite, da USP — uma das pioneiras no trabalho teórico-metodológico sistemático com imagens fixas no Brasil — e Olga Von Simpsom, da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, que lida com o difícil entrecruzamento entre oralidade e imagens fixas, além de trabalhos realizados em arquivos históricos: o Centro de Pesquisa e Documentação — CPDoc, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro;<sup>8</sup> o Arquivo Edgard Leuenroth — AEL, da UNICAMP; e a Coordenação de Iconografia do Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco — FUNDAJ.<sup>9</sup>

Há também um excelente trabalho sendo desenvolvido pelo Departamento de História da UFBA, no Núcleo de Pesquisa e Produção de Vídeos Históricos, que conta com importante acervo de filmes históricos nacionais e internacionais e onde acontecem pesquisas e oficinas em vídeo, fotografia, cinema e história.

Os pesquisadores que responderam ao Mapeamento sobre Imagem e Ciências Sociais<sup>10</sup> estão situados, *grosso modo*, entre os que trabalham a imagem como arquivo e catalogação

ou entre os que utilizam a imagem como objeto e/ou instrumento de pesquisa. Uns e outros têm a imagem como referência para trabalhos de pesquisa nas ciências sociais. Em alguns acervos, as imagens são catalogadas como um tipo de documento a mais, juntamente com outros — como é o caso do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, e do Centro de Pesquisa e Documentação da FGV/RJ — em outros, elas recebem tratamento tal que a pesquisa e o olhar se voltam diretamente para o elemento visual, como é o caso da Coordenação de Iconografia da FUNDAJ.

A maior parte dos núcleos de pesquisa em imagem no Brasil começou a montar acervos a partir dos trabalhos por eles mesmos efetuados. Desde os finais dos anos oitenta, vários títulos foram catalogados e mostras tanto fotográficas quanto de vídeos foram organizadas. Nos anos noventa, começa a haver um intercâmbio de títulos entre diferentes acervos, e os diversos núcleos de pesquisa formam com seus acervos uma mostra de Brasil.

Títulos de fora do país passam a ser comprados ou trocados, aumentando consideravelmente o acervo fotográfico e videográfico do país. É esse acervo ampliado que, atualmente, serve não só de suporte para novas pesquisas, como também de instrumento de apoio para o ensino em ciências sociais. Acervo, pesquisa e ensino são tratados atualmente nos núcleos de imagem como elementos estreitamente relacionados.

As discussões sobre o significado do trabalho com imagem nas ciências sociais vem, portanto, ampliando não só as fronteiras no interior das quais a área se consolida, mas também o próprio significado de registro, em todas suas implicações sociais, políticas e econômicas. Discutem-se hoje os direitos do registrado e do registrante, bem como os da instituição que patrocinou o registro. Em outras palavras, a legislação brasileira sobre imagem começa a ser discutida na busca de uma proposição mais profissional do uso de imagens nas Ciências Sociais da Imagem no país. Esse é mais um sinal do amadurecimento da área no sentido de consolidação de suas fronteiras e das reflexões sobre seus atributos, sua multidisciplinaridade e os limites a serem superados a cada novo avanço da pesquisa.



### Breve Balanço sobre a Produção Recente em Imagem e Ciências Sociais

A produção recente entre os pesquisadores em Imagem e Ciências Sociais é bastante auspiciosa. É possível dividi-la em três segmentos básicos: o primeiro, referente àqueles que lidam com a produção fotográfica e videográfica de modo específico para registro e catalogação do real estudado; o segundo, que abrange os que pensam analiticamente os processos geradores de imagem como produção cultural e social; o terceiro, concernente aos que usam a imagem como recurso complementar para seus trabalhos. Claro está que um mesmo pesquisador, em situações e momentos específicos, pode estar relacionado aos três recortes mencionados. O intento, aqui, não é situar a produção por pesquisador, mas tornar visíveis os campos em que trabalhos com o visual estão sendo desenvolvidos.

Como mostrou o Mapeamento de Pesquisadores em Imagem e Ciências Sociais (Koury, 1997), a produção videográfica nas ciências sociais do país já é considerável, especialmente na área de vídeos etnográficos, muito embora já seja também considerável o acervo nas demais áreas das ciências sociais. Esses vídeos surgem sempre, ou na maioria das vezes, como subprodutos de uma pesquisa maior. E quase sempre são resultados de registros ou reflexões de campo para o desenvolvimento de pesquisas *seniores*, dissertações ou teses,<sup>11</sup> que ganham vida independente ou paralela à da própria pesquisa.<sup>12</sup>

Não é diferente o que acontece com a fotografia, que acompanha uma pesquisa formal, na maioria das vezes, como um recurso técnico a mais para observação de campo. Às vezes ganham *status* próprio, compondo exposições temáticas, muitas delas bastante interessantes no que diz respeito à forma e à linguagem.<sup>13</sup>

Mas, na maioria das pesquisas em ciências sociais, tanto as produções de vídeo quanto as produções fotográficas, *grosso termo*, são exercícios visuais de um texto verbal, instrumentos de registro do real trabalhado em campo. Algumas vezes, é bem verdade, servem como recurso metodológico destinado ao processo educativo, como forma de ampliar a sensibilidade do aluno

em relação a novas formas de observação do real, ou ao modo de perceber aspectos de uma realidade que convencionalmente não seriam identificados pelo olhar que observa: o filme e a fotografia fazem do real observado um tipo de registro que normalmente escapa ao olho nu.<sup>14</sup> São documentos que, além de permitirem sistematizar informações importantes sobre o real registrado, alertam os que vivenciam o real para sua existência.

O registro passa a ser elemento de rememoração, ou de fomentação da memória no grupo que a perdeu ou está em processo de aculturação intensa, processo esse que não mais absorve em si os significados dos gestos.<sup>15</sup> Assim, a produção videográfica e fotográfica nas ciências sociais ainda é, em grande parte, resultado de fixações do real para melhor compreensão do recorte apreendido.

Vídeos ou fotografias, com poucas exceções recentes, raramente são feitos a partir de um roteiro específico para produção temática. Os roteiros, quando existem, são reflexos imediatos do trabalho de campo para uma pesquisa específica que não pode prescindir do recurso técnico videográfico ou fotográfico.

Incorporada ao texto escrito, a fotografia não ganha necessariamente espaço. E muitas vezes sequer dialoga com o texto onde está inserida. Em geral, apenas acrescenta ao texto a imagem como ilustração e não como reflexão sobre o processo a ser compreendido.

No caso das produções videográficas, os vídeos geralmente são subprodutos de pesquisas temáticas formais, que acompanham, para registro, todo o trabalho de campo, em longas horas de documentação. Os resultados, malgrado os constantes aprimoramentos tecnológicos, ainda são problemáticos: de um lado, apresentações de registros visuais extensos e monótonos, montagens fragmentadas ou poluídas pelo excesso de informações, muitas vezes repetitivas, com um narrador em *off*, que apenas pontua a paisagem;<sup>16</sup> de outro lado — em que já se sente o esforço de montagem a partir de um roteiro — a linguagem ainda não se adequa a uma produção em Ciências Sociais da Imagem, navegando em muitos casos, entre o documentário<sup>17</sup> e uma sucessão

de imagens impostas por um discurso textual que as constringe.<sup>18</sup>

O esforço para a delimitação de um campo da linguagem videográfica ou fotográfica nas ciências sociais é crescente e cheio de esperanças. Para isso têm contribuído, como já vimos, as diversas mostras de vídeos e de fotografias em uso nas ciências sociais realizadas nos diversos encontros nacionais e regionais de Antropologia, Ciências Sociais e História.<sup>19</sup>

Alguns trabalhos, extremamente significativos de uma nova fase da produção de vídeos e do uso de fotografias na análise das Ciências Sociais da Imagem, apontam para uma nova fase da pesquisa visual no país. São exemplos disso, na área de vídeos, os trabalhos de Tamara Tania Cohen Egler, da UFRJ, (Egler, 1992); Clarice Peixoto, da UERJ, (Peixoto, 1993 e 1995); de José Inácio Parente e Patrícia Monte-Mór, da Interior Produções, (Parente e Monte-Mór, 1987); de Bela Feldman-Bianco, da UNICAMP, (Feldman-Bianco, 1991 e 1995); de Elisa Cabral, da UFPb, (Cabral, 1991, 1994, 1997, 1998 e 1999); de Cornelia Eckert e equipe do Navisual, da UFRGS, (Eckert, 1997), de Ana Luisa Carvalho da Rocha (Rocha, 1997 e 1997a) entre outros.

Na área de fotografia, são indicadores deste novo amadurecimento das Ciências Sociais da Imagem no país os trabalhos de Miriam Moreira Leite (USP),<sup>20</sup> Etienne Samain (UNICAMP),<sup>21</sup> Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPb),<sup>22</sup> Luciana Bittencourt (USP),<sup>23</sup> Luís Eduardo Achutti (UFRGS),<sup>24</sup> Bertrand Lira (UFPb),<sup>25</sup> entre outros, bem como coletâneas sobre Imagem e Ciências Sociais que despontam no horizonte literário (Koury, 1998; Feldman-Bianco e Moreira Leite, 1998; Samain, 1998; Achutti, 1998; Eckert e Monte-Mór, 1999).

Nesses trabalhos, tanto o vídeo quanto a fotografia são utilizados como instrumentos de reflexão e de compreensão na pesquisa em Ciências Sociais, e não mais como auxiliares de leitura da realidade. O vídeo e a fotografia ganham *status* de produtores do real. Os códigos da criação visual ou de sua interpretação crítica passam, assim, a esclarecer os significados não só da imagem como produtora de reais culturais, mas

também de suas inter-relações com os processos de construção da memória individual ou coletiva, da construção de redes compreensivas a eles inerentes. Assim também, a produção de imagens passa a ser, por si mesma, objeto de reflexão e compreensão do imaginário social que as produziu.

Nesse sentido, os próprios produtores de imagens e os pesquisadores em Ciências Sociais da Imagem são também objeto de reflexão sobre a temática e a realidade pesquisada. A imagem passa de simples instrumento auxiliar da visão do pesquisador a objeto de análise e fundamento para a compreensão das inter-relações teórico-metodológicas do olhar na pesquisa em ciências sociais.

## Conclusão

O campo das Ciências Sociais da Imagem no país, como se pôde perceber através deste breve balanço, está em pleno amadurecimento. O crescente interesse pela área e o aumento constante do número de estudantes e profissionais que trabalham com imagens levam à reflexão não só sobre os alcances e significados do uso das imagens nas pesquisas, como também sobre as novas linguagens teóricas e metodológicas que buscam compreender o processo cultural ou, de forma reflexiva, os impactos dos processos culturais nessas novas linguagens e pesquisas científicas.

A expansão de acervos de imagens em centros de documentação ou em núcleos de pesquisa especializados possibilita ao cientista social novo enquadramento do olhar. A imagem deixa de ser apenas o indicativo de um real, passando a produtora de realidades. O documento visual implica, cada vez mais, conscientização em relação aos impactos do registro imagético sobre os elementos registrados, sobre quem os registrou e sobre as finalidades do registro, de forma a possibilitar que o documento seja questionado em seu valor simbólico de dado cultural específico, à luz de vários olhares que se inter cruzam e se tensionam. Isto re-significa a pesquisa em Ciências Sociais da Imagem como campo e como instrumento analítico.

Dessa forma, torna-se possível uma apreensão mais adequada do visual como instrumento crítico não só de um real a ser compreendido, mas também das características intrínsecas da produção visual nas ciências sociais, em sua condição de disciplina ou de área temática autônoma, ao mesmo tempo que multidisciplinar.

Os esforços significativos realizados pelos pesquisadores brasileiros na área de imagem nos anos noventa dão mostra da vitalidade do setor, de sua expansão e da busca de consolidação da área (Koury, 1997a), embora o sentido dos usos da imagem como objeto ou como instrumento ainda esteja difuso no dia-a-dia daqueles que a utilizam. Além disso, muitas das discussões ainda têm sido de caráter eminentemente técnico, o que não as torna pouco importantes, mas as restringe à confecção do vídeo ou da fotografia em seu *status* de instrumento.

Obviamente são essenciais à qualidade da imagem a apuração técnica da câmara, o enquadramento, os diversos planos que compõem os recortes da imagem, quer fotográfica, quer videográfica, quer cinematográfica. A qualidade técnica otimiza sobremaneira a utilização de recursos imagéticos na pesquisa antropológica, mas não é, por si só, suficiente.

Nem a antropologia visual nem qualquer outra

Ciência Social da Imagem pretendem fazer de pesquisadores da área especialistas da câmara. Nem têm, tampouco, o intuito de ocupar o lugar daqueles que utilizam esses instrumentos profissionalmente. A utilização das imagens na pesquisa social — quer como objeto, quer como instrumento — exige, principalmente, rigor conceitual em relação àquilo que se pesquisa, ou seja, a mensagem cultural transmitida ou remontada em outra linguagem que não a puramente escrita.

A necessidade de sistematizar esses esforços e de fazer um balanço sobre quem é quem nas Ciências Sociais da Imagem tem sido um dos elementos estimulantes desse processo de consolidação, provocando, com crescente intensidade, discussões teórico-metodológicas e busca de definição conceitual mais rigorosa entre os profissionais que atuam com a pesquisa em Imagem nas Ciências Sociais.<sup>26</sup> Isso tem permitido, sem dúvida, um caminhar mais seguro e uma delimitação de fronteiras — mesmo que provisórias, ou, melhor dizendo, sempre provisórias — que estimulem e acelerem a consolidação da área de antropologia visual, ou de uma Ciência Social da Imagem, para resgatar um contexto mais interdisciplinar.

(Recebido para publicação em outubro de 1998)

#### Notas

1. Ver também Lakoff (1996).
2. Para um balanço sobre as atividades do Navisual/UFRGS, remeto para os trabalhos de Rodolfo, A. *et al.* (1995); de Rosa (1995) e de Eckert, C. *et al.* (1997).
3. É interessante notar que esta discussão aflorou nacionalmente durante o Fórum sobre o Uso, Conservação e Intercâmbio de Imagens nas Ciências Sociais, realizado sob a coordenação de Bela Feldman-Bianco, no XIX Encontro da ANPOCS, em 1995. O mesmo tema foi retomado no XX Encontro Nacional da ABA, em 1998, em um novo Fórum coordenado por Cornélia Eckert.
4. Juntamente com a Interior Produções.
5. É o caso de pesquisadores e estudantes na área nas IES do Acre, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba (Campina Grande), Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Paraná.
6. Este Núcleo representa no Brasil o Prêmio MobiuV, de trabalhos em cultura, arte e comunicação que utilizam novas tecnologias em imagem.
7. É deste grupo a publicação dos *Cadernos Imagem e Sociedade*, que têm por objetivo pensar as bases epistemológicas da relação imagem e sociedade na prática sociológica, bem como a necessidade da interdisciplinaridade na pesquisa em imagem.

8. Extenso arquivo em imagem e publicações importantes sobre Imagem e História Política Brasileira.
9. É interessante ver os diversos catálogos do AEL, os *Cadernos do AEL*, bem como os catálogos da Coordenação de Iconografia da FUNDAJ, que demonstram os esforços no sentido de conservação, sistematização, catalogação e auxílio interdisciplinar às pesquisas (Medeiros, 1995; Manini, 1997, entre outros). Cabe aqui destacar, também, as publicações e os incentivos da FUNARTE à área de fotografia e de vídeo, em forma de premiação nacional e de estímulo à pesquisa em imagem, desde 1980.
10. Koury (1997).
11. Dados de que disponho no momento: no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, 20 dissertações e teses utilizando imagens foram defendidas no período de 1993 a 1999; no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB — campus I, entre 1994 e 1999, foram defendidas 10 dissertações com utilização de imagens; no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, entre 1998 e 1999, foram apresentadas cinco dissertações com utilização de imagens.
12. Ver, por exemplo, os vídeos: Peixoto (1993); Chianca (1995); Magni e Goldophim (1996), entre inúmeros outros.
13. Ver, por exemplo, as exposições fotográficas: Silva (1993); Brites (1993); Magni (1994); Gastaldo (1995), Guterres (1996); Barreto (1996); Achutti (1996), Alimonda e Martín (1998) entre inúmeras outras.
14. Ver, por exemplo, os interessantes artigos de Fonseca (1998) e de Dantas (1998).
15. Como é o caso da produção videográfica do CTI — Centro de Tecnologia Indigenista, da USP; do AUÇUBA — Vídeos e Consultorias em Antropologia Visual, de Pernambuco, e de uma série de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que trabalham com vídeo e fotografia no país.
16. Ver, por exemplo, Rosa *et al.* (1997); Gouveia (1997), entre outros.
17. Ver, por exemplo, Woortman (1990); Novaes (1994); Fonseca (1995), entre outros.
18. Ver, por exemplo, Oliveira (1994); Sims (1997), entre outros.
19. Especificamente os ligados à ABA, à ANPOCS e à ANPUH. Sem esquecer, contudo, da excelente Mostra Internacional de Vídeos Etnográficos, promovida pela Interior Produções, do Rio de Janeiro, em seu sexto ano de existência. É importante destacar os debates suscitados nestes espaços em relação a uma linguagem fotográfica e videográfica própria para uso nas ciências sociais com cineastas, comunicadores, documentaristas científicos e de televisão, fotógrafos, com resultados importantes para a delimitação de um campo específico para o visual nas ciências sociais. Destaque-se também o exercício crítico sobre a produção visual em ciências sociais feito pelos cientistas sociais da imagem, que tem resultado em melhorias técnicas e conscientização de linguagens videográficas e fotográficas no campo teórico-metodológico da pesquisa em ciências sociais.
20. Moreira Leite (1983, 1986, 1998, 1998a, 1993, 1998).
21. Samain (1995, 1997, 1998).
22. Koury (1998, 1998a, 1998b, 1999a)
23. Bittencourt (1996), originalmente tese de doutorado.
24. Achutti (1997), originalmente dissertação de mestrado.
25. Lira (1997), originalmente dissertação de mestrado.
26. Esse aspecto se evidencia desde a formação do Grupo de Trabalho Usos da Imagem na ANPOCS, cuja característica principal foi, além de tentar uma visualização das pesquisas e dos profissionais sobre Imagem e Ciências Sociais no Brasil, uma discussão teórico-metodológica sobre os sentidos da utilização da imagem na pesquisa social. Como consequência, abriu-se um Fórum sobre o uso das imagens nas Ciências Sociais, de onde saiu a proposta de um Mapeamento dos pesquisadores, instituições e arquivos sobre Ciências Sociais da Imagem (Koury, 1997; 1999). Nesse

Fórum, também, têm início as discussões sobre a necessidade de propor para a área uma legislação sobre usos e direitos em relação a imagens. As discussões teórico-metodológicas se aprofundam nos últimos encontros temáticos, como o II Encontro de Antropólogos do Mercosul, em novembro de 1997, no Uruguai, e no XX Encontro Nacional da ABA, em Vitória (ES), em abril de 1998. Nesses dois últimos encontros, as discussões sobre Imagem nas Ciências Sociais visaram um aprofundamento teórico e metodológico no campo da Imagem e a delimitações de suas fronteiras como campo disciplinar específico. As discussões objetivaram-se também em um esforço de compreensão e estabelecimento de uma legislação sobre usos e direitos relativos à imagem nas ciências sociais. Não se pode deixar de ressaltar a importância das discussões sobre as inter-relações entre Imagem e Memória nos estudos recentes das ciências sociais apresentados no XX Encontro Nacional da ABA, em abril de 1998 e no XXII Encontro da ANPOCS, em outubro de 1998, ambos sob a coordenação de Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), contando com a participação de Míriam Moreira Leite (USP), Cornelia Eckert (UFRGS), Ana Luiza Carvalho Rocha (UFRGS), Héctor Alimonda (UFRRJ), Regina Novaes (UFRJ), Sílvia Porto Alegre (UFC) e Dominique Gallois (USP). Isso demonstra um avanço salutar para o processo de consolidação e crescimento das Ciências Sociais da Imagem no país.

#### Bibliografia

- Achutti, Luís Eduardo Robinson (org.)  
1998 *Ensaio sobre o Fotográfico*. Porto Alegre, Prefeitura da Cidade de Porto Alegre.
- Achutti, Luís Eduardo Robinson.  
1997 *Fotoetnografia. Um Estudo de Antropologia Visual sobre Cotidiano, Lixo e Trabalho*. Porto Alegre, Tomo Editorial/Palmarinca.
- Bittencourt, Luciana  
1996 *Spinning Lives*. Lanhan, University Press of America.
- Cabral, Maria Elisa  
1998 "Quadro Número Zero. Uma Travessia Pictórica com Sérgio Lucena". In: Koury, M.G.P. (org.), *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- Collier, John  
1992 *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Dantas, Beatriz Góis  
1998 "Do Campo para a Escola". In: Koury, M.G.P. (org.), *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- Eckert, Cornélia *et al.*  
1997 "Inventariando a Grafia da Luz nas Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS". *Diálogos Antropológicos 1*.
- Eckert, Cornélia e Monte-Mór, Patrícia (orgs.)  
1999 *Imagem em Foco: Novas Perspectivas em Antropologia*. Porto Alegre, Ed. Universitária da UFRGS.
- Feldman-Bianco, Bela  
1995 "Reconstruindo a Saudade Portuguesa em Vídeo: Histórias Orais, Artefatos Visuais e Tradução dos Códigos Culturais na Pesquisa Etnográfica". *Horizontes Antropológicos 2*.

- Feldman-Bianco, Bela e Moreira Leite, Miriam L. (orgs.)  
 1998 *Os Desafios da Imagem*. Campinas, Papirus.
- Fonseca, Claudia  
 1998 "Simulação de Vôo no Estúdio de Edição". In: Koury, M.G.P. (org.), *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- Koury, Mauro Guilherme Pinheiro  
 1997 *Usos da Imagem nas Ciências Sociais: Pesquisadores*. João Pessoa, Manufatura.  
 1997a "Reflexões sobre a Antropologia Visual e da Imagem no Brasil". *Diálogos Antropológicos I*.  
 1998 "Caixões Infantis Expostos. A Questão dos Sentimentos na Leitura de uma Fotografia". In: Feldman-Bianco, B. e Moreira Leite, M (orgs.), *Os Desafios da Imagem*. Campinas, Papirus.  
 1998a "Relações imaginárias: A Fotografia e o Real". In: Achutti, L.E.R. (org.), *Ensaio sobre o Fotográfico*. Porto Alegre, Prefeitura da Cidade de Porto Alegre.  
 1999 *Usos da Imagem nas Ciências Sociais: Arquivos e Instituições*. João Pessoa, GIEPI/ UFPB.  
 1999a "Luto e Fotografia". In: Eckert, C. e Patrícia Monte-Mór, P. (org.), *Imagem em Foco: Novas Perspectivas em Antropologia*. Porto Alegre, Editora Universitária da UFRGS.
- Koury, Mauro Guilherme Pinheiro (org.)  
 1998 *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- Lakoff, Andrew  
 1996 "Freezing Time: Margaret Meads's Diagnostic Photography". *Visual Anthropology Review*, 12 (1).
- Lira, Bertrand de Souza  
 1997 *Fotografia na Paraíba. Um Inventário dos Fotógrafos através do retrato*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- Manini, Miriam  
 1997 "Os Usos da Iconografia no Ensino e na Pesquisa: O acervo de multimeios do Arquivo Edgard Leuenroth". *Cadernos AEL*, 5/6.
- Mead, Margaret  
 1979 "L'Anthropologie Visuelle dans une Discipline Verbal". In: *Pour une Anthropologie Visuelle*. La Haye, Mouton Éditeur.
- Medeiros, Ruth de Miranda Henriques (org.)  
 1995 *Arquivos e Coleções Fotográficas da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife, Massangana.
- Moreira Leite, Miriam L.  
 1983 "Fotografias de Família: Potencialidades e limitações da documentação fotográfica". *Cadernos do CERU*, 18.  
 1986 "A Imagem através das Palavras". *Ciência e Cultura*, 38 (9).  
 1988a "A Fotografia e as Ciências Humanas". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 25.  
 1988 "Fotografia e História". *Ciência Hoje*, 7 (89).  
 1993 *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp.  
 1998 "Imagem e Memória". In: Feldman-Bianco, B. e Moreira Leite, M. (orgs.), *Os Desafios da Imagem*. Campinas, Papirus.

- Peixoto, Clarice  
 1995 "O Jogo dos Espelhos e das Identidades: As observações Comparada e Compartilhada". *Horizontes Antropológicos*, n.º 2.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael  
 1979 "A Classe Operária no Brasil, 1889-1930". *Documentos*, Vol. I, São Paulo, Alfa-Ômega.
- Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael.  
 1981 "A Classe Operária no Brasil: Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado, 1889-1930". *Documentos*, Vol. II, São Paulo, Brasiliense.
- Revista Brasileira de História XVIII (35)  
 1998 *Dossiê Arte e Linguagens*.
- Rodolpho, Adriane *et al.*  
 1995 "A Experiência do Núcleo de Antropologia Visual-UFRGS". *Horizontes Antropológicos*, n.º 2.
- Rosa, Rogério Reus Gonçalves da  
 1995 "Experiência com Vídeo no Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS". *Horizontes Antropológicos*, n.º 2.
- Samain, Etienne  
 1995 "'Ver' e 'Dizer' na Tradição Etnográfica: Bronislaw Malinowski e a Fotografia". *Horizontes Antropológicos*, n.º 2.  
 1997 "Um Retorno à 'Câmara Clara'. Roland Barthes e a Antropologia Visual". *Diálogos Antropológicos*, n.º 1.
- Samain, Etienne, org.  
 1998 *Do Fotográfico*. São Paulo, Hucitec/CNPq.
- Thomas, W e Znanięcki, F.  
 1958 *The Polish Peasant in Europe and America*. New York, Dove Publications.

### Vídeos

- Cabral, Elisa Maria  
 1991 *Quadro Número Zero*. VHS. 24'. (UFPB).  
 1994 *A Jurema Sagrada*. VHS. 24'. (UFPB).  
 1997 *A Brincadeira dos Cocos*. VHS. 18'. (UFPB).  
 1998 *Espaços Poéticos de Gaston Bachelard*. VHS. 15'. (UFPB).  
 1999 *Olhos da Alma, Cantos do Coração*. VHS. 22'. (UFPB).
- Chianca, Luciana  
 1995 *O Maior São João do Mundo*. VHS. 18'. (UFPB).
- Eckert, Cornélia e Equipe do Navisual/UFRGS  
 1997 *Saudade em Festa*. VHS. 18'. (UFRGS).
- Egler, Tamara Tania Cohen  
 1992 *Rio, Nome do Lugar*. VHS. 20'. (UFRJ).
- Feldman-Biano, Bela  
 1991 *Saudade*. VHS. 59'. (UNICAMP).

- Fonseca, Cláudia *et al.*  
 1995 *Ciranda, Cirandinha...* . VHS. 20'. (UFRGS).
- Gouveia, Patrícia  
 1997 *Mulheres de Luta*. BETACAM. 17'. (UERJ).
- Magni, Claudia Turra & Godolphim, Nuno  
 1996 *Nomadismo Urbano*. VHS. 20'. (UFRGS).
- Novaes, Sylvia Caiuby  
 1994 *Um Casamento no Paquistão*. VHS. 43'. (USP).
- Oliveira, Henrique Luiz Pereira  
 1994 *Vida Laboriosa*. S-VHS. 17'. (UFSC).
- Parente, José Inácio & Monte-Mor, Patrícia  
 1987 *Rio de Memórias*. VHS. 33'. (Interior Produções/RJ).
- Peixoto, Clarice  
 1993 *À La Recontre dus Petit Paradis*. VHS. 20'. (UERJ).
- Rocha, Ana Luiza Carvalho da  
 1997 *Arqueologias Urbanas, Memórias do Mundo*. BETACAM — NTSC. 38'. (UFRGS).  
 Em colaboração com Maria Henriqueta Creidy Satt).
- 1997a *A Cidade e suas Ruínas*. S-VHS — NTSB. 28'. (UFRGS).
- Rosa, Rogério *et al.*  
 1997 *Artesãos do Cipó: Índios no Morro de Santana*. VHS. 30'. (UFRGS).
- Sims, Cynthia  
 1997 *O Bonde Rastafari (A história do reggae carioca)*. 35mm. 32'. (UFF).
- Woortman, Ellen F.  
 1990 *As Mulheres da Areia*. VHS. 19'. (UNB).

#### *Exposições Fotográficas*

- Achitti, Luis Eduardo Robinson  
 1996 *Etnografia da Reciclagem do lixo em Vila Periférica de Porto Alegre*. Porto Alegre, PPGAS/NAVISUAL/UFRGS.
- Alimonda, Héctor & Martin, Luis  
 1998 *Mar de Morros*. Caxambú, XXII ANPOCS. PROEX, CPDA/UFRRJ.
- Barreto, Maria Cristina Rocha  
 1996 *A Cidade da Parahyba, 1889-1930. Exposição com 20 fotografias atribuída a Alfredo Rodriguez*. João Pessoa, PPGS/CCHLA/UFPb.
- Brites, Jurema G.  
 1993 *Aprendiz de Bacana*. Porto Alegre, PPGAS/NAVISUAL/UFRGS.
- Gastaldo, Édison  
 1995 *Esportes de Combate*. Porto Alegre, PPGAS/NAVISUAL/UFRGS.
- Guterres, Liliâne S.  
 1996 *Ensaio sobre a Escola Imperadores do Samba*. Porto Alegre, PPGAS/NAVISUAL/UFRGS.



Magni, Cláudia Turra

1994 *Os Moradores de Rua de Porto Alegre*. Porto Alegre, PPGAS/NAVISUAL/UFRGS.

Silva, Josiane A.

1993 *Bambas da Orgia. Sobre a escola de Samba Bambas da Orgia*. Porto Alegre, GAS/NAVISUAL/UFRGS.

## Resumo

### *A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico*

Este artigo busca identificar as principais tendências nas pesquisas que utilizam a Imagem nas Ciências Sociais do Brasil através da análise das informações obtidas no I Mapeamento sobre Pesquisadores, Instituições e Arquivos em Imagem no Brasil, por mim coordenado, e de um balanço das teses e dissertações, das formações de núcleos e bases de pesquisa e das comunicações apresentadas nos diversos grupos de trabalhos sobre Imagem, nas reuniões nacionais da ANPOCS e da ABA, e nos diversos encontros regionais e locais, a partir dos anos 90. Traça, por fim, um perfil do movimento de consolidação da área de Imagem no País, seus principais achados, seus impasses, linhas de pesquisa, e caminhos teórico-metodológicos escolhidos.

**Palavras-chave:** imagem e sociedade; antropologia visual; sociologia da imagem

## Abstract

### *The Image in Brazil's Social Sciences: A Critical Essay*

The article seeks to identify the main trends in research on the image in Brazil's social sciences. I analyze information from the project "Primeiro Mapeamento sobre Pesquisadores, Instituições e Arquivos em Imagem no Brasil" (1<sup>st</sup> Mapping of Brazil's Researchers, Institutions, and Archives on Images) and evaluate theses and dissertations, the establishment of work and research groups, and papers presented at national ANPOCS (National Association of Social Science Research and Graduate Studies) and ABA (Brazilian Anthropological Association) meetings and at various regional and local meetings in the 1990s. Lastly, I sketch a profile of the consolidation of this field in Brazil, its principle findings, impasses, research lines, and the theoretical and methodological choices made.

**Keywords:** image and society; visual anthropology; sociology of the image



## O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica

Jawdat Abu-El-Haj

No início dos anos oitenta, um grupo de acadêmicos tentou reacender o interesse das ciências sociais no estudo do Estado. Num artigo pioneiro, Dietrich Ruerschemeyer e Peter Evans desenvolveram uma abordagem para analisar as melhores condições subjacentes a uma intervenção pública que aglutinasse os recursos sociais disponíveis numa sociedade. A hipótese levantada apontou a autonomia do Estado como a chave do sucesso de ações desenvolvimentistas. O poder de intervenção seria fortalecido na medida em que o Estado adquirisse independência em relação aos grupos políticos organizados. O universalismo dos objetivos da intervenção autônoma mobilizaria a sociedade ampliando sua capacidade de ação coletiva:

“Veremos a ‘autonomia relativa’ como tão importante de ser estabelecida quanto a necessidade de se ter um aparelho burocrático e argumentamos, particularmente, que uma certa autonomia é necessária não só para a formulação de objetivos coletivos mas também para a implementação de políticas públicas” (Ruerschemeyer e Evans, 1983, p. 4).

A autonomia do Estado dos grupos de interesses é garantida através de dois fatores: a existência de uma burocracia coesa, coerente, disciplinada e tecnicamente preparada e o enraizamento de um *esprit de corps*. O primeiro é condicionado por características clássicas da burocracia weberiana: fronteiras das instituições claramente delimitadas (missão, objetivos, normas etc.); centro transparente da tomada de decisões políticas; e mecanismos internos que encorajam o aperfeiçoamento técnico. A melho-

ria do *status* da carreira pública — reforço necessário à elevação do poder público acima da pressão privada — implica preparo técnico, estabilidade de carreiras e piso salarial compatível com o mercado de trabalho.

O segundo fator, o *esprit de corps*, é um mecanismo informal necessário para garantir a disciplina interna do serviço público. A consciência coletiva primordial da missão cívica das instituições públicas na promoção do bem-estar universal é um fator essencial na impermeabilização ético-administrativa do Estado em relação às investidas de interesses privados.

Ruerschemeyer e Evans (1983) vincularam a crescente descentralização do Estado à *complexificação* social, que toma diferentes formas como, por exemplo, a diversidade das categorias ocupacionais, o aumento do número de setores econômicos dinâmicos e os contatos intensos com o mercado internacional. Ocorre que a *complexificação* social e, subseqüentemente, o crescimento institucional acarretam distanciamento entre os órgãos periféricos do setor público e a cultura organizacional desse setor. A incongruência entre as antigas e as novas estruturas administrativas do serviço público poderia comprometer a coordenação administrativa e a harmonia das políticas públicas.

O enfraquecimento da coesão interna, juntamente com a perda da missão institucional, conspira contra a autonomia do Estado. Em países periféricos, a situação se agrava em virtude da carência de quadros técnicos preparados e disponíveis para novas funções no serviço público. Nos anos oitenta, esse desafio se aprofun-

dou com o apelo à descentralização administrativa do setor público. Ruerschemeyer e Evans (1983) escreveram:

“Todavia, oferecendo tal autonomia às subunidades, o Estado cria sérios problemas de coesão corporativa e de coordenação, especialmente quando forças da sociedade civil poderosas e divergentes tendem a se apropriar de partes do aparato estatal e a usá-los para seus próprios interesses. O Estado enfrenta então o perigo de perder suas atribuições específicas, que consistem sobretudo na habilidade de operar com base em uma perspectiva mais geral e inclusiva do que a possível para atores privados inseridos no mercado. Se a descentralização destruir a capacidade do Estado de agir coerentemente em caminhos que reflitam objetivos e diagnósticos gerais, o caráter singular de sua contribuição terá se perdido” (*op. cit.*, p. 9).

Os autores reconhecem a inevitabilidade da descentralização como resultado da diversificação das demandas sociais. Aceitam a idéia de que a intensificação de contatos entre um Estado descentralizado e os interesses sociais organizados, gradualmente, debilita a autonomia do Estado e compromete a universalidade da intervenção. A conjunção de problemas acarretados pela descentralização, apresentada pelos dois sociólogos já em 1983, configurou a agenda de pesquisas da sociologia política nos anos noventa. Resumindo, os autores escreveram:

“Isto leva ao questionamento crítico sobre a possibilidade de existirem mecanismos de integração neutralizante que tornem possível combinar coordenação coerente e efetiva com uma descentralização que é mais do que mera dispersão geográfica da administração” (*op. cit.*, p. 4).

Num estudo empírico recente sobre atendimento primário de saúde, Charles Collins e Andrew Green demonstraram os dilemas da descentralização, argumentando que as concepções predominantes nessa área confundem descentralização dos serviços com privatização. Enfatizaram o perigo dessa conceituação, que ameaça a universalidade de atendimento e mantém a intervenção pública nas áreas sociais:

“A revisão da literatura contemporânea a respeito da descentralização nos países em desenvolvi-

to revela tendência, em alguns lugares, de se confundir descentralização com privatização. Essa confusão aparece sob duas formas. Primeiro, a privatização é constantemente definida como forma específica de descentralização. A segunda forma de confusão é encontrada quando a descentralização é vista como estratégia de privatização substitutiva do mercado” (Collins e Green, 1994, pp. 461-462).

Os autores acusam o Banco Mundial de encorajar a idéia da superioridade gerencial do setor privado. As publicações desse organismo propagam, por exemplo, a adoção, por parte da administração pública, dos métodos gerenciais privados. Collins e Green (*op. cit.*) concluíram que a experiência de privatização dos serviços de saúde não comprova a hipótese de saltos na qualidade nem na eficiência de desempenho. Referindo-se ao caso britânico, detectaram mesmo um recuo na qualidade dos serviços públicos de saúde e, ao mesmo tempo, uma perda sistemática das iniciativas participativas. Na América Latina, essa tendência se agrava ainda mais por falta de uma tradição institucional sólida e pela vulnerabilidade ao domínio oligárquico.

A ressalva contra a descentralização foi reiterada numa pesquisa realizada na Papua-Nova Guiné por uma equipe financiada pela Organização Mundial de Saúde (Campos-Outcalt, Kewa e Thomason, 1995). Para avaliar a eficácia da descentralização da saúde pública, a equipe conduziu um trabalho de campo onde foram entrevistados 14 secretários municipais de saúde e 38 funcionários distritais. O relatório da pesquisa concluiu ter havido declínio significativo na qualidade da saúde após a descentralização:

“Acima de tudo, a evidência reunida nesse estudo indica que o declínio na qualidade e na quantidade dos serviços produzidos pelo setor de saúde parece ter ocorrido paralelamente à introdução do sistema de administração distrital, e que esse declínio não foi inteiramente causado nem por uma redução no orçamento da saúde, nem pela falta de informação técnica fornecida” (Campos-Outcalt, Kewa e Thomason, 1995, p. 1091).

Os entrevistados apontaram quatro fatores comprometedores de um sistema de saúde descentralizado: (1) as decisões defeituosas toma-

das no nível local partiram de secretários com pouco ou nenhum preparo técnico; (2) a deficiência dos equipamentos e de sua manutenção não permitiu a continuidade dos trabalhos; (3) a falta de transporte para que os técnicos pudessem supervisionar e avaliar as ações de saúde impediu um acompanhamento sistemático e rotineiro; (4) a insuficiência técnica do poder público local no que concerne ao planejamento e à programação de ações aumentou a ineficiência dos gastos e impediu a continuidade de ações. O relatório ressaltou a necessidade de um desenvolvimento em termos de gerência e de recursos humanos antes de se iniciar a transferência das atribuições ao poder local:

“A descentralização dos distritos criou para os profissionais de saúde a necessidade de assumirem muitas das funções gerenciais anteriormente exercidas por escritórios regionais. Mas esses profissionais não receberam qualquer treinamento nessa área, e algumas responsabilidades não foram claramente definidas. Como resultado não foram realizados consertos, serviços de manutenção de equipamentos e materiais deixaram de ser comprados” (Campos-Outcalt, Kewa e Thomason, 1995, p. 1097).

Essa pesquisa desafiou profundamente o consenso teórico estabelecido em torno das virtudes da política de descentralização. O estudo revelou que a transferência espontânea de atribuições para o nível local, na ausência de condições infra-estruturais, humanas e gerenciais, causaria a inoperância do sistema além de excessivos gastos desnecessários.

O teste mais rigoroso da tendência de centralização-descentralização partiu dos teóricos do capital social. Uma das principais contribuições ao debate veio do estudo pioneiro de Tandler e Freedheim (1994) a respeito do Programa Agentes de Saúde no Ceará. Numa controvertida publicação, as autoras enfrentaram criticamente a literatura de descentralização. Baseadas numa pesquisa de campo, concluíram que o avanço social positivo no Ceará é resultado do caráter público e centralizador da política de saúde. O governo estadual, ao assumir uma linha meritocrática no recrutamento dos agentes, fortaleceu a resistência da sociedade ao clientelismo.

No momento em que as mudanças foram desencadeadas, o governo estadual garantiu a autonomia dos agentes de saúde em relação aos políticos tradicionais. De forma semelhante, as campanhas de propaganda conclamaram a população à rejeição das práticas clientelistas. Essa intervenção institucional, além de render resultados sociais positivos — detectados na queda acentuada da mortalidade infantil — encorajou a mobilização coletiva.

As autoras enfatizam o fato de que a recuperação da credibilidade das instituições públicas facilitou o clima de confiança entre as instituições públicas e a sociedade, além de generalizar o sentimento cooperativo. Concluem que o ambiente favorável à mudança social somente foi possível pela ação vigorosa do Estado:

“No programa de saúde preventiva, de fato, o Estado estava fazendo mais, e não menos, do que fazia antes. Em relação à divisão de trabalho entre o Estado e o governo municipal, o papel do Estado, na verdade, correspondeu parcialmente ao esperado: fornecer recursos, supervisão, medicamentos, vacinas e outros insumos. Todavia, a chave do sucesso do programa foi a ação vigorosa do Estado numa área em que, era de se supor, ele teria desvantagem comparativa: no tocante a aspectos cruciais da ‘extensão’ do programa, tais como a contratação e mobilização de agentes de saúde e a realização de extensa publicidade nas comunidades” (Tandler & Freedheim, 1994, p. 1776).

O uso da publicidade recebeu destaque especial nessa pesquisa. A propaganda regenerou a aura do poder público numa região onde as instituições eram conhecidas como foco principal de corrupção e manipulação. As autoras afirmam que a publicidade dirigida para a mobilização das comunidades em prol de seus direitos recuperou um capital social de iniciativas coletivas baseadas na cooperação e na confiança, que fora reprimido durante décadas de clientelismo.

O Programa Agentes de Saúde teve seu sucesso vinculado a dois fatores relacionados aos agentes: (a) eles eram membros integrantes das comunidades e, portanto, sabiam das demandas reais e verdadeiras da população; e (b) apresentavam-se como parceiros e integrantes da administração pública. A ambigüidade dos papéis públicos e privados dos agentes de saúde estava

justamente na combinação contraditória de inserção nas ações públicas e de autonomia em relação a elas. No caso cearense, os agentes de saúde representavam uma convergência híbrida do público e do privado na implementação de políticas públicas bem sucedidas. Assim, o êxito do programa derivou, de um lado, da relação cotidiana de seus agentes com a população e, de outro, da disciplina encontrada num serviço público clássico.

Tendler e Freedheim, de forma indireta, contribuíram empiricamente para um dos debates mais importantes das últimas duas décadas sobre as fontes de mudança social. A abordagem neo-institucional, fundada na combinação contraditória de autonomia e extensão do serviço público, transformou-se no centro dos debates da teoria do capital social.

### **O Capital Social: o Renascimento da Polêmica do Público e do Privado**

O debate centrado na autonomia do Estado e nos efeitos da dispersão das instituições públicas foi realimentado com as publicações de Robert Putnam (1993 e 1995) e Peter Evans (1995). Incorporando o conceito “capital social” inicialmente desenvolvido pelo sociólogo James Coleman, esses dois autores procuraram demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais para alcançar um grau elevado de bem-estar coletivo.

Coleman (1990) levantou a hipótese de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança per-

meia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos socio-econômicos e humanos disponíveis.

Putnam, em seu livro — fruto do acompanhamento das reformas administrativas regionais na Itália — pesquisou os efeitos contraditórios da ação coletiva sobre o melhoramento do bem-estar social. Em 1995, Evans lançou seu último livro sobre a autonomia inserida (*embedded autonomy*), uma síntese do ativismo estatal em relação à solidez institucional. Em maio de 1995, um grupo de pesquisadores liderados por Putnam e Evans se reuniu para debater o papel das instituições e do “capital social” na indução de mudança social. Os resultados do debate neo-institucional foram organizados por Peter Evans e publicados na principal revista especializada da área de desenvolvimento internacional, *World Development*.

Evans indica o esgotamento dos dois principais eixos paradigmáticos da intervenção pública: o desenvolvimentismo clássico e o neoliberalismo, também conhecido como neo-utilitarismo, que objetivou o desmantelamento das instituições públicas, priorizando a iniciativa privada. Mostra que e como, na grande maioria dos países em desenvolvimento, a iniciativa privada ou não demonstra interesse em investir em empreendimentos econômicos de risco ou não tem capacidade técnica nem conhecimento para administrar complexas operações empresariais. Relegar o desenvolvimento econômico ao mercado seria sinônimo de obstrução passiva às mudanças sociais.

A inclinação neo-institucional de Evans dá primazia ao Estado como fonte principal da dinâmica social. Essa posição é diametralmente contrária à interpretação culturalista de Robert Putnam, cuja teoria será sinteticamente apresentada logo a seguir neste artigo. Putnam tende ao determinismo cultural na identificação das fontes de ação coletiva.

### **A Teoria Cultural de Putnam**

Robert Putnam, cientista político e diretor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Harvard, levantou o tema da democracia dentro de um contexto sociocultural. No

seu acompanhamento das mudanças administrativas italianas, Putnam observou que a complementação entre as ações institucionais públicas e as ações coletivas fortalece o engajamento cívico. Por um lado, as experiências de mobilização e atuação coletiva acumulam um capital social derivado dos laços de confiança mútua entre os cidadãos, que intensifica o engajamento cívico coletivo. Por outro lado, um Estado liderado por elites políticas reformistas e determinadas a firmar normas transparentes que regulem a interação entre os interesses organizados facilita a propagação de uma vida pública ativa e dinâmica. A sinergia entre o público e o privado, conclui o autor, amplia a confiança e a transparência, permitindo a implementação de políticas públicas maximizadoras do bem-estar geral:

“...há evidência de que a existência do Estado e das regras que ele estabelece e reforça pode fortalecer e aumentar a eficiência das Organizações e Instituições Locais (OIL) e de que as OIL, no mínimo em coalizão com outros grupos de base urbana, podem fazer emergirem ações coletivas que aumentam o poder do Estado” (Evans, 1996b, p. 1034).

A teoria de Putnam, no entanto, adota uma vertente cultural na explanação das fontes de confiança. Percebe-se, na leitura da obra, que a cultura política e a história particular determinam a existência ou inexistência do associativismo horizontal, base do engajamento cívico. Putnam acredita que o sistema político é um reflexo da lógica de hierarquia, coesão e autoridade das particularidades locais. Distinguiu entre dois tipos ideais de associação: o horizontal e o vertical. O primeiro aglutina membros de igual *status* e poder; o vertical reúne sujeitos desiguais numa relação assimétrica de hierarquia e dependência. Sociedades baseadas no associativismo horizontal têm um grau elevado de engajamento cívico e auto-organização superior às sociedades verticalizadas. Além de terem um elevado desempenho econômico, as horizontalizadas conseguem garantir o bem-estar social de seus cidadãos. Putnam salientou que a horizontalidade enseja melhores condições para a reconciliação da democracia com o desempenho sócio-econômico:

“O fato de as redes verticais ajudarem menos que as horizontais na solução dos dilemas da ação coletiva pode ser uma razão de o capitalismo ter-se tornado mais eficiente do que o feudalismo no século XVIII, e a democracia ter provado ser mais efetiva do que a autocracia no século XX” (Putnam, 1993, p. 175).

A hipótese principal de Putnam vincula proporcionalmente o nível de engajamento cívico à natureza do associativismo. O associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que a verticalidade — associativismo dominado por desconfiança, ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento etc. — causa a obstrução da ação coletiva. Ações coletivas horizontais promovem engajamento cívico intenso, produzindo prosperidade econômica e estabilidade política, resultados ausentes das regiões dominadas por associativismo vertical:

“Historicamente, argumentamos, regras e redes de engajamento cívico promoveram — e não inibiram — o crescimento econômico. Esse efeito continua até hoje. Durante as duas décadas desde o nascimento dos governos regionais, áreas cívicas cresceram mais rápido do que regiões com menor número de associações e maior hierarquia... A teoria elaborada neste capítulo, relacionada às redes horizontais de engajamento cívico, melhora o desempenho da política e da economia: sociedade forte, economia forte, sociedade forte, Estado forte” (Putnam, 1993, p. 176).

Na opinião do autor, as diferenças de associativismo são localizadas nas especificidades culturais. A superioridade econômica dos Estados Unidos serviu como prova conclusiva deste argumento. Enfatizando o contraste clássico no novo mundo entre os Estados Unidos e o conjunto da América Latina, Putnam afirmou o determinismo da linhagem cultural. Os Estados Unidos, herdeiros da tradição comunitária horizontal britânica, demonstram uma *performance* econômica melhor do que a América Latina, a sucessora da verticalidade ibérica. Referindo-se às obras do historiador e economista Douglas North, ele escreveu:

“Depois da independência, tanto os Estados Unidos quanto as repúblicas latinas compartilharam

modelos constitucionais, recursos abundantes e oportunidades internacionais semelhantes. Mas os norte-americanos se beneficiaram de patrimônio inglês, descentralizado, parlamentar, enquanto os latino-americanos foram amaldiçoados com o autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que herdaram da Espanha medieval. Na nossa língua, os norte-americanos herdaram as tradições cívicas, enquanto os latino-americanos foram abandonados pela tradição da dependência vertical e da exploração” (North, *apud* Putnam, 1993, p. 179).

North complementa suas observações com argumentos de Weber, destacando o papel do protestantismo na estruturação das relações horizontais. O verticalismo, por sua vez, foi atribuído ao catolicismo. O primeiro promoveu a igualdade entre os membros da comunidade, ao passo que o segundo levou às hierarquias rígidas, à desconfiança e ao anticivismo:

“Por exemplo, os grupos têm diferentes tipos de redes. Todos os grupos religiosos combinam a hierarquia e a igualdade, mas as redes nas congregações protestantes são tradicionalmente consideradas mais horizontais do que as redes na igreja católica” (Putnam, 1993, p. 173).

A hipótese da causalidade entre a cultura e a existência ou não de um engajamento cívico foi aplicada ao caso italiano. Putnam concluiu que o avanço político do Norte é uma consequência, de um lado, da existência de um estoque histórico de capital social, de outro, da renúncia ao associativismo católico. Em outras palavras, a multiplicação das relações de confiança na sociedade provocou o fortalecimento de seus componentes horizontais e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento de suas redes verticais:

“O índice de associação em organizações ordenadas de forma hierárquica – como a máfia ou a igreja católica institucional — deveria ser negativamente relacionado a bom governo; na Itália, pelo menos, os mais devotos frequentadores das igrejas são os que têm menor consciência cívica” (Putnam, 1993, p. 175).

Putnam chegou a duas grandes generalizações. A primeira afirma a primazia do contexto sócio-histórico na delimitação do associativismo. A ação coletiva horizontal, no Norte, é fruto de acúmulo histórico de confiança comunitária, que

induz a redes de engajamento cívico. Esse processo, característico das regiões cívicas, é lento e necessita de ingredientes culturais específicos a certas sociedades, mas ausente em outras. Assim, a especificidade cultural é a chave para a existência ou ausência de um associativismo horizontal determinante da prosperidade econômica e estabilidade política.

A segunda generalização diz respeito à importância das instituições públicas na indução do associativismo horizontal. Putnam sugeriu que a evidência observada no Sul italiano — a região menos cívica do País — reforça a hipótese de que a ação política governamental poderia influenciar o tipo e a qualidade da reação coletiva. A ocupação das instituições públicas por elites reformistas na região anticívica do Sul melhorou a qualidade das políticas públicas e o desempenho institucional. O autor afirma, entretanto, a ausência de fatos conclusivos que documentem a efetividade da ação institucional na erradicação das relações de desconfiança. A diferença de desempenho entre o Norte e o Sul indica o predomínio do elemento cultural no grau de avanço do associativismo horizontal e a complementação de ações junto às instituições públicas. Aparentemente, a reforma política beneficiou as duas regiões; a reação coletiva nas regiões mais cívicas do Norte, todavia, foi mais intensa do que no Sul, produzindo resultados mais consistentes:

“Ambas as regiões, Norte e Sul, progrediram nos últimos vinte anos, mas as regiões do Sul não são hoje — como as do Norte — melhores do que eram nos anos setenta. Mas o Sul encontra-se hoje numa situação muito melhor do que aquela em que estaria sem a reforma regional” (Putnam, 1993, p. 184).

Na sua última pesquisa sobre o declínio do capital social americano, Putnam aparentemente recuou de seu excessivo determinismo cultural. Afirmou serem as políticas públicas uma fonte da mudança social. Sugeriu que, em numerosas instâncias, políticas públicas desmantelaram tradições cívicas esvaziando as iniciativas comunitárias:

“... talvez mais urgentemente precisemos explorar com criatividade a maneira como as políticas pú-



blicas se chocam (ou podem se chocar) com a formação social. Em algumas instâncias bem conhecidas, as políticas públicas destruíram redes sociais e regras altamente efetivas” (Putnam, 1993, p. 76).

Essa mudança de percurso, entretanto, não anulou a inclinação culturalista do autor. Na sua conclusão, reiterou os obstáculos culturais ao florescimento do engajamento cívico em países em desenvolvimento:

“O conceito de ‘sociedade civil’ desempenhou papel central no recente debate global sobre as condições para a democracia e para a democratização. Nas mais novas democracias, essa fase focalizou adequadamente a atenção na necessidade de favorecer uma vida cívica ativa em solos tradicionalmente hostis ao autogoverno” (Putnam, 1993, p. 76).

A associação do capital social à herança cultural inquietou a grande maioria dos pesquisadores. Essa teoria sofreu críticas de cunho tanto metodológico quanto político. As duas objeções mais consistentes vieram de Peter Evans e Jonathan Fox, ambos participantes do grupo de discussão do capital social e defensores de uma abordagem neo-institucional.

### **A Reação Neo-Institucional**

A crítica metodológica se concentrou na sinergia entre as instituições públicas e o associativismo horizontal. Putnam defendeu a noção de complementação entre a meritocracia burocrática e as iniciativas coletivas emanadas do associativismo horizontal. Por um lado, a confiança interna em associações provocaria um intenso engajamento cívico. Por outro, a normalização do espaço público reproduziria e intensificaria a generalização das iniciativas coletivas. A reciprocidade mútua das duas instâncias aumentaria o potencial transformador, valorizando o bem-estar geral da sociedade.

Essa construção, no entender de Evans, reiteraria, em larga medida, as abordagens clássicas do papel regulador das instituições públicas. Em outro sentido, Putnam adota a demarcação clássica entre as esferas públicas e privadas, nas quais o isolamento do Estado em relação ao co-

tidiano social reforçaria sua autonomia. Evans reagiu, enfatizando o pensamento de que o mero distanciamento do Estado em relação à sociedade não assegura nem a autonomia do Estado nem seu potencial transformador.

A crítica metodológica é complementada por um questionamento a respeito da causalidade entre o engajamento cívico e a história sociocultural. O associativismo horizontal é explicado por Putnam como uma continuidade linear das formas originais de organização da localidade. A polêmica em torno da obra de Putnam reside justamente nessa explicação. Associando as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais naturais a certas sociedades, o autor destituiu a grande maioria dos países em desenvolvimento da possibilidade de alcançar a civilidade. O culturalismo da obra indiretamente condena civilizações inteiras às oligarquias e ao atraso econômico permanente. Implica, ainda, a renúncia da identidade cultural como pré-requisito da democratização. Os neo-institucionalistas rejeitaram essas generalizações, afirmando que a ausência de horizontalidade social, na grande maioria dos países em desenvolvimento, é fruto de ações políticas preteridas pelos regimes autoritários.

Jonathan Fox (1994, 1995 e 1996) levantou objeções na mesma direção. Seus estudos sobre o México o levaram a descobrir uma vasta riqueza associativista horizontal. Observou, todavia, a repressão dessas iniciativas autônomas por instituições públicas, coercitivas e corruptas. Fox concluiu que sociedades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, mas também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas. Como resultado da destruição instrumental da horizontalidade pelas instituições públicas, a confiança e a solidariedade são abaladas, destituindo a mobilização coletiva e esvaziando o capital social.

Evans e Fox assumem o pressuposto básico de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade da mobilização dos recursos sociais. O Estado na sociedade moderna é a arena principal da convergência das demandas sociais, determinando, em última ins-

tância, o sucesso das iniciativas voluntaristas. Em outras palavras, o poder de intervenção e o seu caráter moldam a interação social e determinam o sentido do espaço público. As instituições públicas, nessa visão, forjam os rumos da ação coletiva, valorizando seu potencial ou aniquilando sua capacidade de ação. A partir das críticas pioneiras de Evans, observa-se a concretização de uma polarização teórica entre duas abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo. Contestando o impulso cultural de Putnam, a intervenção institucional se tornou determinante da aglutinação ou da dispersão do capital social.

Em 1995, Evans relançou a polêmica da autonomia do Estado. Defendeu uma noção ampliada dessa autonomia, que englobaria não somente a coesão burocrática, como também a extensão da intervenção à própria provocação da ação coletiva. Isto é, a função do Estado passaria de ação reguladora da interação social para um ativismo político mobilizador do capital social. Ressaltou a idéia de que o ativismo institucional incentiva as redes cívicas adormecidas — ou historicamente reprimidas — a ganharem uma vida autônoma. A nova construção se baseou na hipótese de que o poder de auto-organização coletiva é essencialmente desigual. O Estado seria a única instância com potencial de mobilização ou desmobilização das iniciativas coletivas e seu sucesso nessa empreitada dependeria de uma síntese contraditória de autonomia do Estado e de sua exposição cotidiana aos interesses organizados da sociedade. Em outras palavras, a mudança social aconteceria na medida em que o Estado passasse da regulamentação para a ação.

A construção de Evans encontrou ressonância tanto em casos concretos de intervenção institucional, quanto nas teorias clássicas da economia política do desenvolvimento. Ele documentou três tipos de intervenção pública: a predatória, a desenvolvimentista e a intermediária. O Estado predatório é dominado por intervenções arbitrárias e puramente coercitivas. Suas políticas servem, sem subterfúgios, aos interesses pessoais das elites de poder e a seus aliados nas burocracias públicas. Além da extração superexploratória dos recursos econômicos, suas

ações coercitivas, e freqüentemente genocidas, desmantelam qualquer expressão autônoma, destroem a solidariedade e obstruem a ação coletiva. O governo zairense sob o comando do ditador Mabuto seria o caso mais próximo desse tipo de intervenção pública.

O desenvolvimentismo, a segunda forma de intervenção, é a mais eficiente na mobilização dos recursos sociais disponíveis. O termo, apresentado inicialmente por Chalmers Johnson (1982), um conhecido intérprete do Estado japonês, trata principalmente de ações bem-sucedidas detectadas na coordenação da política industrial pelo Ministério do Comércio e Desenvolvimento Industrial. Evans comentou que as ações desenvolvimentistas sintetizam a autonomia do Estado e a conexão com os interesses organizados. No caso japonês essa ligação toma a forma de redes pessoais, unindo altos executivos de empresas industriais e dirigentes de instituições públicas na formulação da política industrial e do comércio exterior:

Uma parcela significativa dos intérpretes da política industrial japonesa apontou a cultura como o fator subjacente à coordenação de ações. O poder de organização emanado da natureza coletiva da cultura asiática foi visto como a chave do sucesso. Evans rejeitou essa interpretação, afirmando que o êxito japonês deve ser atribuído à qualidade das suas instituições públicas. Por exemplo, atraindo os mais talentosos graduados dos cursos de economia e administração, o setor público japonês concentra os melhores recursos humanos do país. Além disso, a categoria de funcionário público é uma das mais prestigiadas no mercado de trabalho. Finalmente, a meritocracia é reforçada pelo *esprit de corps*, produzindo um dos Estados mais coesos no capitalismo moderno.

Evans reconheceu que o caso japonês é enigmático. As instituições japonesas personificam o modelo ideal de autonomia institucional visualizada e defendida por Max Weber, mas, ao mesmo tempo, apresentam um intrincado entrelaçamento de redes pessoais, conectando funcionários com os executivos de empresas privadas. Teoricamente, essas redes deveriam causar danos irreversíveis à idoneidade das instituições, provocando a degenerescência do serviço públi-

co sob as investidas corruptoras de interesses particulares. Mas, na opinião de Evans, foi o inverso que aconteceu.

A combinação contraditória da autonomia do Estado com a conexão ressaltou o poder de intervenção e a eficácia da coordenação de ações. A lealdade do funcionário à missão institucional, aliada a uma tradição meritocrática, disciplinou as redes de contatos pessoais, levando a uma política industrial sistemática e coerente. Evans comentou que as instituições públicas japonesas, altamente qualificadas e coesas, foram alimentadas por fontes inesgotáveis de iniciativas sociais. Em outras palavras, iniciativas sociais dispersas e desiguais, que freqüentemente são desperdiçadas, foram materializadas em políticas públicas em virtude dos contatos permanentes com o Estado. Evans (1995) concluiu que a solidez institucional era a precondição essencial para o sucesso da sinergia:

“A centralidade dos laços externos levou a argumentar que a eficiência estatal emerge não de uma capacidade própria e inerente, mas da complexidade e estabilidade da sua interação com atores do mercado... O perigo dessa visão está no fato de colocar em antagonismo as redes sociais externas e a coesão corporativa interna, como se fossem explicações alternativas opostas. Pelo contrário, a coesão burocrática interna deveria ser uma precondição essencial para a efetiva participação estatal nas redes sociais externas” (Evans, 1995, p. 50).

O terceiro modelo de intervenção é o intermediário, uma combinação híbrida de elementos desenvolvimentistas e predatórios. Pertencem a essa categoria países como o Brasil e a Índia, onde bolsões de excelência convivem num mar parasitário e de apropriação privada dos recursos públicos. A descontinuidade de ações e a imensa variedade de resultados complicam qualquer generalização desse padrão de políticas públicas.

Obviamente, a teoria de Evans é influenciada pelo sucesso do modelo econômico asiático. As instituições públicas foram vistas como o vetor principal de aglutinação dos recursos sociais. Importante é salientar o fato de que, em nenhum momento, Evans defendeu uma implantação me-

canicista desse modelo para qualquer país em desenvolvimento. Todavia, afirmou que a convergência entre a coesão burocrática e clássica do serviço público e o intenso intercâmbio com interesses sociais organizados otimiza a intervenção pública. Evans salientou que a coesão burocrática desacompanhada de um enraizamento social causaria um formalismo rígido e autoritário. Mas, por outro lado, na ausência de instituições sólidas, redes de contatos entre os interesses organizados e as instituições públicas deixariam o serviço público permeável à cooptação.

Na regulamentação weberiana e no ativismo hirschmaniano, Evans encontrou seu embasamento teórico. Weber associou a estabilidade política e econômica à solidez institucional. A coesão burocrática é a garantia única da universalidade das políticas públicas. Weber ressaltou o fato de que a qualidade das instituições públicas reside no preparo técnico do seu corpo funcional, particularmente dos seus dirigentes, na rotina dos procedimentos administrativos e no enraizamento de um *esprit de corps*. O poder de formulação e implementação de políticas públicas residiria no distanciamento dos interesses organizados. A autonomia, aliada a um isolamento dos interesses privados, garantiria o alcance universal das políticas públicas.

Weber assegura que uma sociedade sustentada por um setor privado produtivo e por instituições públicas autônomas dispõe, inevitavelmente, de elevado grau de estabilidade política e de continuidade no desempenho econômico. Para o autor, a teoria reguladora reafirma a separação das esferas públicas e privadas. A empresa privada toma decisões de longo prazo, fundadas em normas transparentes preestabelecidas pelo Estado. Naturalmente, a economia (mercados, de trabalho, crescimento salarial, crescimento de produtividade, investimentos, novos produtos etc.) amadurece na medida em que a rotina administrativa cria um ambiente sócio-econômico sistêmico e consistente. As instituições sólidas produzem uma complementação construtiva. O princípio dessa relação é a delimitação clara de funções e atribuições. Uma violação da separação das esferas públicas e privadas ameaça a autonomia do Estado e desestrutura as nor-

mas sociais, abalando assim a confiança nas instituições e na previsibilidade econômica.

Estudiosos da industrialização tardia, nos anos cinquenta, desafiaram o consenso das teorias tanto weberianas como neo-utilitaristas. Alexander Gerschenkron (1962) e Albert Hirschman (1958) focalizaram suas investigações em casos excepcionais de desenvolvimento econômico. Gerschenkron demonstrou de que forma o Estado prussiano aglutinou os recursos econômicos nos bancos, direcionando os investimentos para induzir a industrialização pesada. Hirschman, pesquisando as experiências dos países latino-americanos, descobriu a centralidade das instituições públicas no dismantelamento dos gargalos da industrialização. O pressuposto básico das contribuições dos dois economistas, como resumiu Evans, reside na causalidade política do desenvolvimento econômico. Essa abordagem desafiou o consenso interpretativo estabelecido pelo weberianismo e pelo marxismo sobre o percurso do desenvolvimento capitalista.

Diferindo da tradição weberiana, Hirschman defendeu um papel ativo do Estado na formulação de políticas globais e na própria estruturação de mercados capitalistas. Gerschenkron e Hirschman partiram da hipótese de que as elites econômicas, constantemente fracassam na formulação de um consenso político sobre os rumos de desenvolvimento econômico, sobretudo no tocante à transformação da riqueza em investimentos de longo prazo. Nos países em desenvolvimento, essa tarefa ficou a cargo do Estado. Em outras palavras, a experiência desenvolvimentista revelou a importância do ativismo estatal no desenho dos rumos econômicos gerais, na criação de mercados e na concretização de investimentos produtivos.

Numa inversão do materialismo histórico de Marx, Hirschman apontou as elites políticas e tecnocráticas como as verdadeiras condutoras do desenvolvimento capitalista. A paralisia política da burguesia nos países capitalistas tardios reforçou a primazia das instituições na definição dos rumos sócio-econômicos. Armadas com mecanismos de impermeabilização contra os interesses privados, as instituições públicas disporiam de visão coletiva, atribuição ausente à burguesia

nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, uma estratégia desenvolvimentista efetiva dependeria da indução e estimulação do espírito empreendedor, a verdadeira fonte do dinamismo. Poder-se-ia concluir que, se o institucionalismo weberiano atribui à estabilidade política e à prosperidade econômica nos países desenvolvidos o papel regulador das instituições públicas, o desenvolvimentismo aponta o ativismo do Estado nos países em desenvolvimento como a chave do êxito.

Evans reafirmou as virtudes das duas explicações, sugerindo uma síntese entre a conexão do Estado e a autonomia institucional. Essa combinação permite uma relação sinérgica entre o público e o privado, maximizando a capacidade de intervenção. Referindo-se a suas pesquisas anteriores sobre o papel do Estado no desenvolvimento industrial, Evans afirma que, na prática, sem a intervenção direta, países em desenvolvimento não teriam qualquer possibilidade de industrialização. Todavia, a efetividade maior do Estado no desencadeamento de ações desenvolvimentistas de sucesso dependeria da existência de instituições sólidas e, ao mesmo tempo, inseridas no cotidiano da sociedade. Instituições disciplinadas e qualificadas, mas desconectadas das demandas cotidianas sociais, teriam pouca efetividade no desenho e implementação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, a exposição do Estado às demandas sociais, sem solidez disciplinar nem preparo técnico, causaria a desorganização de ações e a vulnerabilidade desse Estado à pressão de grupos organizados. O funcionário público sem a coação do *esprit de corps* seria um alvo fácil da corrupção. Evans (1995) escreveu:

“Nem a coerência coesiva nem a inserção deveriam funcionar de forma isolada. A coesão interna sem inserção não pode servir, pois carece não só do necessário entendimento sobre o que pode ser feito, mas também de aliados para ajudar na implementação. Sem coesão interna, a inserção torna-se a base para a desorganização mais do que uma fonte de entendimento e implementação de ações. Somente a combinação contraditória dos dois — a que chamo de autonomia inserida — pode fornecer os bens públicos” (Evans, 1995, p.263).

Além dos argumentos teóricos de Evans, o número temático reuniu outros estudos empíri-

cos, confirmando a primazia das instituições na mobilização e valorização do capital social. Em situações em que predominam instituições frágeis, o capital social se esfacela, impedindo um desempenho positivo. Os artigos de Michael Burroway e de Linda Ostrom apresentaram fatos apoiando essa hipótese.

Na sua pesquisa, Burroway (1996), sociólogo da Universidade da Califórnia, comparou os resultados das transformações políticas e econômicas da antiga União Soviética com os da China Popular. As associações dos *woodworkers* (carpinteiros) da região Komí, da antiga União Soviética, sofreram uma completa desmobilização como consequência da retirada do Estado e da venda da indústria de reflorestamento a multinacionais. A luta pela sobrevivência econômica quebrou as relações de confiança entre os associados, desmantelando suas capacidades de ação coletiva.

Contrariamente, no caso chinês, a continuidade da presença das instituições públicas e seus esforços para beneficiar a auto-organização econômica local fortaleceram o capital social. Um acordo entre as instituições públicas e a população local resultou num sistema de propriedade social da terra de plantio e num maior assessoramento técnico à produção e comercialização. A diferença entre os dois casos afirma o papel central das instituições na valorização das ações e das iniciativas coletivas.

Se o completo colapso do Estado na antiga União Soviética desmobilizou o capital social e desestimulou a ação coletiva, o excessivo formalismo burocrático na Nigéria desempenhou uma tarefa semelhante. Ostrom (1996) estudou os efeitos anti-sinérgicos emanados de uma intervenção rígida e centralizadora. Mostrou como uma combinação de burocracias corruptas e intransigentes bloqueiam o capital social. As associações, além de serem perseguidas politicamente, foram impedidas de orientar suas demandas ao Estado. Naturalmente, essa situação acarretou a perda de qualquer possibilidade de sinergia e benefício econômico do capital social nigeriano.

Evans enfatiza que os êxitos documentados conspiram contra os extremos do estatismo e do neoliberalismo. O desempenho depende de uma

coordenação de esforços entre as instituições e as iniciativas coletivas da sociedade. Os estudos de Wai Fung Lam sobre a política de irrigação em Taiwan, bem como os de Jonathan Fox sobre a mobilização indígena no México, apóiam essa hipótese.

A pesquisa de campo de Lam (1996) o levou a sugerir que a existência de uma burocracia robusta, disciplinada e descentralizada promoveu um clima de confiança (*trust*) não entre as associações de pequenos produtores rurais e as instituições governamentais. Como consequência, a instalação e a operacionalização do sistema de irrigação foram realizadas num tempo recorde. A troca de experiências entre profissionais tecnicamente preparados e camponeses experientes produziu uma sinergia desencadeadora de ações eficientes. Esse caso de cooperação — ou “coprodução”, nas palavras de Lam — dependia da confiança assegurada entre dois pólos interessados em trabalhos de equipe, bem como da convergência de experiências concretas:

“A coprodução é uma forma de produção em equipe. Num processo de coprodução, os esforços dos responsáveis oficiais pela irrigação (os produtores regulares) e os dos pequenos produtores rurais (os plantadores de produtos de consumo) são largamente interdependentes: nenhum poderia substituir totalmente o outro. No processo de irrigação, enquanto os responsáveis oficiais detinham conhecimento “científico” sobre alguns aspectos dos sistemas de irrigação, os produtores rurais guardavam conhecimentos locais valiosos — dos quais dependia sua própria sobrevivência — em termos de tempos e espaços específicos. É somente quando ambas as formas de conhecimento são utilizadas que as operações efetivas e a manutenção de políticas públicas podem ser alcançadas” (Lam, 1996, p. 1041).

Jonathan Fox (1996) delimitou sua abordagem de construção política do capital social (*political construction of social capital*). Atribuiu a mobilização a três fatores. O primeiro é associado à natureza das elites políticas predominantes no Estado. A ocupação das instituições por alguns reformistas criaria condições favoráveis a uma intervenção política construtiva do Estado. O segundo — que consiste na história de lutas, na ideologia e na missão concebida pelos diver-

soos atores políticos envolvidos nas mobilizações coletivas — influencia o caráter pragmático e a viabilidade das reformas propostas. O terceiro fator, elemento-chave no êxito da mobilização, é, para Fox, a experiência de vida das lideranças, relacionada ao princípio de “mutação e conservação da energia social” apresentado pelo estudioso Hirschman (1984).

Seguindo Hirschman, Fox observou que, na sua grande maioria, as lideranças de movimentos bem-sucedidos têm duas características: vêm de um passado utópico e idealista e sobreviveram a derrotas políticas. Aparentemente, as posturas idealistas comprometidas com o avanço social das camadas despossuídas se amoldam às derrotas, produzindo um compromisso social aliado a uma prática política. Esse tipo de liderança é o mais eficaz na mobilização do capital social.

Finalmente, a combinação de elites reformistas que se encontram em instituições políticas com associações de grande capacidade de mobilização do capital social teria um efeito de generalização (*spill-over*) de experiências. As desigualdades naturais nas capacidades de mobilização seriam minimizadas por iniciativas institucionais que objetivam a generalização de experiências bem-sucedidas. A divulgação e a reprodução de experiências de sucesso teriam um efeito abrangente, mobilizador de iniciativas autônomas. Fox (1996) concluiu que a chave do sucesso são as instituições lideradas por elites reformistas comprometidas com a valorização do capital social:

“O conflito-chave se firma entre os promotores da ação coletiva horizontal e seus inimigos, ambos inseridos, freqüentemente, tanto no Estado quanto na sociedade. Nessa abordagem, organizações sociais horizontais são capazes de crescer e de se espalhar em ambientes hostis através de ciclos interativos de conflito entre três atores-chave: os “capitalistas sociais”, eles mesmos, elite autoritária que se recusa compartilhar o poder; os aliados reformistas que se baseiam no Estado; e os aliados reformistas que se baseiam em qualquer outro lugar na sociedade. Os reformistas são aqui definidos como aquelas elites sociais ou estatais que desejam aceitar (ou encorajar) uma crescente autonomia associacional entre os grupos excluídos” (Fox, 1996, p. 1092).

## O Dilema da Institucionalização

Certamente, as restrições dos neo-institucionalistas ao culturalismo de Putnam são fundadas e pertinentes. As generalizações do autor relegam fatalmente sociedades e civilizações a categorias antidemocráticas e anticívicas. A construção teórica, principalmente, derivada da linhagem cultural do associativismo, implica, para a grande maioria dos países em desenvolvimento, impossibilidade de terem condições mínimas de engajamento cívico.

A obra de Putnam, todavia, alertou para uma condição essencial facilitadora das iniciativas coletivas e do engajamento cívico: o associativismo horizontal. É inegável que qualquer mobilização requer um mínimo de coesão política. Naturalmente, as redes de cooperação e de confiança, as fontes principais do engajamento cívico, encontram solo mais fértil sob condições horizontais do que sob a égide de hierarquias impostas e do dirigismo político.

Esse princípio é um dos pilares da teoria democrática moderna. Numa das obras mais críticas a respeito do dilema democrático moderno, John Dewey defendeu a horizontalidade como base da participação política numa sociedade livre. O engajamento cívico somente seria possível com o florescimento de associações autônomas que agrupassem cidadãos, facilitando o compartilhamento de uma relativa igualdade de condições e de uma missão política comum. A verticalização da política moderna nos partidos políticos oligárquicos e nos ritos institucionais formais aniquilam o ativismo cívico. Crescentemente, a política perde seu sentido público e o cidadão comum se isola na sua vida privada.

Embora reafirmemos nossa crítica ao culturalismo de Putnam, reconhecemos as virtudes da horizontalidade. Na sua discussão minuciosa dos dados coletados, aprendemos um fato essencial a respeito das condições mais suscetíveis à mobilização coletiva de uma sociedade: *a confiança, a cooperação e a solidariedade brotam sob condições de relativa igualdade e de ausência de hierarquias impostas. A reconciliação da ação coletiva com interesses individuais, num quadro de horizontalidade, encoraja e gene-*

raliza a confiança, permitindo a multiplicação das redes cívicas e a valorização do capital social.

Assim como o culturalismo, as críticas neo-institucionais sucumbem ao excessivo determinismo. Sem dúvida, os estudos publicados no número temático de *World Development* ilustram o papel essencial desempenhado pelas instituições na geração do capital social. Demonstram, de forma convincente, a impossibilidade da mobilização do capital social na ausência de um quadro institucional receptivo. Todavia, a imoderada obsessão dos neo-institucionalistas pelo desempenho institucional obscurece as condições políticas subjacentes à institucionalização. Que condições políticas levaram alguns países a dispor de instituições sólidas, enquanto outros países não tiveram essa sorte? Ao não tratar dessa questão, o neo-institucionalismo ignora as forças políticas que de fato determinam os rumos da intervenção institucional.

A abordagem neo-institucional omite um fa-

tor fundamental subjacente ao ativismo institucional: a natureza das elites políticas e seu projeto de poder. A transição do papel regulador do ativismo desenvolvimentista assinala a politização da intervenção pública. Evidentemente, firma-se uma causalidade entre o caráter da intervenção e a tomada de decisões políticas. Uma elite legitimada pelo voto direto possui o privilégio de bloquear ou facilitar a complementação entre determinados interesses sociais coletivos e as instituições públicas. Nesse sentido, as burocracias governamentais, por mais efetivas e preparadas que sejam, autonomamente não teriam o poder político necessário para conduzir isoladamente as políticas públicas. Esse fato não fere o princípio da coesão burocrática como condição imprescindível da defesa da autonomia do Estado no momento de sua exposição à sociedade.

(Recebido para publicação em setembro de 1998)

#### Bibliografia

- Arendt, Hannah  
1977 *On Revolution*. New York, Penguin.
- Burawoy, Michael  
1996 "The State and Economic Involution: Russia Through a China Lens". *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1105-1117.
- Campos-Outcalt, Doug; Kewa, Kelly e Thomason, Jane  
1995 "Decentralization of Health Services in Western Highlands Province, Papua New Guinea: An Attempt to Administer Health Service at the Subdistrict Level". *Social Science and Medicine*, vol. 40, n.º 8.
- Coleman, James  
1990 *The Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- Collins, Charles e Green, Andrew  
1994 "Decentralization and Primary Health Care: Some Negative Implications in Developing Countries". *International Journal of Health Services*, vol. 24, n.º 3.
- Evans, Peter  
1995 *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press.
- 1996a "Embedded Autonomy and Industrial Transformation". *Political Power and Social Theory*, 10, pp. 259-287.

- 1996b "Introduction: Development Strategies Across the Public-Private Divide". *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1033-1037.
- 1996c "Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy". *World Development*, vol. 24, n.º 6 pp.1119-1132.
- Fox, Jonathan
- 1992 "Democratic Rural Development: Leadership Accountability in Regional Peasant Organizations". *Cultural Change*, vol. 23, n.º 2, pp. 1-36.
- 1994 "The Difficult Transition from Clientelism to Citizenship". In: *World Development*, vol. 46, pp. 151-184.
- 1995 "Governance and Rural Development in Mexico: State Intervention and Public Accountability". *Journal of Development Studies*, vol. 32, n.º 1, pp. 1-31.
- 1996 "How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico". *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1089-1103.
- Gerschenkron, Alexander
- 1962 *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, Harvard University Press/Belknap Press.
- Hirschman, Albert
- 1958 *The Strategy of Economic development*. New Haven, CT, Yale University Press.
- 1984 *Getting Ahead Collectively: Grassroots Experiences in Latin America*. Elmsford, NY, Pergamon Press.
- Johnson, Chalmers
- 1982 *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford, Stanford University Press.
- Lam, Wai-Fung
- 1996 "Institutional Design of Public Agencies and Coproduction: A Study of Irrigation Associations in Taiwan". *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1039-1054.
- Ostrom, Elinor
- 1996 "Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development". *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1073-1087.
- Putnam, Robert
- 1993 *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- 1995 "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, vol. 6, n.º 1.
- Tendler, Judith e Freedheim, Sarah
- 1994 "Trust in a Rent-Seeking World: Health and Government Transformed in Northeast Brazil". *World Development*, vol. 22, n.º 12.
- Ruerschemeyer, Diterich e Evans, Peter
- 1983 "The State and Economic Transformation: Towards an Analysis of the Conditions Underlying Effective Intervention". *Working Paper*, n.º 1. Providence, RI, Center for the Comparative Study of Development – Brown University.



## Resumo

### *O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica*

Uma revisão de literatura do debate em torno do capital social travada nas principais revistas da ciência política. Apresenta os argumentos do culturalismo defendidos por Robert Putnam, cientista político da Harvard e a reação neo-institucionalista encabeçada por Peter Evans. Uma polarização nasce deste debate: a primeira deposita na evolução histórica do sistema político a existência de pré-requisitos desenvolvimentistas que facilitam a implementação eficaz de políticas públicas. A outra visão considera o surgimento de autonomia institucional inserida no cotidiano da sociedade a fonte de utilização ótima de recursos disponíveis à coletividades. O artigo conclui criticando o determinismo de ambos lados optando por uma abordagem centrada nas elites políticas como o fator primordial de desempenho institucional.

**Palavras-chave:** capital social; culturalismo; novo institucionalismo

## Abstract

### *The Debate on Capital Social: A Critical Review*

This review of the literature on the debate concerning social capital as found in major political science journals presents the culturalist arguments advocated by Robert Putnam, a Harvard political scientist, and the neo-institutionalist reactions led by Peter Evans. A polarization emerges out of this debate. One vision asserts that a natural political evolution of political systems is a developmentalist prerequisite that facilitates effective public policy implementation. The other vision deems the emergence of an embedded institutional autonomy the chief source of an optimum usage of resources available to collectivities. The article criticizes both arguments as determinist and opts instead for an approach centered on political elites as the prime factor in institutional performance.

**Keywords:** social capital; culturalism; new institutionalism



### **Aguiar, Lígia Maria Brochado de**

*A Sociedade e a Natureza: A Práxis da Transformação Tecnológica.* Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 140 pp. Orientadora: Leila da Costa Ferreira.

Neste trabalho, considera-se a crise ecológica como consequência da racionalização das relações que se estabelecem entre a técnica e a sociedade. A “realidade-Terra”, totalidade estruturada de relações entre os homens e a natureza, conformatada de um espaço social no sistema global articulado pelo capital, transformou-se num conjunto de sistemas de objetos e de ações carregados de intencionalidades mercantis. É a partir destes sistemas de objetos e de ações, que incluem o subsistema de ação comunicativa, que o sistema global exerce a sua implacável racionalidade. Essa discussão é realizada no contexto dos desafios que se colocam, hoje, à tradição humanista, polarizados entre o antropocentrismo e o biocentrismo, contrapondo-se o projeto “prático” de Habermas ao projeto “técnico-científico” das sociedades industriais na perspectiva da Ecologia Profunda e da Crítica da Ecologia Política.

### **Antico, Cláudia**

*Deslocamentos Populacionais no Vale do Paraíba: Crescimento e Expansão Urbana da Região de São José dos Campos.* Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 188 pp. Orientadora: Neide Lopes Patarra.

O objetivo da dissertação consiste em analisar os deslocamentos populacionais ocorridos na região do Vale do Paraíba. Para isso, são explorados dois eixos principais de investigação: o primeiro, buscando indicar quais os principais tipos de migração ocorridos na região durante a década de 80, enfatiza a análise da dinâmica migratória regional, através da articulação existente entre as sub-regiões e municípios; o segundo traz indicações sobre o perfil de chefes de domicílios migrantes e não-migrantes residentes na área do Vale do Paraíba. Foram utilizados como fontes de informação os censos demográficos de 1940 a 1991, a Contagem Populacional de 1996, as estatísticas vitais dos períodos 1970-80, 1980-91 e 1991-96, bem como a pesquisa de campo (1992) e o levantamento amostral (1993).

### **Araújo, Wladimir Sena**

*Navegando nas Águas do Mar Sagrado: História, Cosmologia e Ritual no Centro Espírita e Culto de Orações Casa de Jesus Fonte de Luz.* Mestrado em Antropologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 315 pp. Orientador: Robin Michael Wright.

Na década de 30, tem início no Estado do Acre um movimento sócio-religioso caracterizado por fazer uso, em seus rituais, da ayahuasca, espécie de bebida enteógena. O precursor deste movimento foi Raimundo Irineu Serra, que fundou o Centro de Iluminação Cristã Luz Universal (CICLU), cujos seguidores passaram a ser reconhecidos como daimistas. Nas décadas posteriores, novas doutrinas (ou linhas religiosas) surgiram, como foi o caso do Centro Espírita e Culto de Oração Casa de Jesus

Fonte de Luz, fundado em 1945 por Daniel Pereira de Mattos, negro oriundo do Maranhão, na zona rural de Rio Branco, e da União Vegetal (UDV), instituída na década de 50 em Rondônia. O objetivo desta dissertação é construir uma etnografia acerca do Centro Espírita e Culto de Oração Casa de Jesus Fonte de Luz, designado popularmente de *Barquinha*. Para tanto, acompanhamos as várias modificações sofridas pelo centro desde a sua fundação, tanto no que diz respeito à composição do grupo, quanto à cosmologia e às suas *performances* rituais.

#### **Barp, Wilson José**

*Fronteira da Cidadania: Cartografia da Violência na Amazônia Brasileira*. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 348 pp. Orientador: Mauro Barbosa de Almeida.

A tese propõe-se a analisar, com base em métodos qualitativos e quantitativos (regressão linear simples e números-índice), as diferentes formas de violência exercidas pelos diversos agentes sociais envolvidos na dinâmica de dominação na Amazônia. A análise concentra-se na Amazônia Ocidental, particularmente no Estado do Acre, região outrora baseada na economia extrativista que foi reocupada pela economia agropecuária e madeireira. Como decorrência dessa transformação, a terra passou a despertar crescente interesse e a ser reivindicada juridicamente pelo Estado, instituições não-governamentais, proprietários e supostos proprietários, sob a forma de reservas extrativistas, parques florestais e áreas indígenas. Em consequência dessas disputas, a taxa de crescimento linear da violência no campo na Amazônia e no Brasil entre 1988 e 1996 foi de 57,62 ano a ano e 21,19 ano a ano, respectivamente.

#### **Batista, Ana Maria Fonseca de Oliveira**

*O Telefone sem Fio, a Sobrinha do Presidente e as Duas Polegadas a Mais – Concepções de Beleza no Concurso de Miss Universo*. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997, 231 pp. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

Analisa os concursos de Miss Universo realizados nos últimos 45 anos, apresentando-os como um espaço de construção de gênero. Considerando que o concurso sustenta-se no conceito de beleza, e que a beleza é um dos pilares mais permanentes do modelo hegemônico do feminino, o trabalho mostra como o Miss Universo concorre para reforçar um dos elementos centrais do feminino — a beleza, apresentada como “natural”. O discurso do Miss Universo, porém, é ambíguo, oscilando entre o inato e o adquirido. O que vai mudando ao longo do tempo parecem ser os valores associados ao gênero camuflados no conceito de beleza. Isto é demonstrado por meio da análise de materiais diversos, abrangendo desde a veiculação do concurso nas mídias impressa (preponderantemente) e audiovisual, até entrevistas com ex-misses Brasil/Universo.

#### **Burian, Paulo Procópio**

*Modelo de Agricultura Sustentável como Alternativa para Pequenos Produtores – Estudos de Caso na Região de São Roque*. Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 91 pp. Orientador: Daniel Joseph Hogan.

A partir de um estudo de caso — o dos produtores da região de São Roque —, o trabalho busca identificar as reais possibilidades de concretização do modelo de agricultura sustentável. Após a necessária revisão do conceito de agricultura sustentável, o autor, baseado em levantamento recente, demonstra que estes produtores estão cada vez mais firmes em sua proposta de produzir organicamente. Não só há uma demanda muito grande para estes produtos, como os espaços de comercialização ainda não foram totalmente ocupados, o que indica uma possível tendência de crescimento do

número de produtores que adotam este modelo. Diante desse quadro, podemos concluir que este modelo é viável, não só pela progressiva ampliação da fatia do mercado que está disposta a pagar um pouco mais para ter alimentos mais saudáveis, como por proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos produtores que fazem esta opção.

**Catelli, Rosana Elisa**

*A Correspondência da Família Pacheco e Chaves: Uma Análise das Práticas Femininas da Elite Paulista – 1890-1930.* Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 171 pp. Orientadora: Mariza Correa.

Este trabalho centra-se na análise da correspondência redigida por membros da elite cafeeira, os Pacheco e Chaves, entre os anos de 1890 a 1930. As cartas fazem parte da coleção “Fernando Pacheco e Chaves” do Museu Paulista e da coleção “Jorge Pacheco” do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A leitura das cartas teve por objetivo refletir sobre as práticas sociais das mulheres da elite paulista, procurando investigar a inserção das mesmas nas esferas doméstica e pública do período. A atuação dessas mulheres foi analisada a partir dos relatos da família a respeito da educação dos filhos, dos cuidados com a moda, da prática de arquivar documentos e fotografias familiares e da sua participação nos espaços de lazer na cidade e nas associações de caridade.

**Coelho Júnior, Pedro Jaime de**

*Antropologia e Administração: Encontro de Saberes. Uma Abordagem Etnográfica.* Mestrado em Antropologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 275 pp. Orientador: Guillermo Raúl Ruben.

Estudo sobre os encontros entre os saberes da Antropologia e da Administração de empresas, a partir de uma abordagem etnográfica orientada pelo quadro teórico-metodológico fornecido pela etnografia do saber. Descreve e procura interpretar algumas experiências em construção no Brasil que apontam para essa aproximação (inter)disciplinar.

**Coletti, Claudinei**

*A Estrutura Sindical no Campo: A Propósito da Organização dos Assalariados Rurais na Região de Ribeirão Preto.* Mestrado em Ciência Política, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1996, 278 pp. Orientador: Armando Boito Jr.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a organização dos assalariados rurais no interior da estrutura sindical no campo. Mais precisamente, analisar as greves dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto (SP) nos anos 80 e a constituição dos Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo (FERAESP), no início de 1989. Os SERs e a FERAESP separaram-se dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP) com o argumento de que era necessário evitar o conflito de classes entre pequenos produtores e assalariados no interior das entidades sindicais de trabalhadores rurais. Baseada nas publicações do próprio movimento sindical e em entrevistas com sindicalistas, esta pesquisa demonstra, contudo, que esse argumento não se sustenta para o caso específico dos municípios da região de Ribeirão Preto, onde surgiram os SERs, uma vez que nos antigos STRs dessas localidades já não existiam pequenos produtores nem no quadro social, nem nas diretorias dos sindicatos.

**Custódio, Sueli Sampaio Damin**

*O Positivismo Jurídico e o Controle de Constitucionalidade na Constituição de 1998.* Mestrado

em Ciência Política, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 143 pp. Orientador: Eliézer Rizzo de Oliveira.

O trabalho examina a relação entre o positivismo jurídico e o modelo de controle de constitucionalidade previsto na Constituição de 1988, buscando mostrar o redimensionamento político do Judiciário e as dificuldades do mesmo em assumir esse novo papel em função da tradição jurídica brasileira, que impõe que os problemas jurídicos, sendo “apolíticos”, devam ser resolvidos no interior do mundo jurídico a partir do “único” ferramental teórico que cabe a esse mundo, ou seja, o juspositivismo. Assim, essa delimitação ocasiona um alheamento político dos operadores do direito que, diante da redefinição do conceito de cidadania prevista no texto de 1988, vêem-se obrigados, com a ampliação do acesso formal ao Judiciário, a assumir responsabilidades para as quais não só não estão preparados como também não possuem instrumental teórico para lidar.

#### **Dainez, Valdir Iusif**

*O Desafio do Emprego: Um Estudo sobre a Relação entre Mercado de Trabalho e Globalização.* Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 172 pp. Orientador: André Maria Pompeu Villa Lobos.

O objetivo da dissertação é discutir a relação entre globalização e mercado de trabalho. Procura-se mostrar que a utilização crescente da microeletrônica, da robótica e da tecnologia da informação no processo produtivo e no setor de serviços está gerando um tipo de desemprego tecnológico que acaba afetando a relação entre investimento e nível de emprego e, por conseqüência, a capacidade do mercado de trabalho de resolver o problema da alocação do trabalho e da renda. Ao mesmo tempo, como decorrência da volatilização do capital e da emergência de um mercado financeiro propriamente global, reduz-se a capacidade do Estado de implantar políticas econômicas e sociais que possam minorar os efeitos do desemprego.

#### **Fogolari, Everson Paulo**

*As Novas Formas de Organização Produtiva e as Suas Implicações nas Relações de Trabalho na Indústria.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, 278 pp. Orientadora: Sônia M.G. Lorangeira.

Esta dissertação discute a reestruturação produtiva e suas implicações nas relações de trabalho. Para tanto, identifica as mudanças ocorridas em duas indústrias do setor metal-mecânico na cidade de Erechim (RS) e examina suas implicações sociais e sobre as relações de trabalho, com base em entrevistas com diretores, gerentes e operários. À luz desses dados, levanta alguns pontos para reflexão relacionados aos impactos da reestruturação produtiva sustentada no chamado “modelo japonês” ou na reengenharia e ISO 9001, modelos norte-americanos de produção.

#### **Goes, Cesar Hamilton Brito**

*A Comissão Pastoral da Terra: História e Ambivalência da Ação da Igreja no Rio Grande do Sul.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, 213 pp. Orientador: Ivaldo Gehlen.

Estudo das relações entre a ação de agentes religiosos participantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, e os movimentos sociais no campo no Rio Grande do Sul no período de 1975 até o início da década de 90. Pretende-se investigar em que medida o trabalho da CPT contribuiu para a formação dos movimentos sociais no Estado, com ênfase para aqueles originários da luta pela terra, bem como avaliar a participação da Pastoral nas definições da Igreja no Rio Grande do

Sul quanto à inserção dos agentes religiosos nos movimentos e lutas sociais. Demonstra que a “ação pastoral social” dos agentes da CPT, bem como daqueles que participam de entidades que coincidem com este formato, é portadora de uma ambigüidade entre concepções mais tradicionais e outras de caráter progressista, própria de quem integra uma instituição tradicional como a Igreja Católica mas pauta suas ações por princípios de transformação das estruturas sociais elaborados a partir da Teologia da Libertação.

**Haverroth, Moacir**

*Kaingang: Um Estudo Etnobotânico – O Uso e a Classificação das Plantas na Área Indígena Xapeco (Oeste-SC)*. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997, 180 pp. Orientador: Esther Jean Langdon.

Investigação sobre o uso e os sistemas de nomenclatura e classificação das plantas — especialmente as consideradas medicinais — dos Kaingang da área indígena Xapeco, oeste de Santa Catarina. Analisa os princípios e critérios que orientam a classificação Kaingang das plantas; registra a nomenclatura e as categorias de classificação do grupo; levanta, identifica e cataloga as plantas consideradas medicinais e analisa as possíveis relações entre a categorização das plantas e as categorias *kame* e *kanhru*, referentes às duas metades clânicas Kaingang. Três sistemas particulares de classificação são percebidos: morfo-ecológico, utilitário e simbólico. O esquema de classificação morfo-ecológico apresenta três categorias mais abrangentes, em torno de 130 categorias de nível médio e cerca de 80 categorias mais específicas. A análise, sistematização e quantificação dessas categorias baseiam-se nos tipos de lexemas que rotulam as plantas. O sistema utilitário obedece a dois princípios básicos: a finalidade ou objetivo a ser alcançado e, segundo, o beneficiário, cada princípio gerando uma série de categorias de plantas-remédio. O sistema simbólico categoriza as plantas segundo a cosmologia dual do grupo. Com base no panorama traçado, discute os caminhos para melhorar as condições de vida dos Kaingang.

**Hortúa, Luz Marina Vásquez**

*Meu Pai, um Perdido. Minha Mãe, a Megera. A Família segundo o Discurso do SOS Criança e das Vítimas de Violência Doméstica*. Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 135 pp. Orientador: Niuvenius Junqueira Paoli.

Procura conhecer o conceito de família manejado pelas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica atendidas pela instituição SOS Criança da cidade de São Paulo. Dentre outras conclusões do estudo, baseado em entrevistas com essas crianças e adolescentes, destacam-se as seguintes: a grande maioria dos entrevistados escolheu a rua como estratégia de vida por não suportar a violência exercida pelos pais; estas crianças e adolescentes consideram que a família ideal existe e que eles, desafortunadamente, estão na família errada; dizem ter como projeto de vida formar uma família ideal, composta por pai, mãe e filhos; a família ideal, tal como descrita por eles, está também no discurso da instituição que os acolhe. Conclui que, embora haja transformações sensíveis em torno da família, com o surgimento de novos tipos a cada dia, no imaginário corrente permanece o velho conceito de família ideal, mesmo entre aqueles que não teriam nenhum motivo para acreditar nisto, como no caso das crianças e adolescentes objetos desta pesquisa.

**Kroeff, Denise Reif**

*Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. Dois Personagens do Cinema Novo*. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, 142 pp. Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares.

Analisa o processo de consagração dos cineastas Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos no movimento do Cinema Novo, reconhecidos pelos historiadores do cinema brasileiro como “verdadeiros” artistas. Busca explicar como Glauber e Nelson legitimaram-se como “autores” e como seus filmes foram considerados “obras de arte”, em oposição a outros filmes considerados apenas “distração”. A partir do estudo das instâncias de reprodução de produtores e de consumidores, dos agentes e suas tomadas de posição, dos objetos de disputa e dos critérios de legitimação, busca caracterizar o campo cinematográfico brasileiro da década de 60. Foram analisadas as estratégias de consagração dos autores, voltadas para um público mais intelectualizado, e sua relação com os processos de transformação social decorrentes da urbanização e industrialização vividos pelo Brasil da época, com destaque para o aumento do número de escolarizados e o crescimento do mercado de bens culturais.

**Labiak, Araci Maria**

*Frutos do Céu e Frutos da Terra: Aspectos da Cosmologia Kanamari no Warapekom.* Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997, 130 pp. Orientadora: Esther Jean Langdon.

Este trabalho realiza uma etnografia do Warapekom entre os Kanamari. Os Kanamari pertencem à família lingüística katukina e abarcam hoje em torno de 1.478 pessoas, localizadas na região sudoeste do Estado do Amazonas. O Warapekom é analisado como um conjunto de festas que possibilita visualizar as relações dos Kanamari entre si, com seu meio ambiente e com o cosmos. Sua realização contribui para a manutenção da expressão cosmológica Kanamari. A personificação de entidades e seu contato com os humanos expressa a troca de energias entre as esferas de seu universo, representadas nos “frutos do céu” e “frutos da terra”, que faz parte de um processo contínuo de renovação de sua vida.

**Leitão, Wilma Marques**

*O Pescador Mesmo: Um Estudo sobre o Pescador e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil.* Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 1997, 180 pp. Orientadora: Lourdes Gonçalves Furtado.

A dissertação reúne um pouco da experiência de trabalho da autora no âmbito de instituições governamentais, não-governamentais e junto aos movimentos de organização política dos trabalhadores da pesca. Os objetivos do trabalho são, num primeiro momento, analisar as diretrizes do governo federal propostas para o setor pesqueiro através de planos de desenvolvimento da pesca. Partindo da hipótese de que a concepção de tais planos privilegia a implementação de um modelo de pesca industrial, excluindo de suas ações os pescadores que organizam a produção pesqueira numa base tradicional, procura ver como tais planos apresentam o trabalhador da pesca e suas formas de produção. Num segundo momento, na perspectiva de identificar o trabalhador da pesca nos termos em que ele próprio caracteriza seu papel enquanto produtor pesqueiro, a autora realiza uma pesquisa de campo na Ilha do Capim, estuário do rio Amazonas, junto a uma população de pescadores, em sua maioria proprietários de embarcações e redes, que enfrentam as águas da baía de Marajó, “andando atrás do peixe”.

**Lima, Roberto Cunha Alves de**

*Nas Trilhas do Tempo: No Mundo de Campo Redondo.* Mestrado em Antropologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 111 pp. Orientadora: Suely Kofes.

A dissertação pretende fazer uma etnografia de Campo Grande, bairro rural do município de Itamonte (MG), utilizando alguns aparatos teóricos clássicos da Antropologia. A preocupação principal é explicitar como os moradores deste bairro criam suas noções de tempo e historicidade, de que maneira



estas se articulam com o espaço vivido e como ocorrem as trocas internas ao bairro e entre este e arredores. Ao fazer isto, o autor apresenta alguns questionamentos sobre modelos teóricos (mito, história, comunidade).

**Lima, Rodne de Oliveira**

*Agricultura e Modernização Capitalista*. Mestrado em Sociologia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997, 224 pp. Orientadora: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.

O objetivo central da dissertação é analisar o processo de modernização capitalista na agricultura, visto como produto das contradições entre as classes sociais rurais, e aspectos do desenvolvimento capitalista em geral. Critica as teorias dualistas do desenvolvimento, demonstrando sua inadequação para a apreensão do desenvolvimento capitalista no campo. O processo de acumulação do capital na agricultura é estudado a partir das categorias de “valas” e “renda de terra”, evidenciando-se, paralelamente, os efeitos das lutas de classe e da intervenção estatal que o condiciona. Na segunda parte do trabalho, o processo de modernização da agricultura é analisado em seus aspectos mais importantes: progresso técnico, mudanças demográficas e organização das relações de trabalho e de produção no campo. Finalmente, o processo de modernização é analisado quanto aos efeitos que produz na instrumentação do mercado de trabalho rural.

**Mammarella, Rosetta**

*Práticas Coletivas e Autonomia num Movimento Popular Urbano: o Caso da Vila Santo Operário, 1979–1990*. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, 480pp. Orientador: Enno Dagoberto Liedke Filho.

A investigação está centrada na práxis do movimento popular da Vila Santo Operário, área de ocupação urbana localizada em Canoas, RS, 1979 a 1990. A representatividade deste movimento popular no contexto em que se desenvolveu fez com que fosse apreendido, neste estudo de caso, suas possibilidades de transformação social, com análise de seu potencial de autonomia frente a diferenciadas determinações econômicas, políticas, ideológicas, culturais e religiosas. O tema da autonomia situa-se no contexto da crise dos novos movimentos sociais, referida a partir da configuração que este fenômeno assumiu nos anos 70 e 80. Através de entrevistas, narrativas, observação participante e análise de documentos foram identificados três momentos do mesmo processo dialeticamente articulados: gênese, consolidação e desarticulação. Como eixos analíticos foram priorizados os projetos, as metas e objetivos, a composição social, as formas de organização e as estratégias de ação. Considerando a tensão da correlação de forças que se estabeleceu entre diferenciados interesses atuantes no meio popular, foi analisada a relação dos agentes externos (Igreja, Partidos, Estado) com os moradores e as lideranças locais. Limitado pelas contradições das conjunturas dos anos 80 e pelo modo como os agentes externos interagiram, este movimento popular não auspiciou formas de transformação social tal como projetado em sua gênese, embora a resistência dos moradores às formas de intervenção autoritária dos agentes externos, a permanência na área e a conquista de infra-estrutura e serviços públicos tenham se constituído em momentos de rupturas parciais com o *status quo*, daí, sua relativa autonomia.

**Martins, Maurício Mello Vieira**

*Por uma Ontologia Imanente: G. Lukács em Polêmica com o Pensamento Transcendente*. Doutorado em Filosofia Política, PUC – Rio, 1997, 214pp. Orientador: Eduardo Jardim de Moraes.

Situando-se num campo de confluência das Ciências Sociais com a Filosofia, a tese discute o último grande texto do pensador húngaro G. Lukács, intitulado *Para uma Ontologia do Ser Social* — obra

magna em três volumes, praticamente ignorada pelo debate sociológico contemporâneo. Dentro do enorme conjunto de questões que o texto lukácsiano apresenta, optou-se por enfatizar em especial o contraste ali demarcado entre um certo modo de abordagem defendido por Lukács, que ele nomeia como uma *ontologia imanente*, modo que é crítico face a uma perspectiva transcendente que retorna de modo particularmente intenso neste nosso final de século. Após esta discussão conceitual, a tese toma como seu objeto empírico precisamente o fortalecimento contemporâneo de uma visão de mundo religiosa, que vigora não só entre as camadas mais populares como também entre importantes setores de intelectuais, tentando apresentar algumas hipóteses que possam iluminar tal “reencantamento do mundo”.

**Mayer, Ricardo**

*Dominação e Consentimento: um Estudo Sobre as Estratégias Empresarias de Gestão da Força de Trabalho numa Indústria de Processo Contínuo.* Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1997, 182pp. Orientador: Renato Paulo Saul.

Este estudo buscou investigar as estratégias capitalistas de gestão da força do trabalho tendo em vista os obstáculos de ordem técnica impostos pelo processo produtivo em discussão. Tomando como ponto de partida uma indústria de processo de produção contínuo, identificamos as estratégias gerências utilizadas para flexibilizar a organização do trabalho e a gestão da mão-de-obra. O problema que se apresenta para o capital nessa situação, pode ser colocado nos seguintes termos: como maximizar o engajamento da força de trabalho num processo de produção cuja base material está alicerçada no trabalho morto? A resposta a esta questão, obtida através de entrevistas realizadas junto à gerência e aos trabalhadores de uma empresa representativa do setor petroquímico no Rio Grande do Sul, indica uma tendência à precarização das condições de trabalho num campo de possíveis, cujas limitações podem constringer a valorização do capital.

**Mira, Maria Celeste**

*O Leitor e a Banca de Revistas. O Caso da Editora Abril.* Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1997, 359pp. Orientador: Renato Ortiz.

Este trabalho procura reconstituir a história das revistas no Brasil em suas relações com o mercado e os leitores. Para tanto, retorna-se, em traços mais gerais, ao período que vai do século XIX a 1950 e, a partir daí, detém-se nas publicações da Editora Abril e de sua coligada, Editora Azul. Duas questões teóricas recortam todo o estudo: a globalização e a segmentação. Em relação à primeira, busca-se descobrir a origem e os caminhos pelos quais certos modelos de revistas chegaram e se adaptaram ao mercado e às condições de vida dos leitores brasileiros. No tocante à segunda, cujo objetivo é compreender a enorme diversidade dos produtos e dos públicos, procura-se distinguir e, ao mesmo tempo, entrelaçar os fatores que direcionaram o processo de segmentação no período estudado: o gênero, a geração e a classe social, sendo que o primeiro deles, de especial relevância no meio revista, constitui um terceiro eixo teórico a partir do qual o texto final pode ser lido.

**Monteiro, Joyce Anne Rodrigues**

*Estados Unidos: um Retrato Político das Migrações Internacionais.* Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1997, 150pp. Orientador: Teresa Sales.

Em todos os assuntos suscitados a partir da globalização, poucos têm gerado tanto interesse e polêmica como a Migração Internacional. E poucos países têm se identificado tão diretamente com esse assunto como os Estados Unidos. País considerado como tendo uma tradição em relação à imigração,

nem sempre ele esteve de portas abertas aos imigrantes, como foi o caso das políticas restricionistas do início do século XX. Após o “The Immigration and Nationality Act of 1965”, no entanto, a sociedade americana caracterizou-se por ter uma política liberal de imigração, baseada no princípio de reunificação familiar. Essa lei atuou como um dos fatores que caracteriza o novo fluxo, constituído por uma grande diversidade étnica. Desse modo, os Estados Unidos se encontram agora frente aos novos desafios impostos por esses novos grupos, como seu impacto econômico e cultural. Como caracterizar os novos rumos que a política migratória americana deverá tomar, então? Vários estudiosos no assunto têm opinado a respeito dessa discussão, uns considerando que os Estados Unidos devem fechar as suas portas, outros não. Nesse contexto, muitos concordam que, apesar de uma reação crescente da sociedade americana contra os imigrantes, os rumos futuros dessa política deverão levar em conta o fato da democracia ser um valor predominante nessa sociedade, assim como sua participação em assuntos externos, como no NAFTA e nas conferências internacionais, em especial aquela sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo.

## RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO BIB

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Socie-

dade no Brasil"; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Teresa Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

### BIB 19

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina*

*Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etno-astronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, : *Elisabeth Souza Lobo* 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo* e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990"; *Guita Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior*, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos,

Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

#### **BIB 35**

*Sérgio Adorno*, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

#### **BIB 36**

*Maria Lígia de Oliveira Barbosa*, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

#### **BIB 37**

*Fernando Limongi*, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

#### **BIB 38**

*Theodore Lowi*, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

#### **BIB 39**

*Maria T. S. Arretche*, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Expli-

cativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

#### **BIB 40**

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

#### **BIB 41**

*Gustavo Sorá*, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynspan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

#### **BIB 42**

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, “Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

#### **BIB 43**

*Sérgio Costa*, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate

sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

#### BIB 44

*Luís Donisete Benzi Grupioni* e *Maria Denise Fajardo Grupioni*, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História” Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

#### BIB 45

*Eli Diniz*, “Globalização, Ajuste e Reforma

do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

#### BIB 46

*Julia S. Guivant*, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, ‘Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior’; *José Vicente Tavares dos Santos*, ‘A Construção da Universidade Autônoma’; *Gilberto Velho*, ‘Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica’; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, ‘A ANDIFES e a Autonomia’”.

## B I B

### Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

#### DISTRIBUIÇÃO E VENDA

##### RIO DE JANEIRO

**Bookfast Editora Dist. e Repres. Ltda.**

Av. Marechal Floriano, 38/Gr. 504  
20071-004 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel./Fax: (021) 516-7126

**Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.**

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular  
21020-220 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (021) 564-6869 Fax: (021) 590-0135

**Eldorado Sudeste Com. de Livros Ltda.**

Rua Gastão Penalva, 10 – Andaraí  
20540-220 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel./Fax: (021) 572-6593 / 572-8878 / 238-5542

##### ALAGOAS

**Livraria Caetés Ltda.**

Rua Cincinato Pinto, 143  
57020-050 – Maceió – AL  
Telefax: (082) 223-4063

##### BAHIA

**Grandes Autores**

Av. Adhemar de Barros, 88 – Ondina  
40170-110 – Salvador – BA  
Tel./Fax: (071) 331-2248

**Chaves Comércio de Livros e Papelaria**

Av. Dorival Caimmi, 1100  
41636-150 – Salvador – BA  
Tel./Fax: (071) 350-5775

##### BRASÍLIA

**A Casa do Livro de Brasília Ltda.**

Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS  
70393-900 – Brasília – DF  
Tel.: (061) 224-3472  
Fax: (061) 224-3387

##### CEARÁ

**Sérgio Braga Barbosa (Livr. Ao Livro Técnico)**

Rua Dom Joaquim, 54 – Aldeota  
60110-100 – Fortaleza – CE  
Tel.: (085) 219-3111  
Fax: (085) 219-3154

##### ESPÍRITO SANTO

**Representação Paulista Ltda.**

Av. Carlos Moreira Lima, 61  
29052-111 – Vitória – ES  
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501  
Fax: (027) 235-1760

##### GOIÁS

**Gabriel Comercial de Livros Ltda. (Distr. Alternativa)**

Rua 21, 25/sala 202 B  
24030-070 – Goiânia – GO  
Tel.: (062) 229-0260 / 229-0107  
Fax: (062) 212-1035

##### MINAS GERAIS

**Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.**

Rua Sergipe, 314  
30130-170 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

**JLM - Distribuidora de Livros Ltda.**

Rua da Bahia, 478/Lj. 16 – Centro  
30160-010 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 212-1655 Fax: (031) 271-6946

##### PARANÁ

**Livraria do Chaim Editora**

Rua General Carneiro, 441  
80060-150 – Curitiba – PR  
Tel.: (041) 264-3483 Fax: (041) 263-1693

**Livraria e Distribuidora Curitiba**

Av. Marechal Floriano, 1742  
80230-110 – Curitiba – PR  
Tel./Fax: (041) 322-5455

##### PERNAMBUCO

**Berenstein Livraria Ltda.**

Av. Agamenon Magalhães, 153/lj. 228  
51300-480 – Recife – PE  
Tel./Fax: (081) 421-6667

**Poty Livros Distribuidora Ltda.**

Av. Conde da Boa Vista, 1413 – Boa Vista  
50060-003 – Recife – PE  
Tel.: (081) 423-1100 Fax: (081) 423-5088



**RIO GRANDE DO NORTE**

**Poty Livros Distribuidora Ltda.**

Rua Felipe Camarão, 609  
59025-200 – Natal – RN  
Tel./Fax: (084) 211-2001 / 211-5068

**RIO GRANDE DO SUL**

**Rogil Dist. de Livros Ltda.**

Rua São Vicente, 67  
90630-180 – Porto Alegre – RS  
Tel./Fax: (051) 335-1069

**Wilson – Wilson Dist. de Livros Ltda.**

Rua Demétrio Ribeiro, 845  
90010-310 – Porto Alegre – RS  
Tel.: (051) 224-3655 Fax: (051) 221-5931

**SANTA CATARINA**

**Livraria Livros e Livros**

Rua Mal. Deodoro, 191/Sl. 2  
88010-020 – Florianópolis – SC  
Tel./Fax: (048) 222-1244

**TodoLivro Ltda.**

Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro  
89010-160 – Blumenau – SC  
Tel./Fax: (047) 326-4558

**SÃO PAULO**

**LCL Distribuidora de Livros Ltda.**

Rua Manuel Correia, 728 – Vila Palmeira  
02728-050 – São Paulo – SP  
Tel./Fax: (011) 858-7270

**Livrosul Distribuidora Ltda.**

Rua Barão de Campinas, 755 – Campos Eliseos  
01320-010 – São Paulo – SP  
Tels.: 220-5895 / 222-2706 / 222-3107

**Primeira Linha Distr. de Livros Ltda.**

Rua Sabará, 483  
01239-011 – São Paulo – SP  
Tel./Fax: (011) 255-3852

**Pergaminho e Distribuição de Livros Ltda.**

Av. Dr. Celso Silveira Resende, 496  
13042-030 – Campinas – SP  
Tel.: (0192) 36-3610  
Fax: (0192) 36-2561

**SERGIPE**

**Abel e Santos Ltda.**

Av. Gov. João Alves Filho, 117  
49100-000 – São Cristovão – SE  
Tel.: (079) 981-4025

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à

**Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**  
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116  
05508-900 – São Paulo, SP